ESTA PARTE É EDITADA ELETRONICAMENTE DESDE 1º DE JULHO DE 2005

DIÁRIO OFICIAL
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PARTE II
PODER LEGISLATIVO

ANO XLVII - Nº 194
QUARTA-FEIRA, 13 DE OUTUBRO DE 2021

www.ioerj.com.br

GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
VAMOS VIRAR O JOGO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
12ª LEGISLATURA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA

MESA DIRETORA

PRESIDENTE - ***André Ceciliano***
1º VICE-PRESIDENTE - *Jair Bittencourt*
2º VICE-PRESIDENTE - *Chico Machado*
3º VICE-PRESIDENTE - *Franciane Motta*
4º VICE-PRESIDENTE - *Samuel Malafaia*
1º SECRETÁRIO - ***Marcos Muller***
2º SECRETÁRIO - *Tia Ju*
3º SECRETÁRIO - *Renato Zaca*
4º SECRETÁRIO - *Filipe Soares*
1º VOGAL - *Brazão*
2º VOGAL - *Dr. Deodalto*
3º VOGAL - *Valdecy da Saúde*
4º VOGAL - *Giovani Ratinho*
SECRETÁRIO-GERAL DA MESA DIRETORA - *Marcus Vinicius Giglio Rodrigues Rego*

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Presidente: *Martha Rocha*
Vice-Presidente:
Membros: *Márcio Canella, Zeidan, Flávio Serafini, Rodrigo Amorim*
Suplentes: *Marcelo Dino*
CORREGEDOR PARLAMENTAR - *Noel de Carvalho*
CORREGEDOR PARLAMENTAR SUBSTITUTO -

LIDERANÇAS

LÍDER DO GOVERNO - *Márcio Pacheco*
VICE-LÍDER - *1º* - *2º Rodrigo Amorim*

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - MDB
LÍDER DA BANCADA - *Rosenverg Reis*
VICE-LÍDERES - *1º Márcio Canella - 2º Átila Nunes*

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO - PSD
LÍDER DA BANCADA - *Delegado Carlos Augusto*
VICE-LÍDERES - *1º Coronel Salema - 2º Rosane Felix*

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA - PSDB
LÍDER DA BANCADA - *Noel de Carvalho*
VICE-LÍDER -

PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT
LÍDER DA BANCADA - *Zeidan*
VICE-LÍDER - *Waldeck Carneiro*

PARTIDO SOCIAL CRISTÃO - PSC
LÍDER DA BANCADA - *Chiquinho da Mangueira*
VICE-LÍDER - *Bruno Dauaire*

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT
LÍDER DA BANCADA - *Martha Rocha*
VICE-LÍDER - *Luiz Martins*

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - PSB
LÍDER DA BANCADA - *Carlos Minc*
VICE-LÍDER - *Rubens Bomtempo*

CIDADANIA
LÍDER DA BANCADA - *Luiz Paulo*

PARTIDO PROGRESSISTA - PP
LÍDER DA BANCADA - *Dionisio Lins*
VICE-LIDER - *Jair Bittencourt*

PARTIDO LIBERAL - PL
LÍDER DA BANCADA - *Brazão*

AVANTE
LÍDER DA BANCADA - *Marcos Abrahão*

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - PC DO B
LÍDER DA BANCADA - *Enfermeira Rejane*

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO - PTB
LÍDER DA BANCADA - *Marcus Vinícius*
VICE-LÍDER - *Subtenente Bernardo*

PARTIDO SOCIAL LIBERAL - PSL
LÍDER DA BANCADA - *Charlles Batista*
VICE-LÍDERES - *1º Alana Passos - 2º Rodrigo Amorim - 3º Marcelo Dino - 4º Felippe Poubel*

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE - PSOL
LÍDER DA BANCADA - *Renata Souza*
VICE-LÍDERES - *1º Mônica Francisco - 2º Dani Monteiro*

REPUBLICANOS
LÍDER DA BANCADA - *Carlos Macedo*
VICE-LÍDER - *1º Danniel Librelon - 2º*

PODEMOS - PODE
LÍDER DA BANCADA - *Bebeto*
VICE-LÍDER -

SOLIDARIEDADE - SDD
LÍDER DA BANCADA - *Vandro Família*
VICE-LÍDERES - *1º Anderson Alexandre - 2º Coronel Jairo*

DEMOCRATAS - DEM
LÍDER DA BANCADA - *Fábio Silva*
VICE-LÍDERES - *1º Dr. Deodalto - 2º Filipe Soares*

PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL - PROS
LÍDER DA BANCADA - *Giovani Ratinho*

NOVO
LÍDER DA BANCADA - *Adriana Balthazar*

DEMOCRACIA CRISTÃ – DC
LÍDER DA BANCADA - *Marcelo Cabeleireiro*
VICE-LÍDER -

PARTIDO TRABALHISTA CRISTÃO – PTC
LÍDER DA BANCADA - *Valdecy da Saúde*

PATRIOTA
LÍDER DA BANCADA - *Val Ceasa*
VICE-LÍDER - *Elton Cristo*

PARTIDO DA MULHER BRASILEIRA - PMB
LÍDER DA BANCADA - *Wellington José*

PARTIDO VERDE - PV
LÍDER DA BANCADA - *Eurico Júnior*

PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO - PRTB
LÍDER DA BANCADA - *Jalmir Júnior*

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Home Page: http://www.alerj.rj.gov.br
E-mail: webmaster@alerj.rj.gov.br

SUMÁRIO

Edital de Sessão - Convocações 01
Expediente Despachado pelo Presidente 03
Moções 05
Comissões 05
Atos e Despachos da Mesa Diretora 12
Atos e Despachos do Primeiro Secretário 13
Atos e Despachos do Diretor-Geral 13
Avisos, Editais e Termos de Contratos 13

Edital de Sessão - Convocações

*** E D I T A L**

CONVOCA, DE ACORDO COM O ATO N/MD/Nº 653/2020, OS SENHORES DEPUTADOS PARA A SESSÃO DE VOTAÇÃO ELETRÔNICA EXTRAORDINÁRIA A REALIZAR-SE NOS DIAS 13 E 14 DE OUTUBRO ÀS 15H, 18H35, 18H40, 18H45 E 18H50.

SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE OUTUBRO DE 2021

15H

-QUARTA-FEIRA -

EM REGIME DE URGÊNCIA
EM DISCUSSÃO ÚNICA

PROJETO DE LEI Nº 4935/2021, DE AUTORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO (MENSAGEM Nº 01/2021), QUE ALTERA A LEI Nº 5.891, DE 17 DE JANEIRO DE 2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
(PENDENDO DE PARECERES DAS COMISSÕES: DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA; DE SERVIDORES PÚBLICOS; E DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE.)

EM REGIME DE URGÊNCIA
EM DISCUSSÃO ÚNICA

PROJETO DE LEI Nº 4961/2021, DE AUTORIA DOS DEPUTADOS ANDRÉ CECILIANO, MARCIO PACHECO E JAIR BITTENCOURT, QUE INTERNALIZA O CONVÊNIO ICMS 76/91, QUE "AUTORIZA OS ESTADOS E O DISTRITO FEDERAL A CONCEDER ISENÇÃO DO ICMS NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA A ESTABELECIMENTO DE PRODUTOR RURAL".
(PENDENDO DE PARECERES DAS COMISSÕES: DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA; DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E POLÍTICAS RURAL, AGRÁRIA E PESQUEIRA; DE MINAS E ENERGIA; DE TRIBUTAÇÃO, CONTROLE DA ARRECADAÇÃO ESTADUAL E DE FISCALIZAÇÃO DOS TRIBUTOS ESTADUAIS; E DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE.)

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO - 1º DIA - PARA RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 468/2020, DE AUTORIA DOS DEPUTADOS ZEIDAN E ANDRÉ CECILIANO, QUE ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 810/1997, REGIMENTO INTERNO DA ALERJ.

EM DISCUSSÃO ÚNICA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 551/2021, DE AUTORIA DO DEPUTADO JAIR BITTENCOURT, QUE CONCEDE A MEDALHA TIRADENTES E O RESPECTIVO DIPLOMA AO EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL REGIONAL DO RIO DE JANEIRO, DR. VITOR MARCELO ARANHA RODRIGUES.
PARECER DA COMISSÃO DE NORMAS INTERNAS E PROPOSIÇÕES EXTERNAS, FAVORÁVEL.
RELATOR: DEPUTADO RODRIGO BACELLAR.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 684/2021, DE AUTORIA DA DEPUTADA ENFERMEIRA REJANE, QUE CONCEDE A MEDALHA TIRADENTES E O RESPECTIVO DIPLOMA A EMPRESÁRIA LUIZA HELENA TRAJANO INÁCIO RODRIGUES.
PARECER DA COMISSÃO DE NORMAS INTERNAS E PROPOSIÇÕES EXTERNAS, FAVORÁVEL.
RELATOR: DEPUTADO MÁRCIO CANELLA.

INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA DE ACORDO COM O § 3º DO ARTIGO 47 DO REGIMENTO INTERNO

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM VOTAÇÃO - EM 1ª DISCUSSÃO

PROJETO DE LEI 3823/2021, DE AUTORIA DO DEPUTADO DR. DEODALTO, QUE DISPÕE SOBRE PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR FILIADO ÀS ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS DE AUTOGESTÃO DE PLANOS DE PROTEÇÃO CONTRA RISCOS PATRIMONIAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
PARECERES DAS COMISSÕES: DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, PELA CONSTITUCIONALIDADE, COM EMENDAS; DE DEFESA DO CONSUMIDOR, FAVORÁVEL; DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, FAVORÁVEL; E DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE, FAVORÁVEL.
NOVO PARECER, ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, FAVORÁVEL ÀS EMENDAS NºS 02 E 10, FAVORÁVEL, COM SUBEMENDA, ÀS EMENDAS NºS 01,03,08 E 09 E CONTRÁRIO ÀS EMENDAS NºS 04, 05,06 E 07.
RELATORES: DEPUTADOS MÁRCIO PACHECO, LUIZ PAULO, WALDECK CARNEIRO, ELIOMAR COELHO E MÁRCIO PACHECO.

(PENDENDO DE PARECERES DAS COMISSÕES: DE DEFESA DO CONSUMIDOR; DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; E DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE, ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO.)

1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 13 DE OUTUBRO DE 2021

18h35

- QUARTA-FEIRA -

EM REGIME DE URGÊNCIA
EM VOTAÇÃO - EM DISCUSSÃO ÚNICA

PROJETO DE LEI Nº 4461/2021, DE AUTORIA DO DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, QUE ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6096, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
PARECERES DAS COMISSÕES: DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, PELA CONSTITUCIONALIDADE, COM EMENDA; DE MINAS E ENERGIA, FAVORÁVEL; DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA, FAVORÁVEL; DE ECONOMIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO, FAVORÁVEL; DE TRIBUTAÇÃO CONTROLE DA ARRECADAÇÃO ESTADUAL E DE FISCALIZAÇÃO DOS TRIBUTOS ESTADUAIS, FAVORÁVEL; E DE ORÇAMENTO FINANÇAS FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE, FAVORÁVEL.
RELATORES: DEPUTADOS MÁRCIO PACHECO, DIONÍSIO LINS, DANI MONTEIRO, WALDECK CARNEIRO, LUIZ PAULO E MÁRCIO PACHECO.
(PENDENDO DE PARECERES DAS COMISSÕES: DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA; DE MINAS E ENERGIA; DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA; DE ECONOMIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO; DE TRIBUTAÇÃO CONTROLE DA ARRECADAÇÃO ESTADUAL E DE FISCALIZAÇÃO DOS TRIBUTOS ESTADUAIS; E DE ORÇAMENTO FINANÇAS FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE, ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO.)

EM REGIME DE URGÊNCIA
EM DISCUSSÃO ÚNICA

PROJETO DE LEI Nº 4873/2021, DE AUTORIA DO DEPUTADO JALMIR JUNIOR, QUE INSTITUI NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO O PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO AOS CONSUMIDORES - PEPC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
PARECERES DAS COMISSÕES: DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, PELA CONSTITUCIONALIDADE, COM EMENDA; DE DEFESA DO CONSUMIDOR, FAVORÁVEL; DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, FAVORÁVEL; DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, FAVORÁVEL, COM A EMENDA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA; E DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE, FAVORÁVEL.
RELATORES: DEPUTADOS MÁRCIO PACHECO, ENFERMEIRA REJANE, WALDECK CARNEIRO, TIA JU E MÁRCIO PACHECO.
(PENDENDO DE PARECERES DAS COMISSÕES: DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA; DE DEFESA DO CONSUMIDOR; DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL; E DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE, ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO.)

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM DISCUSSÃO ÚNICA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 685/2021, DE AUTORIA DO DEPUTADO RUBENS BOMTEMPO, QUE CONCEDE A MEDALHA TIRADENTES AO DR. RAFAEL GOMES DE CASTRO PELOS RELEVANTES SERVIÇOS PRESTADOS À SAÚDE DA POPULAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
PARECER DA COMISSÃO DE NORMAS INTERNAS E PROPOSIÇÕES EXTERNAS, FAVORÁVEL.
RELATOR: DEPUTADO CHICO MACHADO.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 687/2021, DE AUTORIA DA DEPUTADA MARTHA ROCHA, QUE CONCEDE MEDALHA TIRADENTES E O SEU RESPECTIVO DIPLOMA À EMPRESA MUNICIPAL DE INFORMÁTICA-IPLANRIO.
PARECER DA COMISSÃO DE NORMAS INTERNAS E PROPOSIÇÕES EXTERNAS, FAVORÁVEL.
RELATOR: DEPUTADO ROSENVERG REIS.

INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA DE ACORDO COM O § 1º DO ARTIGO 47 DO REGIMENTO INTERNO

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO

PROJETO DE LEI Nº 4257/2018, DE AUTORIA DO DEPUTADO ÁTILA NUNES, QUE DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE ASSÉDIO RELIGIOSO EM AMBIENTES PÚBLICOS E PRIVADOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
(PENDENDO DE PARECERES DAS COMISSÕES: DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA; DE COMBATE ÀS DISCRIMINAÇÕES E PRECONCEITOS DE RAÇA, COR, ETNIA, RELIGIÃO E PROCEDÊNCIA NACIONAL; DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA; E DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO.)

PROJETO DE LEI Nº 4450/2021, DE AUTORIA DO DEPUTADO DIONÍSIO LINS, QUE DISPÕE NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SOBRE A AMPLIAÇÃO DO ATENDIMENTO EM CLÍNICAS MÉDICAS E PSICOLÓGICAS PARA CREDENCIAMENTO JUNTO AO DETRAN-RJ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, PELA CONSTITUCIONALIDADE, COM EMENDA.
RELATOR: DEPUTADO MÁRCIO PACHECO.
(PENDENDO DE PARECERES DAS COMISSÕES: DE TRANSPORTES; E DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE.)

2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 13 DE OUTUBRO DE 2021

18h40

- QUARTA-FEIRA -

EM REGIME DE URGÊNCIA
EM DISCUSSÃO ÚNICA

PROJETO DE LEI Nº 3771/2021, DE AUTORIA DA DEPUTADA TIA JU, QUE INSTITUI O PROGRAMA DE PROTEÇÃO ESPECIAL DOS PRIMEIROS MIL DIAS DE VIDA DAS CRIANÇAS NASCIDAS EM UNIDADES DA NA REDE PÚBLICA DE SAÚDE NA ESFERA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
(PENDENDO DE PARECERES DAS COMISSÕES: DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA; DE SAÚDE; DE ASSUNTOS DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE E DO IDOSO; DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER; E DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE.)

EM REGIME DE URGÊNCIA
EM DISCUSSÃO ÚNICA

PROJETO DE LEI Nº 4921/2021, DE AUTORIA DO DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6979, DE 31 DE MARÇO DE 2015 PARA INCLUIR OS MUNICÍPIOS DE BARRA MANSA E VOLTA REDONDA.
(PENDENDO DE PARECERES DAS COMISSÕES: DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA; DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL; DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; DE TRIBUTAÇÃO, CONTROLE DA ARRECADAÇÃO ESTADUAL E DE FISCALIZAÇÃO DOS TRIBUTOS ESTADUAIS; E DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE.)

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM DISCUSSÃO ÚNICA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 662/2021, DE AUTORIA DA DEPUTADA ROSANE FÉLIX, QUE CONCEDE A MEDALHA TIRADENTES AO EXMO. SR. ÉRCIO BRAGA, BRIGADEIRO DO AR.
PARECER DA COMISSÃO DE NORMAS INTERNAS E PROPOSIÇÕES EXTERNAS, FAVORÁVEL.
RELATOR: DEPUTADO RODRIGO AMORIM.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 677/2021, DE AUTORIA DO DEPUTADO MÁRCIO PACHECO, QUE CONCEDE MEDALHA TIRADENTES E O RESPECTIVO DIPLOMA AO PRIMEIRO SARGENTO DA POLÍCIA MILITAR ANDERSON DA SILVA RODRIGUES.
PARECER DA COMISSÃO DE NORMAS INTERNAS E PROPOSIÇÕES EXTERNAS, FAVORÁVEL.
RELATOR: DEPUTADO ROSENVERG REIS.

INCLUÍDO NA ORDEM DO DIA DE ACORDO COM O § 3º DO ARTIGO 47 DO REGIMENTO INTERNO

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM VOTAÇÃO - EM 1ª DISCUSSÃO

PROJETO DE LEI Nº 3410/2020, DE AUTORIA DO DEPUTADO RENATO ZACA, QUE DISPÕE SOBRE PREVENÇÃO E COMBATE AO ASSÉDIO SEXUAL CONTRA A MULHER NAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
PARECERES DAS COMISSÕES: DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, PELA CONSTITUCIONALIDADE; DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER, FAVORÁVEL, COM EMENDA; DE COMBATE ÀS DISCRIMINAÇÕES E PRECONCEITOS DE RAÇA, COR, ETNIA, RELIGIÃO E PROCEDÊNCIA NACIONAL, FAVORÁVEL; DE SEGURANÇA PÚBLICA E ASSUNTOS DE POLÍCIA, FAVORÁVEL; DE SERVIDORES PÚBLICOS, FAVORÁVEL; E DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE, FAVORÁVEL.
RELATORES: DEPUTADOS MÁRCIO PACHECO, ENFERMEIRA REJANE, CARLOS MINC, MARTHA ROCHA, FLÁVIO SERAFINI E MÁRCIO PACHECO.
(PENDENDO DE PARECERES DAS COMISSÕES: DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA; DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER; DE COMBATE ÀS DISCRIMINAÇÕES E PRECONCEITOS DE RAÇA, COR, ETNIA, RELIGIÃO E PROCEDÊNCIA NACIONAL; DE SEGURANÇA PÚBLICA E ASSUNTOS DE POLÍCIA; DE SERVIDORES PÚBLICOS; E DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE, ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO.)

3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 13 DE OUTUBRO DE 2021

18h45

- QUARTA-FEIRA -

EM REGIME DE URGÊNCIA
EM DISCUSSÃO ÚNICA

PROJETO DE LEI Nº 2985/2020, DE AUTORIA DO DEPUTADO RODRIGO BACELLAR, QUE ALTERA A LEI Nº 4.800, DE 29 DE JUNHO DE 2006, QUE "DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO - UENF, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".
PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, PELA JURIDICIDADE, COM EMENDAS.
RELATOR: DEPUTADO MÁRCIO PACHECO.
(PENDENDO DE PARECERES DAS COMISSÕES: DE EDUCAÇÃO; DE SERVIDORES PÚBLICOS; DE SAÚDE; E DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE.)

EM REGIME DE URGÊNCIA
EM DISCUSSÃO ÚNICA

PROJETO DE LEI Nº 4643/2021, DE AUTORIA DO DEPUTADO LUIZ PAULO, QUE CRIA PROGRAMA DE APOIO PSICO SOCIOEMOCIONAL NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DA REDE PÚBLICA ESTADUALDE ENSINO DO RIO DE JANEIRO.
(PENDENDO DE PARECERES DAS COMISSÕES: DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA; DE EDUCAÇÃO; DE SAÚDE; DE TRABALHO, LEGISLAÇÃO SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL; E DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE.)

INCLUÍDO NA ORDEM DO DIA DE ACORDO COM O § 1º DO ARTIGO 47 DO REGIMENTO INTERNO

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO

PROJETO DE LEI Nº 3672/2021, DE AUTORIA DO DEPUTADO RODRIGO AMORIM, QUE AUTORIZA A CRIAÇÃO DO FUNDO ESTADUAL DE INCENTIVO AO ESPORTE - FUNDO PRÓ ESPORTE.
(PENDENDO DE PARECERES DAS COMISSÕES: DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA; DE ESPORTE E LAZER; DE SAÚDE; DE EDUCAÇÃO; DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA; DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; DE TRIBUTAÇÃO, CONTROLE DA ARRECADAÇÃO ESTADUAL E DE FISCALIZAÇÃO DOS TRIBUTOS ESTADUAIS; E DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE.)

4ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 13 DE OUTUBRO DE 2021

18h50

- QUARTA-FEIRA -

EM REGIME DE URGÊNCIA
EM DISCUSSÃO ÚNICA

PROJETO DE LEI Nº 3966/2021, DE AUTORIA DO DEPUTADO SÉRGIO FERNANDES, QUE DISPÕE SOBRE A FREQUÊNCIA DOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO DURANTE O PERÍODO DE PANDEMIA DA COVID-19.
PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, PELA CONSTITUCIONALIDADE, COM EMENDA.
RELATOR: DEPUTADO MÁRCIO PACHECO.
(PENDENDO DE PARECERES DAS COMISSÕES: DE EDUCAÇÃO; E DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE.)

EM REGIME DE URGÊNCIA
EM DISCUSSÃO ÚNICA

PROJETO DE LEI Nº 4963/2021, DE AUTORIA DO DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, QUE ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 5645, DE 06 DE JANEIRO DE 2010, PARA INCLUIR NO CALENDARIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO O DIA DO HUMOR.
(PENDENDO DE PARECERES DAS COMISSÕES: DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA; E DE CULTURA.)

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 2ª DISCUSSÃO - REDAÇÃO DO VENCIDO - ASSIM EMENDADA

PROJETO DE LEI Nº 4383-A/2021, DE AUTORIA DO DEPUTADO CORONEL SALEMA, ALANA PASSOS, RODRIGO AMORIM, LUCINHA, RUBENS BOMTEMPO, EURICO JUNIOR, CARLOS MINC, MARCELO DINO, MARCELO CABELEIREIRO, VALDECY DA SAÚDE, DIONÍSIO LINS, GIOVANI RATINHO, BRAZÃO, FRANCIANE MOTTA, JAIR BITTENCOURT, WELLINGTON JOSÉ, VANDRO FAMÍLIA, TIA JU, MARTHA ROCHA, ÁTILA NUNES, MARCOS MULLER, MÁRCIO CANELLA E DANNIEL LIBRELON QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR O QUADRO COMPLEMENTAR DOS SERVIDORES DA ÁREA TÉCNICA DA POLÍCIA PENAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EM DISCUSSÃO ÚNICA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 622/2021, DE AUTORIA DO DEPUTADO RONALDO ANQUIETA, QUE CONCEDE MEDALHA TIRADENTES E O RESPECTIVO DIPLOMA AO EXMO. SR. MARCELO REIS MAGALHÃES, SECRETÁRIO ESPECIAL DO ESPORTE DO MINISTÉRIO DA CIDADANIA.
PARECER DA COMISSÃO DE NORMAS INTERNAS E PROPOSIÇÕES EXTERNAS, FAVORÁVEL.
RELATOR: DEPUTADO MÁRCIO CANELLA.

INCLUÍDO NA ORDEM DO DIA DE ACORDO COM O § 1º DO ARTIGO 47 DO REGIMENTO INTERNO

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO

PROJETO DE LEI Nº 783/2019, DE AUTORIA DO DEPUTADO MARCELO DINO, QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR O SISTEMA ESTADUAL PARA EMERGÊNCIAS DE ACIDENTES AMBIENTAIS E IMINÊNCIAS À DESASTRES QUE ENVOLVAM O AMBIENTE (SEEAID), NA FORMA QUE MENCIONA.
PARECERES DAS COMISSÕES: DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, PELA CONSTITUCIONALIDADE; DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE, FAVORÁVEL; DE SANEAMENTO AMBIENTAL, FAVORÁVEL; E DE DEFESA CIVIL, FAVORÁVEL, COM EMENDA.
RELATORES: DEPUTADOS MAX LEMOS, CARLOS MINC, GUSTAVO SCHMIDT E SUBTENENTE BERNARDO.
(PENDENDO DE PARECER DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE.)

SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 14 DE OUTUBRO DE 2021

15H

- QUINTA-FEIRA -

EM REGIME DE URGÊNCIA
EM DISCUSSÃO ÚNICA

PROJETO DE LEI Nº 3120/2020, DE AUTORIA DO DEPUTADO CARLOS MINC, QUE ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 4528, DE 28 DE MARÇO DE 2005, ATENDENDO AO DISPOSTO NAS LEIS FEDERAIS Nº 9.394/96 E Nº 11.645/08.
(PENDENDO DE PARECERES DAS COMISSÕES: DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA; DE EDUCAÇÃO; DE CULTURA; DE COMBATE ÀS DISCRIMINAÇÕES E PRECONCEITOS DE RAÇA, COR, ETNIA, RELIGIÃO E PROCEDÊNCIA NACIONAL; E DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE.)

EM REGIME DE URGÊNCIA
EM DISCUSSÃO ÚNICA

PROJETO DE LEI Nº 4812/2021, DE AUTORIA DO DEPUTADO LUIZ PAULO, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE APOIO AO TRABALHADOR AUTÔNOMO MOTORIZADO NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
(PENDENDO DE PARECERES DAS COMISSÕES: DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA; DE TRANSPORTES; E DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE.)

EM 1ª DISCUSSÃO - 2º DIA - PARA RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 468/2020, DE AUTORIA DOS DEPUTADOS ZEIDAN E ANDRÉ CECILIANO, QUE ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 810/1997, REGIMENTO INTERNO DA ALERJ.

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM DISCUSSÃO ÚNICA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 678/2021, DE AUTORIA DO DEPUTADO MÁRCIO PACHECO, QUE CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR NICOLA MOREIRA MICCIONE, SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL.
PARECER DA COMISSÃO DE NORMAS INTERNAS E PROPOSIÇÕES EXTERNAS, FAVORÁVEL.
RELATOR: DEPUTADO CHICO MACHADO.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 442/2021, DE AUTORIA DO DEPUTADO RODRIGO AMORIM, QUE SOLICITO AO EXMO. GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, SR. CLÁUDIO CASTRO, ADOÇÃO DE MEDIDAS NECESSÁRIAS E URGENTES PARA ENVIO DE MENSAGEM LEGISLATIVA PARA ESTA CASA, NO SENTIDO DE PROMOVER ALTERAÇÕES NA LEI Nº 6114, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011.
PARECER DA COMISSÃO DE INDICAÇÕES LEGISLATIVAS, FAVORÁVEL, COM EMENDAS.
RELATOR: DEPUTADO EURICO JÚNIOR.

INCLUÍDO NA ORDEM DO DIA DE ACORDO COM O § 3º DO ARTIGO 47 DO REGIMENTO INTERNO

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM VOTAÇÃO - EM 1ª DISCUSSÃO

PROJETO DE LEI Nº 3339/2020, DE AUTORIA DA DEPUTADA ENFERMEIRA REJANE, QUE INSTITUI O PROGRAMA TEMPO DE MUDAR QUE DISPÕE SOBRE A RESPONSABILIZAÇÃO, REFLEXÃO E CONSCIENTIZAÇÃO DOS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E GRUPOS REFLEXIVOS DE HOMENS.
PARECERES DAS COMISSÕES: DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, PELA CONSTITUCIONALIDADE; DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER, FAVORÁVEL; DE SEGURANÇA PÚBLICA E ASSUNTOS DE POLÍCIA, FAVORÁVEL; DE SAÚDE, FAVORÁVEL; E DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE, FAVORÁVEL.
RELATORES: DEPUTADOS MÁRCIO PACHECO, RENATA SOUZA, MARTHA ROCHA, MARTHA ROCHA E MÁRCIO PACHECO.
(PENDENDO DE PARECERES DAS COMISSÕES: DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA; DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER; DE SEGURANÇA PÚBLICA E ASSUNTOS DE POLÍCIA; DE SAÚDE; E DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE, ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO.)

1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 14 DE OUTUBRO DE 2021

18h35

- QUINTA-FEIRA -

EM REGIME DE URGÊNCIA
EM VOTAÇÃO - EM DISCUSSÃO ÚNICA

PROJETO DE LEI Nº 4343/2021, DE AUTORIA DOS DEPUTADOS GIOVANI RATINHO E ANDRÉ CECILIANO, QUE DELIMITA E TRANSFORMA O COMPLEXO PENITENCIÁRIO DE JAPERI EM ÁREA DE SEGURANÇA MÁXIMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
PARECERES DAS COMISSÕES: DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PELA CONSTITUCIONALIDADE, COM EMENDAS; DE SEGURANÇA PÚBLICA E ASSUNTOS DE POLÍCIA, FAVORÁVEL, COM AS EMENDAS DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA; E DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE, FAVORÁVEL.
RELATORES: DEPUTADOS MÁRCIO PACHECO, CORONEL SALEMA E MÁRCIO PACHECO.
(PENDENDO DE PARECERES DAS COMISSÕES: DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA; DE SEGURANÇA PÚBLICA E ASSUNTOS DE POLÍCIA; E DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE, ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO.)

EM REGIME DE URGÊNCIA
EM DISCUSSÃO ÚNICA

PROJETO DE LEI Nº 4492/2021, DE AUTORIA DO DEPUTADO DANNIEL LIBRELON, QUE INSTITUI O PROGRAMA PARA AÇÕES DE DETECÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.
(PENDENDO DE PARECERES DAS COMISSÕES: DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA; DE ASSUNTOS DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO; DE SAÚDE; DE TRABALHO, LEGISLAÇÃO SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL; DE SEGURANÇA PÚBLICA E ASSUNTOS DE POLÍCIA; E DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE.)

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM DISCUSSÃO ÚNICA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 673/2021, DE AUTORIA DO DEPUTADO JORGE FELIPPE NETO, QUE CONCEDE A MEDALHA TIRADENTES E O RESPECTIVO DIPLOMA AO POLICIAL MILITAR ALBERTO COLLIS INSTRUTOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
PARECER DA COMISSÃO DE NORMAS INTERNAS E PROPOSIÇÕES EXTERNAS, FAVORÁVEL.
RELATOR: DEPUTADO ROSENVERG REIS.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 676/2021, DE AUTORIA DO DEPUTADO LUIZ PAULO, QUE CONCEDE A MEDALHA TIRADENTES E RESPECTIVO DIPLOMA AO ILUSTRÍSSIMO SR. ALEJANDRO BITAR.
PARECER DA COMISSÃO DE NORMAS INTERNAS E PROPOSIÇÕES EXTERNAS, FAVORÁVEL.
RELATOR: DEPUTADO MÁRCIO CANELLA.

INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA DE ACORDO COM O § 1º DO ARTIGO 47 DO REGIMENTO INTERNO

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO

PROJETO DE LEI Nº 150/2019, DE AUTORIA DO DEPUTADO MÁRCIO CANELLA, QUE DISPÕE SOBRE A CONTINUIDADE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS AOS CONSUMIDORES DESEMPREGADOS NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

Imprensa Oficial DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Cristina Batista
Diretora-Presidente

Alexandre Augusto Gonçalves
Diretor Administrativo

Rodrigo de Mesquita Caldas
Diretor Financeiro

Jefferson Woldaynsky
Diretor Industrial

PODER LEGISLATIVO

Marcos Igrejas
Diretor-Geral de Assuntos Legislativos

Altamyr Almeida Corrêa
Diretor do Departamento de Atas, Publicações e Anais

DIÁRIO OFICIAL PARTE II - PODER LEGISLATIVO

PUBLICAÇÕES

ENVIO DE MATÉRIAS:
As matérias para publicação deverão ser enviadas pelo sistema edof´s ou entregues em mídia eletrônica nas Agências Rio e Niteroi.

PARTE I - PODER EXECUTIVO:
Os textos e reclamações sobre publicações de matérias deverão ser encaminhados à Assessoria para Preparo e Publicações dos Atos Oficiais - à Rua Pinheiro Machado, s/nº - (Palácio Guanabara - Casa Civil), Laranjeiras,
Rio de Janeiro - RJ, Brasil - CEP 22.231-901
Tels.: (0xx21) 2334-3242 e 2334-3244

AGÊNCIAS DA IMPRENSA OFICIAL

RIO - Rua São José, 35, sl. 222/24 - Centro - Rio de Janeiro
Edifício Garagem Menezes Cortes.
Email.: agerio@ioerj.rj.gov.br

NITERÓI - Rua Professor Heitor Carrilho, nº 81 - Centro - Niterói/RJ.
Tel.: 2717-6696
Atendimento das 09:00 às 16:00 horas

PREÇO PARA PUBLICAÇÃO:

cm/col _____ **R$ 132,00**

RECLAMAÇÕES SOBRE PUBLICAÇÕES DE MATÉRIAS: Deverão ser dirigidas, por escrito, à Diretora-Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no máximo até 10 (dez) dias após a data de sua publicação.

Serviço de Atendimento ao Cliente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro: Tel.: 0800-2844675.

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, PELA CONSTITUCIONALIDADE, COM EMENDA.
RELATOR: DEPUTADO ROSENVERG REIS.
(PENDENDO DE PARECERES DAS COMISSÕES: DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA; DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; E DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE.)

PROJETO DE LEI Nº 4310/2021, DE AUTORIA DO DEPUTADO WALDECK CARNEIRO, QUE DISPÕE SOBRE DESENVOLVIMENTO E UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS ASSISTIVAS NOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO, NA FORMA QUE MENCIONA.
(PENDENDO DE PARECERES DAS COMISSÕES: DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA; DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA; DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA; DE EDUCAÇÃO; E DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE.)

2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 14 DE OUTUBRO DE 2021

18h40

- QUINTA-FEIRA -

EM REGIME DE URGÊNCIA
EM VOTAÇÃO - EM DISCUSSÃO ÚNICA

PROJETO DE LEI Nº 3203/2020, DE AUTORIA DO DEPUTADO BRAZÃO, QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER ISENÇÃO DE TRIBUTOS ESTADUAIS NA AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO FEITA POR TRANSPORTADOR AUTONOMO DE CARGAS, NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
PARECERES DAS COMISSÕES: DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, PELA CONSTITUCIONALIDADE, COM EMENDAS; DE TRANSPORTES, FAVORÁVEL, COM AS EMENDAS DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA; DE TRABALHO, LEGISLAÇÃO SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL, FAVORÁVEL; DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, FAVORÁVEL; DE TRIBUTAÇÃO, CONTROLE DA ARRECADAÇÃO ESTADUAL E DE FISCALIZAÇÃO DOS TRIBUTOS ESTADUAIS, FAVORÁVEL; E DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE, FAVORÁVEL.
RELATORES: DEPUTADOS MÁRCIO PACHECO, ELIOMAR COELHO, MÔNICA FRANCISCO, WALDECK CARNEIRO, LUIZ PAULO E MÁRCIO PACHECO.
(PENDENDO DE PARECERES DAS COMISSÕES: DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA; DE TRANSPORTES; DE TRABALHO, LEGISLAÇÃO SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL; DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; DE TRIBUTAÇÃO, CONTROLE DA ARRECADAÇÃO ESTADUAL E DE FISCALIZAÇÃO DOS TRIBUTOS ESTADUAIS; E DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE, ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO.)

EM REGIME DE URGÊNCIA
EM DISCUSSÃO ÚNICA

PROJETO DE LEI Nº 4962/2021, DE AUTORIA DO DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, QUE DECLARA PATRIMÔNIO IMATERIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO O ARMAZEM DA UTOPIA.
(PENDENDO DE PARECERES DAS COMISSÕES: DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA; DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL; E DE CULTURA.)

INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA DE ACORDO COM O § 1º DO ARTIGO 47 DO REGIMENTO INTERNO

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO

PROJETO DE LEI Nº 4514/2021, DE AUTORIA DO DEPUTADO EURICO JÚNIOR, QUE DENOMINA "RODOVIA RJ 134-SILVEIRA DA MOTTA" O TRECHO DA RODOVIA ESTADUAL RJ-134 QUE LIGA O DISTRITO DA POSSE NO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS ATÉ O CENTRO DA CIDADE DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO.
(PENDENDO DE PARECERES DAS COMISSÕES: DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA; DE TRANSPORTES; E DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL.)

EM DISCUSSÃO ÚNICA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 675/2021, DE AUTORIA DOS DEPUTADOS FLAVIO SERAFINI, WALDECK CARNEIRO, MARTHA ROCHA, NOEL DE CARVALHO, DANI MONTEIRO, SERGIO FERNANDES, ROSANE FÉLIX E RUBENS BOMTEMPO, QUE ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 586, DE 2018, QUE INSTITUI, NO ÂMBITO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, O PRÊMIO PAULO FREIRE.
(PENDENDO DE PARECERES DAS COMISSÕES: DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA; DE NORMAS INTERNAS E PROPOSIÇÕES EXTERNAS; E DA MESA DIRETORA.)

3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 14 DE OUTUBRO DE 2021

18h45

- QUINTA-FEIRA -

EM REGIME DE URGÊNCIA
EM DISCUSSÃO ÚNICA

PROJETO DE LEI Nº 3829/2021, DE AUTORIA DO DEPUTADO MAX LEMOS, QUE DISPÕE SOBRE O ARMAZENAMENTO DAS AULAS DISPONIBILIZADAS EM MEIOS DIGITAIS PELAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE ENSINO NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
(PENDENDO DE PARECERES DAS COMISSÕES: DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA; DE EDUCAÇÃO; DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA; E DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE.)

EM REGIME DE URGÊNCIA
EM DISCUSSÃO ÚNICA

PROJETO DE LEI Nº 4150/2021, DE AUTORIA DO DEPUTADO ANDERSON MORAES, QUE DETERMINA O TOMBAMENTO, COMO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, DA "CALÇADA DA FAMA" NA PRAÇA DO LIDO, BAIRRO DE COPACABANA, MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, NA FORMA QUE MENCIONA.
(PENDENDO DE PARECERES DAS COMISSÕES: DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA; DE CULTURA; DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL; E DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE.)

INCLUÍDO NA ORDEM DO DIA DE ACORDO COM O § 3º DO ARTIGO 47 DO REGIMENTO INTERNO

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM VOTAÇÃO - EM 1ª DISCUSSÃO

PROJETO DE LEI Nº 4153/2021, DE AUTORIA DO DEPUTADO SAMUEL MALAFAIA, QUE INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE APOIO E REINSERÇÃO SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE CRIMES COMETIDOS POR PAIS OU RESPONSÁVEIS INDICIADOS EM INQUÉRITOS POLICIAIS E/OU CONDENADOS EM AÇÃO PENAL NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
PARECERES DAS COMISSÕES: DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, PELA CONSTITUCIONALIDADE; DE ASSUNTOS DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO, FAVORÁVEL; DE SEGURANÇA PÚBLICA E ASSUNTOS DE POLÍCIA, FAVORÁVEL; DE EDUCAÇÃO, FAVORÁVEL, COM EMENDA; E DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE, FAVORÁVEL.
RELATORES: DEPUTADOS MARCOS MULLER, ALANA PASSOS, DELEGADO CARLOS AUGUSTO, FLAVIO SERAFINI E MÁRCIO PACHECO.
(PENDENDO DE PARECERES DAS COMISSÕES: DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA; DE ASSUNTOS DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO; DE SEGURANÇA PÚBLICA E ASSUNTOS DE POLÍCIA; DE EDUCAÇÃO; E DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE, ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO.)

INCLUÍDO NA ORDEM DO DIA DE ACORDO COM O § 1º DO ARTIGO 47 DO REGIMENTO INTERNO

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO

PROJETO DE LEI Nº 3599/2021, DE AUTORIA DA DEPUTADA TIA JU, QUE ESTABELECE PENALIDADES ADMINISTRATIVAS AOS AGENTES PÚBLICOS QUE COMETEREM ATOS DE CORRUPÇÃO E IMPROBIDADE ENVOLVENDO RECURSOS E BENS DESTINADOS AO ENFRENTAMENTO DE PANDEMIAS E/OU CALAMIDADES PÚBLICAS NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
PARECERES DAS COMISSÕES: DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, PELA CONSTITUCIONALIDADE; E DE SAÚDE, FAVORÁVEL.
RELATORES: DEPUTADOS MÁRCIO PACHECO E ROSENVERG REIS.
(PENDENDO DE PARECERES DAS COMISSÕES: DE SERVIDORES PÚBLICOS; DE TRABALHO, LEGISLAÇÃO SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL; E DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE.)

4ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 14 DE OUTUBRO DE 2021

18h50

- QUINTA-FEIRA -

EM REGIME DE URGÊNCIA
EM DISCUSSÃO ÚNICA

PROJETO DE LEI Nº 4424/2021, DE AUTORIA DO DEPUTADO SÉRGIO FERNANDES, QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONSIDERAR A CARGA HORÁRIA E AS GRATIFICAÇÕES DOS DIRETORES GERAIS, DIRETORES ADJUNTOS E MEMBROS DA EQUIPE TÉNICO PEDAGÓGICA PARA 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS.
(PENDENDO DE PARECERES DAS COMISSÕES: DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA; DE EDUCAÇÃO; DE SERVIDORES PÚBLICOS; E DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE.)

EM REGIME DE URGÊNCIA
EM DISCUSSÃO ÚNICA

PROJETO DE LEI Nº 4573/2021, DE AUTORIA DO DEPUTADO DELEGADO CARLOS AUGUSTO, QUE DISPÕE SOBRE AS PENALIDADES A SEREM APLICADAS NOS CASOS DA PRÁTICA DE "REVACINAÇÃO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
(PENDENDO DE PARECERES DAS COMISSÕES: DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA; DE SAÚDE; DE SERVIDORES PÚBLICOS; E DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE.)

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM DISCUSSÃO ÚNICA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 683/2021, DE AUTORIA DO DEPUTADO JALMIR JÚNIOR, QUE CONCEDE MEDALHA TIRADENTES E RESPECTIVO DIPLOMA AO SR. ANGELO BARBOSA CASTRO, TENENTE CORONEL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
PARECER DA COMISSÃO DE NORMAS INTERNAS E PROPOSIÇÕES EXTERNAS, FAVORÁVEL.
RELATOR: DEPUTADO CHICO MACHADO.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 689/2021, DE AUTORIA DO DEPUTADO RENATO ZACA, QUE CONCEDE A MEDALHA TIRADENTES E O RESPECTIVO DIPLOMA À DRA. MARIA THEREZA RIBEIRO FORTES.
PARECER DA COMISSÃO DE NORMAS INTERNAS E PROPOSIÇÕES EXTERNAS, FAVORÁVEL.
RELATOR: DEPUTADO MÁRCIO CANELLA.

INCLUÍDO NA ORDEM DO DIA DE ACORDO COM O § 3º DO ARTIGO 47 DO REGIMENTO INTERNO

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM VOTAÇÃO - EM 1ª DISCUSSÃO

PROJETO DE LEI Nº 4576/2021, DE AUTORIA DOS DEPUTADOS LUCINHA E LUIZ PAULO, QUE INSTITUI O PROGRAMA PEQUENOS ÓRFÃOS DA COVID-19 QUE DISPÕE SOBRE AUXÍLIO FINANCEIRO AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE PERDERAM SEU PROVEDOR VÍTIMA DO NOVO CORONAVÍRUS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
PARECERES DAS COMISSÕES: DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, PELA CONSTITUCIONALIDADE; DE ASSUNTOS DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO, FAVORÁVEL; DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA, FAVORÁVEL; DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, FAVORÁVEL; E DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE, FAVORÁVEL.
RELATORES: DEPUTADOS MÁRCIO PACHECO, ROSANE FÉLIX, DANI MONTEIRO, CARLOS MACEDO E MÁRCIO CANELLA.
(PENDENDO DE PARECERES DAS COMISSÕES: DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA; DE ASSUNTOS DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO; DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA; DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL; E DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE, ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO.)

INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA DE ACORDO COM O § 1º DO ARTIGO 47 DO REGIMENTO INTERNO

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO

PROJETO DE LEI Nº 1913/2020, DE AUTORIA DO DEPUTADO CORONEL SALEMA, QUE INSTITUI CRITÉRIOS PARA A PRESTAÇÃO DE AUXÍLIO, PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES PERTENCENTES AOS QUADROS DA POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, INSPETORES DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E AGENTES SÓCIO EDUCATIVO VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
(PENDENDO DE PARECERES DAS COMISSÕES: DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA; DE SEGURANÇA PÚBLICA E ASSUNTOS DE POLÍCIA; DE DEFESA CIVIL; DE SERVIDORES PÚBLICOS; DE SAÚDE; E DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE.)

PROJETO DE LEI Nº 4731/2021, DE AUTORIA DO DEPUTADO ANDERSON MORAES, QUE INSTITUI O SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NA FORMA QUE MENCIONA.
(PENDENDO DE PARECERES DAS COMISSÕES: DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA; DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER; DE SEGURANÇA PÚBLICA E ASSUNTOS DE POLÍCIA; E DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE.)

Rio de Janeiro, em 07 de outubro de 2021.
DEPUTADO JAIR BITTENCOURT
1º Vice-Presidente no exercício da Presidência
***(Republicado por haver alterações)**

Id: 2346392

Expediente Despachado pelo Presidente

***PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 690/2021**

CONCEDE A MEDALHA TIRADENTES E O RESPECTIVO DIPLOMA AO SR. JOÃO BATISTA CARVALHO E SILVA.
Autores: Deputados ANDRÉ CECILIANO, Dionísio Lins, Carlos Minc, Bebeto, Subtenente Bernardo, Eliomar Coelho, Rubens Bomtempo, Flavio Serafini, Waldeck Carneiro, Alana Passos, Martha Rocha, Valdecy Da Saúde, Adriana Balthazar, Celia Jordão, Luiz Paulo, Dani Monteiro, Lucinha, Mônica Francisco, Anderson Moraes, Danniel Librelon, Renata Souza, Charlles Batista, Enfermeira Rejane, Samuel Malafaia, Márcio Pacheco, Jalmir Junior, Rodrigo Amorim, Marcelo Dino, Tia Ju, Eurico Junior, Ronaldo Anquieta, Marcus Vinícius, Giovani Ratinho, Jair Bittencourt, Sergio Fernandes, Brazão, Átila Nunes, Val Ceasa, Wellington José, Márcio Canella, Marcelo Cabeleireiro, Coronel Salema, Pedro Ricardo.

DESPACHO:
A imprimir e à Comissão de Normas Internas e Proposições Externas.
Em 23.09.2021.
DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE
***(Republicado por haver saído com incorreções)**

***PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 691/2021**

CONCEDE A MEDALHA TIRADENTES E O RESPECTIVO DIPLOMA AO SR. VITOR ANTÔNIO DE JESUS - ATLETA PARALÍMPICO.
Autores: Deputados ANDRÉ CECILIANO, Dionísio Lins, Carlos Minc, Bebeto, Subtenente Bernardo, Eliomar Coelho, Rubens Bomtempo, Flavio Serafini, Waldeck Carneiro, Alana Passos, Martha Rocha, Valdecy Da Saúde, Adriana Balthazar, Celia Jordão, Luiz Paulo, Dani Monteiro, Lucinha, Mônica Francisco, Anderson Moraes, Danniel Librelon, Renata Souza, Charlles Batista, Enfermeira Rejane, Samuel Malafaia, Márcio Pacheco, Jalmir Junior, Rodrigo Amorim, Marcelo Dino, Tia Ju, Eurico Junior, Ronaldo Anquieta, Marcus Vinícius, Giovani Ratinho, Jair Bittencourt, Sergio Fernandes, Brazão, Átila Nunes, Val Ceasa, Wellington José, Márcio Canella, Marcelo Cabeleireiro, Coronel Salema, Pedro Ricardo.

DESPACHO:
A imprimir e à Comissão de Normas Internas e Proposições Externas.
Em 23.09.2021.
DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE
***(Republicado por haver saído com incorreções)**

***PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 692/2021**

CONCEDE A MEDALHA TIRADENTES E O RESPECTIVO DIPLOMA AO SR. DANIEL BRANDÃO MARTINS.
Autores: Deputados ANDRÉ CECILIANO, Dionísio Lins, Carlos Minc, Bebeto, Subtenente Bernardo, Eliomar Coelho, Rubens Bomtempo, Flavio Serafini, Waldeck Carneiro, Alana Passos, Martha Rocha, Valdecy Da Saúde, Adriana Balthazar, Celia Jordão, Luiz Paulo, Dani Monteiro, Lucinha, Mônica Francisco, Anderson Moraes, Danniel Librelon, Renata Souza, Charlles Batista, Enfermeira Rejane, Samuel Malafaia, Márcio Pacheco, Jalmir Junior, Rodrigo Amorim, Marcelo Dino, Tia Ju, Eurico Junior, Ronaldo Anquieta, Marcus Vinícius, Giovani Ratinho, Jair Bittencourt, Sergio Fernandes, Brazão, Átila Nunes, Val Ceasa, Wellington José, Márcio Canella, Marcelo Cabeleireiro, Coronel Salema, Pedro Ricardo.

DESPACHO:
A imprimir e à Comissão de Normas Internas e Proposições Externas.
Em 23.09.2021.
DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE
***(Republicado por haver saído com incorreções)**

***PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 693/2021**

CONCEDE A MEDALHA TIRADENTES E O RESPECTIVO DIPLOMA AO SR. JUCELINO DA SILVA - ATLETA PARALÍMPICO.
Autores: Deputados ANDRÉ CECILIANO, Dionísio Lins, Carlos Minc, Bebeto, Subtenente Bernardo, Eliomar Coelho, Rubens Bomtempo, Flavio Serafini, Waldeck Carneiro, Alana Passos, Martha Rocha, Valdecy Da Saúde, Adriana Balthazar, Celia Jordão, Luiz Paulo, Dani Monteiro, Lucinha, Mônica Francisco, Anderson Moraes, Danniel Librelon, Renata Souza, Charlles Batista, Enfermeira Rejane, Samuel Malafaia, Márcio Pacheco, Jalmir Junior, Rodrigo Amorim, Marcelo Dino, Tia Ju, Eurico Junior, Ronaldo Anquieta, Marcus Vinícius, Giovani Ratinho, Jair Bittencourt, Sergio Fernandes, Brazão, Átila Nunes, Val Ceasa, Wellington José, Márcio Canella, Marcelo Cabeleireiro, Coronel Salema, Pedro Ricardo.

DESPACHO:
A imprimir e à Comissão de Normas Internas e Proposições Externas.
Em 23.09.2021.
DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE
***(Republicado por haver saído com incorreções)**

***PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 694/2021**

CONCEDE A MEDALHA TIRADENTES E SEU RESPECTIVO DIPLOMA AO SR. DIOGO REBOUÇAS - ATLETA PARALÍMPICO.
Autores: Deputados ANDRÉ CECILIANO, Dionísio Lins, Carlos Minc, Bebeto, Subtenente Bernardo, Eliomar Coelho, Rubens Bomtempo, Flavio Serafini, Waldeck Carneiro, Alana Passos, Martha Rocha, Valdecy Da Saúde, Adriana Balthazar, Celia Jordão, Luiz Paulo, Dani Monteiro, Lucinha, Mônica Francisco, Anderson Moraes, Danniel Librelon, Renata Souza, Charlles Batista, Enfermeira Rejane, Samuel Malafaia, Márcio Pacheco, Jalmir Junior, Rodrigo Amorim, Marcelo Dino, Tia Ju, Eurico Junior, Ronaldo Anquieta, Marcus Vinícius, Giovani Ratinho, Jair Bittencourt, Sergio Fernandes, Brazão, Átila Nunes, Val Ceasa, Wellington José, Márcio Canella, Marcelo Cabeleireiro, Coronel Salema, Pedro Ricardo.

DESPACHO:
A imprimir e à Comissão de Normas Internas e Proposições Externas.
Em 23.09.2021.
DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE
***(Republicado por haver saído com incorreções)**

***PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 695/2021**

CONCEDE A MEDALHA TIRADENTES E O RESPECTIVO DIPLOMA AO SR. EMANOEL VICTOR SOUZA DE OLIVEIRA - ATLETA PARALÍMPICO.
Autores: Deputados ANDRÉ CECILIANO, Dionísio Lins, Carlos Minc, Bebeto, Subtenente Bernardo, Eliomar Coelho, Rubens Bomtempo, Flavio Serafini, Waldeck Carneiro, Alana Passos, Martha Rocha, Valdecy Da Saúde, Adriana Balthazar, Celia Jordão, Luiz Paulo, Dani Monteiro, Lucinha, Mônica Francisco, Anderson Moraes, Danniel Librelon, Renata Souza, Charlles Batista, Enfermeira Rejane, Samuel Malafaia, Márcio Pacheco, Jalmir Junior, Rodrigo Amorim, Marcelo Dino, Tia Ju, Eurico Junior, Ronaldo Anquieta, Marcus Vinícius, Giovani Ratinho, Jair Bittencourt, Sergio Fernandes, Brazão, Átila Nunes, Val Ceasa, Wellington José, Márcio Canella, Marcelo Cabeleireiro, Coronel Salema, Pedro Ricardo.

DESPACHO:
A imprimir e à Comissão de Normas Internas e Proposições Externas.
Em 23.09.2021.
DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE
***(Republicado por haver saído com incorreções)**

***PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 696/2021**

CONCEDE A MEDALHA TIRADENTES E O RESPECTIVO DIPLOMA A SRA. JULYANA CRISTINA SILVA - ATLETA PARALÍMPICA.
Autores: Deputados ANDRÉ CECILIANO, Dionísio Lins, Carlos Minc, Bebeto, Subtenente Bernardo, Eliomar Coelho, Rubens Bomtempo, Flavio Serafini, Waldeck Carneiro, Alana Passos, Martha Rocha, Valdecy Da Saúde, Adriana Balthazar, Celia Jordão, Luiz Paulo, Dani Monteiro, Lucinha, Mônica Francisco, Anderson Moraes, Danniel Librelon, Renata Souza, Charlles Batista, Enfermeira Rejane, Samuel Malafaia, Márcio Pacheco, Jalmir Junior, Rodrigo Amorim, Marcelo Dino, Tia Ju, Eurico Junior, Ronaldo Anquieta, Marcus Vinícius, Giovani Ratinho, Jair Bittencourt, Sergio Fernandes, Brazão, Átila Nunes, Val Ceasa, Wellington José, Márcio Canella, Marcelo Cabeleireiro, Coronel Salema, Pedro Ricardo.

DESPACHO:
A imprimir e à Comissão de Normas Internas e Proposições Externas.
Em 23.09.2021.
DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE
***(Republicado por haver saído com incorreções)**

***PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 697/2021**

CONCEDE A MEDALHA TIRADENTES E O RESPECTIVO DIPLOMA AO SR. FELIPE DE SOUZA GOMES - ATLETA PARALÍMPICO.
Autores: Deputados ANDRÉ CECILIANO, Dionísio Lins, Carlos Minc, Bebeto, Subtenente Bernardo, Eliomar Coelho, Rubens Bomtempo, Flavio Serafini, Waldeck Carneiro, Alana Passos, Martha Rocha, Valdecy Da Saúde, Adriana Balthazar, Celia Jordão, Luiz Paulo, Dani Monteiro, Lucinha, Mônica Francisco, Anderson Moraes, Danniel Librelon, Renata Souza, Charlles Batista, Enfermeira Rejane, Samuel Malafaia, Márcio Pacheco, Jalmir Junior, Rodrigo Amorim, Marcelo Dino, Tia Ju, Eurico Junior, Ronaldo Anquieta, Marcus Vinícius, Giovani Ratinho, Jair Bittencourt, Sergio Fernandes, Brazão, Átila Nunes, Val Ceasa, Wellington José, Márcio Canella, Marcelo Cabeleireiro, Coronel Salema, Pedro Ricardo.

DESPACHO:
A imprimir e à Comissão de Normas Internas e Proposições Externas.
Em 23.09.2021.
DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE
***(Republicado por haver saído com incorreções)**

***PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 698/2021**

CONCEDE A MEDALHA TIRADENTES E O RESPECTIVO DIPLOMA AO SR. FÁBIO BORDIGNON - ATLETA PARALÍMPICO.
Autores: Deputados ANDRÉ CECILIANO, Dionísio Lins, Carlos Minc, Bebeto, Subtenente Bernardo, Eliomar Coelho, Rubens Bomtempo, Flavio Serafini, Waldeck Carneiro, Alana Passos, Martha Rocha, Valdecy Da Saúde, Adriana Balthazar, Celia Jordão, Luiz Paulo, Dani Monteiro, Lucinha, Mônica Francisco, Anderson Moraes, Danniel Librelon, Renata Souza, Charlles Batista, Enfermeira Rejane, Samuel Malafaia, Márcio Pacheco, Jalmir Junior, Rodrigo Amorim, Marcelo Dino, Tia Ju, Eurico Junior, Ronaldo Anquieta, Marcus Vinícius, Giovani Ratinho, Jair Bittencourt, Sergio Fernandes, Brazão, Átila Nunes, Val Ceasa, Wellington José, Márcio Canella, Marcelo Cabeleireiro, Coronel Salema, Pedro Ricardo.

DESPACHO:
A imprimir e à Comissão de Normas Internas e Proposições Externas.
Em 23.09.2021.
DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE
***(Republicado por haver saído com incorreções)**

***PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 699/2021**

CONCEDE A MEDALHA TIRADENTES E O RESPECTIVO DIPLOMA AO SR. WALLACE ANTÔNIO DE OLIVEIRA DOS SANTOS - ATLETA PARALÍMPICO
Autores: Deputados ANDRÉ CECILIANO, Dionísio Lins, Carlos Minc, Bebeto, Subtenente Bernardo, Eliomar Coelho, Rubens Bomtempo, Flavio Serafini, Waldeck Carneiro, Alana Passos, Martha Rocha, Valdecy Da Saúde, Adriana Balthazar, Celia Jordão, Luiz Paulo, Dani Monteiro, Lucinha, Mônica Francisco, Anderson Moraes, Danniel Librelon, Renata Souza, Charlles Batista, Enfermeira Rejane, Samuel Malafaia, Márcio Pacheco, Jalmir Junior, Rodrigo Amorim, Marcelo Dino, Tia Ju, Eurico Junior, Ronaldo Anquieta, Marcus Vinícius, Giovani Ratinho, Jair Bittencourt, Sergio Fernandes, Brazão, Átila Nunes, Val Ceasa, Wellington José, Márcio Canella, Marcelo Cabeleireiro, Coronel Salema, Pedro Ricardo.

DESPACHO:
A imprimir e à Comissão de Normas Internas e Proposições Externas.
Em 23.09.2021.
DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE
***(Republicado por haver saído com incorreções)**

***PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 700/2021**

CONCEDE A MEDALHA TIRADENTES E SEU RESPECTIVO DIPLOMA A SRA. KARLA FERREIRA CARDOSO - ATLETA PARALÍMPICA.
Autores: Deputados ANDRÉ CECILIANO, Dionísio Lins, Carlos Minc, Bebeto, Subtenente Bernardo, Eliomar Coelho, Rubens Bomtempo, Flavio Serafini, Waldeck Carneiro, Alana Passos, Martha Rocha, Valdecy Da Saúde, Adriana Balthazar, Celia Jordão, Luiz Paulo, Dani Monteiro, Lucinha, Mônica Francisco, Anderson Moraes, Danniel Librelon, Renata Souza, Charlles Batista, Enfermeira Rejane, Samuel Malafaia, Márcio Pacheco, Jalmir Junior, Rodrigo Amorim, Marcelo Dino, Tia Ju, Eurico Junior, Ronaldo Anquieta, Marcus Vinícius, Giovani Ratinho, Jair Bittencourt, Sergio Fernandes, Brazão, Átila Nunes, Val Ceasa, Wellington José, Márcio Canella, Marcelo Cabeleireiro, Coronel Salema, Pedro Ricardo.

DESPACHO:
A imprimir e à Comissão de Normas Internas e Proposições Externas.
Em 23.09.2021.
DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE
***(Republicado por haver saído com incorreções)**

***PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 701/2021**

CONCEDE A MEDALHA TIRADENTES E O RESPECTIVO DIPLOMA A SRA. TAYANA DE SOUZA MEDEIROS - ATLETA PARALÍMPICA.w
Autores: Deputados ANDRÉ CECILIANO, Dionísio Lins, Carlos Minc, Bebeto, Subtenente Bernardo, Eliomar Coelho, Rubens Bomtempo, Flavio Serafini, Waldeck Carneiro, Alana Passos, Martha Rocha, Valdecy Da Saúde, Adriana Balthazar, Celia Jordão, Luiz Paulo, Dani Monteiro, Lucinha, Mônica Francisco, Anderson Moraes, Danniel Librelon, Renata Souza, Charlles Batista, Enfermeira Rejane, Samuel Malafaia, Márcio Pacheco, Jalmir Junior, Rodrigo Amorim, Marcelo Dino, Tia Ju, Eurico Junior, Ronaldo Anquieta, Marcus Vinícius, Giovani Ratinho, Jair Bittencourt, Sergio Fernandes, Brazão, Átila Nunes, Val Ceasa, Wellington José, Márcio Canella, Marcelo Cabeleireiro, Coronel Salema, Pedro Ricardo.

DESPACHO:
A imprimir e à Comissão de Normas Internas e Proposições Externas.
Em 23.09.2021.
DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE
***(Republicado por haver saído com incorreções)**

***PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 702/2021**

CONCEDE A MEDALHA TIRADENTES E O RESPECTIVO DIPLOMA AO SR. MICHEL PESSANHA - ATLETA PARALÍMPICO
Autores: Deputados ANDRÉ CECILIANO, Dionísio Lins, Carlos Minc, Bebeto, Subtenente Bernardo, Eliomar Coelho, Rubens Bomtempo, Flavio Serafini, Waldeck Carneiro, Alana Passos, Martha Rocha, Valdecy Da Saúde, Adriana Balthazar, Celia Jordão, Luiz Paulo, Dani Monteiro, Lucinha, Mônica Francisco, Anderson Moraes, Danniel Librelon, Renata Souza, Charlles Batista, Enfermeira Rejane, Samuel Malafaia, Márcio Pacheco, Jalmir Junior, Rodrigo Amorim, Marcelo Dino, Tia Ju, Eurico Junior, Ronaldo Anquieta, Marcus Vinícius, Giovani Ratinho, Jair Bittencourt, Sergio Fernandes, Brazão, Átila Nunes, Val Ceasa, Wellington José, Márcio Canella, Marcelo Cabeleireiro, Coronel Salema, Pedro Ricardo.

DESPACHO:
A imprimir e à Comissão de Normas Internas e Proposições Externas.
Em 23.09.2021.
DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE
***(Republicado por haver saído com incorreções)**

***PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 703/2021**

CONCEDE MEDALHA TIRADENTES E SEU RESPECTIVO DIPLOMA AO SR. FÁBIO DIAS - TÉCNICO DA EQUIPE PARALÍMPICA.
Autores: Deputados ANDRÉ CECILIANO, Dionísio Lins, Carlos Minc, Bebeto, Subtenente Bernardo, Eliomar Coelho, Rubens Bomtempo, Flavio Serafini, Waldeck Carneiro, Alana Passos, Martha Rocha, Valdecy Da Saúde, Adriana Balthazar, Celia Jordão, Luiz Paulo, Dani Monteiro, Lucinha, Mônica Francisco, Anderson Moraes, Danniel Librelon, Renata Souza, Charlles Batista, Enfermeira Rejane, Samuel Malafaia, Márcio Pacheco, Jalmir Junior, Rodrigo Amorim, Marcelo Dino, Tia Ju, Eurico Junior, Ronaldo Anquieta, Marcus Vinícius, Giovani Ratinho, Jair Bittencourt, Sergio Fernandes, Brazão, Átila Nunes, Val Ceasa, Wellington José, Márcio Canella, Marcelo Cabeleireiro, Coronel Salema, Pedro Ricardo.

DESPACHO:
A imprimir e à Comissão de Normas Internas e Proposições Externas.
Em 23.09.2021.
DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE
***(Republicado por haver saído com incorreções)**

***PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 704/2021**

CONCEDE A MEDALHA TIRADENTES E O RESPECTIVO DIPLOMA AO SR. COSME DO NASCIMENTO - TÉCNICO DA EQUIPE PARALÍMPICA.
Autores: Deputados ANDRÉ CECILIANO, Dionísio Lins, Carlos Minc, Bebeto, Subtenente Bernardo, Eliomar Coelho, Rubens Bomtempo, Flavio Serafini, Waldeck Carneiro, Alana Passos, Martha Rocha, Valdecy Da Saúde, Adriana Balthazar, Celia Jordão, Luiz Paulo, Dani Monteiro, Lucinha, Mônica Francisco, Anderson Moraes, Danniel Librelon, Renata Souza, Charlles Batista, Enfermeira Rejane, Samuel Malafaia, Márcio Pacheco, Jalmir Junior, Rodrigo Amorim, Marcelo Dino, Tia Ju, Eurico Junior, Ronaldo Anquieta, Marcus Vinícius, Giovani Ratinho, Jair Bittencourt, Sergio Fernandes, Brazão, Átila Nunes, Val Ceasa, Wellington José, Márcio Canella, Marcelo Cabeleireiro, Coronel Salema, Pedro Ricardo.

DESPACHO:
A imprimir e à Comissão de Normas Internas e Proposições Externas.
Em 23.09.2021.
DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE
***(Republicado por haver saído com incorreções)**

***PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 705/2021**

CONCEDE A MEDALHA TIRADENTES E O RESPECTIVO DIPLOMA AO SR. WESCLEY CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA - ATLETA PARALÍMPICO.
Autores: Deputados ANDRÉ CECILIANO, Dionísio Lins, Carlos Minc, Bebeto, Subtenente Bernardo, Eliomar Coelho, Rubens Bomtempo, Flavio Serafini, Waldeck Carneiro, Alana Passos, Martha Rocha, Valdecy Da Saúde, Adriana Balthazar, Celia Jordão, Luiz Paulo, Dani Monteiro, Lucinha, Mônica Francisco, Anderson Moraes, Danniel Librelon, Renata Souza, Charlles Batista, Enfermeira Rejane, Samuel Malafaia, Márcio Pacheco, Jalmir Junior, Rodrigo Amorim, Marcelo Dino, Tia Ju, Eurico Junior, Ronaldo Anquieta, Marcus Vinícius, Giovani Ratinho, Jair Bittencourt, Sergio Fernandes, Brazão, Átila Nunes, Val Ceasa, Wellington José, Márcio Canella, Marcelo Cabeleireiro, Coronel Salema, Pedro Ricardo.

DESPACHO:
A imprimir e à Comissão de Normas Internas e Proposições Externas.
Em 23.09.2021.
DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE
***(Republicado por haver saído com incorreções)**

***PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 706/2021**

CONCEDE A MEDALHA TIRADENTES E O RESPECTIVO DIPLOMA A SRA. CAMILA MARIA - ATLETA PARALÍMPICA.
Autores: Deputados ANDRÉ CECILIANO, Dionísio Lins, Carlos Minc, Bebeto, Subtenente Bernardo, Eliomar Coelho, Rubens Bomtempo, Flavio Serafini, Waldeck Carneiro, Alana Passos, Martha Rocha, Valdecy Da Saúde, Adriana Balthazar, Celia Jordão, Luiz Paulo, Dani Monteiro, Lucinha, Mônica Francisco, Anderson Moraes, Danniel Librelon, Renata Souza, Charlles Batista, Enfermeira Rejane, Samuel Malafaia, Márcio Pacheco, Jalmir Junior, Rodrigo Amorim, Marcelo Dino, Tia Ju, Eurico Junior, Ronaldo Anquieta, Marcus Vinícius, Giovani Ratinho, Jair Bittencourt, Sergio Fernandes, Brazão, Átila Nunes, Val Ceasa, Wellington José, Márcio Canella, Marcelo Cabeleireiro, Coronel Salema, Pedro Ricardo.

DESPACHO:
A imprimir e à Comissão de Normas Internas e Proposições Externas.
Em 23.09.2021.
DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE
***(Republicado por haver saído com incorreções)**

***PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 707/2021**

CONCEDE A MEDALHA TIRADENTES E O RESPECTIVO DIPLOMA A SRA. DIANA CRISTINA BARCELOS DE OLIVEIRA - ATLETA PARALÍMPICA.
Autores: Deputados ANDRÉ CECILIANO, Dionísio Lins, Carlos Minc, Bebeto, Subtenente Bernardo, Eliomar Coelho, Rubens Bomtempo, Flavio Serafini, Waldeck Carneiro, Alana Passos, Martha Rocha, Valdecy Da Saúde, Adriana Balthazar, Celia Jordão, Luiz Paulo, Dani Monteiro, Lucinha, Mônica Francisco, Anderson Moraes, Danniel Librelon, Renata Souza, Charlles Batista, Enfermeira Rejane, Samuel Malafaia, Márcio Pacheco, Jalmir Junior, Rodrigo Amorim, Marcelo Dino, Tia Ju, Eurico Junior, Ronaldo Anquieta, Marcus Vinícius, Giovani Ratinho, Jair Bittencourt, Sergio Fernandes, Brazão, Átila Nunes, Val Ceasa, Wellington José, Márcio Canella, Marcelo Cabeleireiro, Coronel Salema, Pedro Ricardo.

DESPACHO:
A imprimir e à Comissão de Normas Internas e Proposições Externas.
Em 23.09.2021.
DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE
***(Republicado por haver saído com incorreções)**

***PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 708/2021**

CONCEDE A MEDALHA TIRADENTES E SEU RESPECTIVO DIPLOMA AO SR. DOUGLAS ROCHA MATERA - ATLETA PARALÍMPICO.
Autores: Deputados ANDRÉ CECILIANO, Dionísio Lins, Carlos Minc, Bebeto, Subtenente Bernardo, Eliomar Coelho, Rubens Bomtempo, Flavio Serafini, Waldeck Carneiro, Alana Passos, Martha Rocha, Valdecy Da Saúde, Adriana Balthazar, Celia Jordão, Luiz Paulo, Dani Monteiro, Lucinha, Mônica Francisco, Anderson Moraes, Danniel Librelon, Renata Souza, Charlles Batista, Enfermeira Rejane, Samuel Malafaia, Márcio Pacheco, Jalmir Junior, Rodrigo Amorim, Marcelo Dino, Tia Ju, Eurico Junior, Ronaldo Anquieta, Marcus Vinícius, Giovani Ratinho, Jair Bittencourt, Sergio Fernandes, Brazão, Átila Nunes, Val Ceasa, Wellington José, Márcio Canella, Marcelo Cabeleireiro, Coronel Salema, Pedro Ricardo.

DESPACHO:
A imprimir e à Comissão de Normas Internas e Proposições Externas.
Em 23.09.2021.
DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE
***(Republicado por haver saído com incorreções)**

***PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 709/2021**

CONCEDE A MEDALHA TIRADENTES E O RESPECTIVO DIPLOMA AO SR. NEWTON VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR - ATLETA GUIA.
Autores: Deputados ANDRÉ CECILIANO, Dionísio Lins, Carlos Minc, Bebeto, Subtenente Bernardo, Eliomar Coelho, Rubens Bomtempo, Flavio Serafini, Waldeck Carneiro, Alana Passos, Martha Rocha, Valdecy Da Saúde, Adriana Balthazar, Celia Jordão, Luiz Paulo, Dani Monteiro, Lucinha, Mônica Francisco, Anderson Moraes, Danniel Librelon, Renata Souza, Charlles Batista, Enfermeira Rejane, Samuel Malafaia, Márcio Pacheco, Jalmir Junior, Rodrigo Amorim, Marcelo Dino, Tia Ju, Eurico Junior, Ronaldo Anquieta, Marcus Vinícius, Giovani Ratinho, Jair Bittencourt, Sergio Fernandes, Brazão, Átila Nunes, Val Ceasa, Wellington José, Márcio Canella, Marcelo Cabeleireiro, Coronel Salema, Pedro Ricardo.

DESPACHO:
A imprimir e à Comissão de Normas Internas e Proposições Externas.
Em 23.09.2021.
DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE
***(Republicado por haver saído com incorreções)**

***PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 710/2021**

CONCEDE A MEDALHA TIRADENTES E O RESPECTIVO DIPLOMA AO SR. FERNANDO BARBOSA DE OLIVEIRA - TÉCNICO DA EQUIPE PARALÍMPICA.
Autores: Deputados ANDRÉ CECILIANO, Dionísio Lins, Carlos Minc, Bebeto, Subtenente Bernardo, Eliomar Coelho, Rubens Bomtempo, Flavio Serafini, Waldeck Carneiro, Alana Passos, Martha Rocha, Valdecy Da Saúde, Adriana Balthazar, Celia Jordão, Luiz Paulo, Dani Monteiro, Lucinha, Mônica Francisco, Anderson Moraes, Danniel Librelon, Renata Souza, Charlles Batista, Enfermeira Rejane, Samuel Malafaia, Márcio Pacheco, Jalmir Junior, Rodrigo Amorim, Marcelo Dino, Tia Ju, Eurico Junior, Ronaldo Anquieta, Marcus Vinícius, Giovani Ratinho, Jair Bittencourt, Sergio Fernandes, Brazão, Átila Nunes, Val Ceasa, Wellington José, Márcio Canella, Marcelo Cabeleireiro, Coronel Salema, Pedro Ricardo.

DESPACHO:
A imprimir e à Comissão de Normas Internas e Proposições Externas.
Em 23.09.2021.
DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE
***(Republicado por haver saído com incorreções)**

***PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 711/2021**

CONCEDE A MEDALHA TIRADENTES E O RESPECTIVO DIPLOMA AO SR. WILIANS SILVA DE ARAÚJO - ATLETA PARALÍMPICO
Autores: Deputados ANDRÉ CECILIANO, Dionísio Lins, Carlos Minc, Bebeto, Subtenente Bernardo, Eliomar Coelho, Rubens Bomtempo, Flavio Serafini, Waldeck Carneiro, Alana Passos, Martha Rocha, Valdecy Da Saúde, Adriana Balthazar, Celia Jordão, Luiz Paulo, Dani Monteiro, Lucinha, Mônica Francisco, Anderson Moraes, Danniel Librelon, Renata Souza, Charlles Batista, Enfermeira Rejane, Samuel Malafaia, Márcio Pacheco, Jalmir Junior, Rodrigo Amorim, Marcelo Dino, Tia Ju, Eurico Junior, Ronaldo Anquieta, Marcus Vinícius, Giovani Ratinho, Jair Bittencourt, Sergio Fernandes, Brazão, Átila Nunes, Val Ceasa, Wellington José, Márcio Canella, Marcelo Cabeleireiro, Coronel Salema, Pedro Ricardo.

DESPACHO:
A imprimir e à Comissão de Normas Internas e Proposições Externas.
Em 23.09.2021.
DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE
***(Republicado por haver saído com incorreções)**

***PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 712/2021**

CONCEDE A MEDALHA TIRADENTES E O RESPECTIVO DIPLOMA A SRA. VIVIANE FERREIRA SOARES - ATLETA PARALÍMPICA.
Autores: Deputados ANDRÉ CECILIANO, Dionísio Lins, Carlos Minc, Bebeto, Subtenente Bernardo, Eliomar Coelho, Rubens Bomtempo, Flavio Serafini, Waldeck Carneiro, Alana Passos, Martha Rocha, Valdecy Da Saúde, Adriana Balthazar, Celia Jordão, Luiz Paulo, Dani Monteiro, Lucinha, Mônica Francisco, Anderson Moraes, Danniel Librelon, Renata Souza, Charlles Batista, Enfermeira Rejane, Samuel Malafaia, Márcio Pacheco, Jalmir Junior, Rodrigo Amorim, Marcelo Dino, Tia Ju, Eurico Junior, Ronaldo Anquieta, Marcus Vinícius, Giovani Ratinho, Jair Bittencourt, Sergio Fernandes, Brazão, Átila Nunes, Val Ceasa, Wellington José, Márcio Canella, Marcelo Cabeleireiro, Coronel Salema, Pedro Ricardo.

DESPACHO:
A imprimir e à Comissão de Normas Internas e Proposições Externas.
Em 23.09.2021.
DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE
***(Republicado por haver saído com incorreções)**

***PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 713/2021**

CONCEDE A MEDALHA TIRADENTES E O RESPECTIVO DIPLOMA AO SR. RICARDO GOMES DE MENDONÇA - ATLETA PARALÍMPICO
Autores: Deputados ANDRÉ CECILIANO, Dionísio Lins, Carlos Minc, Bebeto, Subtenente Bernardo, Eliomar Coelho, Rubens Bomtempo, Flavio Serafini, Waldeck Carneiro, Alana Passos, Martha Rocha, Valdecy Da Saúde, Adriana Balthazar, Celia Jordão, Luiz Paulo, Dani Monteiro, Lucinha, Mônica Francisco, Anderson Moraes, Danniel Librelon, Renata Souza, Charlles Batista, Enfermeira Rejane, Samuel Malafaia, Márcio Pacheco, Jalmir Junior, Rodrigo Amorim, Marcelo Dino, Tia Ju, Eurico Junior, Ronaldo Anquieta, Marcus Vinícius, Giovani Ratinho, Jair Bittencourt, Sergio Fernandes, Brazão, Átila Nunes, Val Ceasa, Wellington José, Márcio Canella, Marcelo Cabeleireiro, Coronel Salema, Pedro Ricardo.

DESPACHO:
A imprimir e à Comissão de Normas Internas e Proposições Externas.
Em 23.09.2021.
DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE
***(Republicado por haver saído com incorreções)**

***PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 714/2021**

CONCEDE A MEDALHA TIRADENTES E O RESPECTIVO DIPLOMA A SRA. TUANY PRISCILA BARBOSA SIQUEIRA - ATLETA PARALÍMPICA.
Autores: Deputados ANDRÉ CECILIANO, Dionísio Lins, Carlos Minc, Bebeto, Subtenente Bernardo, Eliomar Coelho, Rubens Bomtempo, Flavio Serafini, Waldeck Carneiro, Alana Passos, Martha Rocha, Valdecy Da Saúde, Adriana Balthazar, Celia Jordão, Luiz Paulo, Dani Monteiro, Lucinha, Mônica Francisco, Anderson Moraes, Danniel Librelon, Renata Souza, Charlles Batista, Enfermeira Rejane, Samuel Malafaia, Márcio Pacheco, Jalmir Junior, Rodrigo Amorim, Marcelo Dino, Tia Ju, Eurico Junior, Ronaldo Anquieta, Marcus Vinícius, Giovani Ratinho, Jair Bittencourt, Sergio Fernandes, Brazão, Átila Nunes, Val Ceasa, Wellington José, Márcio Canella, Marcelo Cabeleireiro, Coronel Salema, Pedro Ricardo.

DESPACHO:
A imprimir e à Comissão de Normas Internas e Proposições Externas.
Em 23.09.2021.
DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE
***(Republicado por haver saído com incorreções)**

REQUERIMENTO S/Nº - 2021

REQUER URGÊNCIA PARA TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 4921/2020.
Autor: Deputado ANDRÉ CECILIANO

DESPACHO:
A imprimir. Deferido automaticamente nos termos do §4º do Art. 127 do Regimento Interno.
Em 07.10.2021.
DEPUTADOS JAIR BITTENCOURT, 1º VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA; SAMUEL MALAFAIA, 2º SECRETÁRIO; TIA JU, 2ª SECRETÁRIA; RENATO ZACA, 3º SECRETÁRIO; BRAZÃO, 1º VOGAL; DR. DEODALTO, 2º VOGAL

Requeiro, nos termos regimentais, URGÊNCIA para tramitação do Projeto de Lei nº 4921/2021, de autoria do Deputado, André Ceciliano, que "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6979, DE 31 DE MARÇO DE 2015 PARA INCLUIR OS MUNICÍPIOS DE BARRA MANSA E VOLTA REDONDA".
Rio de Janeiro, 07 de outubro de 2021.
Deputados ANDRÉ CECILIANO, Alana Passos, Alexandre Knoploch, André Ceciliano, Bebeto, Brazão, Carlos Macedo, Chico Machado, Delegado Carlos Augusto, Dionísio Lins, Doutor Deodalto, Eliomar Coelho, Enfermeira Rejane, Fábio Silva Flávio Serafini, Gustavo Schmidt, Lucinha, Márcio Pacheco, Martha Rocha, Renata Souza, Renato Zaca, Rodrigo Amorim, Rosenverg Reis, Rubens Bomtempo, Samuel Malafaia, Sérgio Fernandes, Tia Ju, Val Ceasa, Waldeck Carneiro.

REQUERIMENTO S/Nº - 2021

REQUER URGÊNCIA PARA TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 3120/2020.
Autor: Deputado CARLOS MINC

DESPACHO:
A imprimir. Deferido automaticamente nos termos do §4º do Art. 127 do Regimento Interno.
Em 07.10.2021.
DEPUTADOS JAIR BITTENCOURT, 1º VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA; SAMUEL MALAFAIA, 4º VICE-PRESIDENTE; BRAZÃO, 1º VOGAL; DR. DEODALTO, 2º VOGAL; GIOVANI RATINHO, 4º VOGAL.

Requeiro, nos termos regimentais, URGÊNCIA para tramitação do Projeto de Lei nº 3120/2020, de autoria do Deputado, Carlos Minc, que "ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 4528, DE 28 DE MARÇO DE 2005, ATENDENDO AO DISPOSTO NAS LEIS FEDERAIS Nº 9.394/96 E Nº 11.645/08".
Rio de Janeiro, 07 de outubro de 2021.
Deputados CARLOS MINC, Alana Passos, Alexandre Knoploch, André Ceciliano, Bebeto, Brazão, Carlos Macedo, Chico Machado, Delegado Carlos Augusto, Dionísio Lins, Doutor Deodalto, Eliomar Coelho, Enfermeira Rejane, Fábio Silva Flávio Serafini, Gustavo Schmidt, Lucinha, Márcio Pacheco, Martha Rocha, Renata Souza, Renato Zaca, Rodrigo Amorim, Rosenverg Reis, Rubens Bomtempo, Samuel Malafaia, Sérgio Fernandes, Tia Ju, Val Ceasa, Waldeck Carneiro.

REQUERIMENTO S/Nº - 2021

REQUER URGÊNCIA PARA TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 4962/2021
Autor: Deputado ANDRÉ CECILIANO

DESPACHO:
A imprimir. Deferido automaticamente nos termos do §4º do Art. 127 do Regimento Interno.
Em 07.10.2021.
DEPUTADOS JAIR BITTENCOURT, 1º VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA; SAMUEL MALAFAIA, 2º SECRETÁRIO; TIA JU, 2ª SECRETÁRIA; RENATO ZACA, 3º SECRETÁRIO; BRAZÃO, 1º VOGAL; DR. DEODALTO, 2º VOGAL

Requeiro, nos termos regimentais, URGÊNCIA para tramitação do Projeto de Lei nº 4962/2021, de autoria do Deputado, André Ceciliano, que "DECLARA PATRIMÔNIO IMATERIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO O ARMAZÉM DA UTOPIA".
Rio de Janeiro, 07 de outubro de 2021.
Deputados ANDRÉ CECILIANO, Alana Passos, Alexandre Knoploch, André Ceciliano, Bebeto, Brazão, Carlos Macedo, Chico Machado, Delegado Carlos Augusto, Dionísio Lins, Doutor Deodalto, Eliomar Coelho, Enfermeira Rejane, Fábio Silva Flávio Serafini, Gustavo Schmidt, Lucinha, Márcio Pacheco, Martha Rocha, Renata Souza, Renato Zaca, Rodrigo Amorim, Rosenverg Reis, Rubens Bomtempo, Samuel Malafaia, Sérgio Fernandes, Tia Ju, Val Ceasa, Waldeck Carneiro.

REQUERIMENTO S/Nº - 2021

REQUER URGÊNCIA PARA TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 4963/2021.
Autor: Deputado ANDRÉ CECILIANO

DESPACHO:
A imprimir. Deferido automaticamente nos termos do §4º do Art. 127 do Regimento Interno.
Em 07.10.2021.
DEPUTADOS JAIR BITTENCOURT, 1º VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA; SAMUEL MALAFAIA, 2º SECRETÁRIO; TIA JU, 2ª SECRETÁRIA; RENATO ZACA, 3º SECRETÁRIO; BRAZÃO, 1º VOGAL; DR. DEODALTO, 2º VOGAL

Requeiro, nos termos regimentais, URGÊNCIA para tramitação do Projeto de Lei nº 4963/2021, de autoria do Deputado, André Ceciliano, que "ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 5645, DE 06 DE JANEIRO DE 2010, PARA INCLUIR NO CALENDARIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO O DIA DO HUMOR"
Rio de Janeiro, 07 de outubro de 2021.
Deputados ANDRÉ CECILIANO, Alana Passos, Alexandre Knoploch, André Ceciliano, Bebeto, Brazão, Carlos Macedo, Chico Machado, Delegado Carlos Augusto, Dionísio Lins, Doutor Deodalto, Eliomar Coelho, Enfermeira Rejane, Fábio Silva Flávio Serafini, Gustavo Schmidt, Lucinha, Márcio Pacheco, Martha Rocha, Renata Souza, Renato Zaca, Rodrigo Amorim, Rosenverg Reis, Rubens Bomtempo, Samuel Malafaia, Sérgio Fernandes, Tia Ju, Val Ceasa, Waldeck Carneiro.

Moções

DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO

1387 - DE CONGRATULAÇÕES, APLAUSOS E LOUVOR ao Sr. ADRIANO BARROS DE ALMEIDA, Diretor da área de Relações Externas Conselho Espírita do Estado do Rio de Janeiro, pelo relevante trabalho através do Instituto EXPO RELIGIÃO de valorização, divulgação e inclusão ao Respeito a Diversidade Religiosa.

1388 - DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS a Sra. ATHAMIS BÁBARA BARBOSA - Presidente - Centro Nowa Cumig de Tradições Nativas do Rio de Janeiro, pelo relevante trabalho através do Instituto EXPO RELIGIÃO de valorização, divulgação e inclusão ao Respeito a Diversidade Religiosa.

1389 - DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS ao Srs. AFIN ODÉ ATAFÁ ROBERVAL MARTINS DA SILVA e ANTONIO LUIZ PINTO DOS SANTOS, pelo relevante trabalho através do Instituto EXPO RELIGIÃO de valorização, divulgação e inclusão ao Respeito a Diversidade Religiosa.

1390 - DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS ao Sr. NELSON AUGUSTO DOS SANTOS ÁGUIA, Representante do Diálogo Inter-Religioso da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, pelo relevante trabalho através do Instituto EXPO RELIGIÃO de valorização, divulgação e inclusão ao Respeito a Diversidade Religiosa.

1391 - DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS ao Sr. CARLOS MENEZES Responsável pelo Diálogo Inter-Religioso Centro Cultural Imam Hussein, pelo relevante trabalho através do Instituto EXPO RELIGIÃO de valorização, divulgação e inclusão ao Respeito a Diversidade Religiosa.

1392 - DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS ao Sr. CARLOS TUKANO - Presidente do Conselho Estadual do Direito do Índio Religião Pajelança, pelo relevante trabalho através do Instituto EXPO RELIGIÃO de valorização, divulgação e inclusão ao Respeito a Diversidade Religiosa.

1393 - DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS ao Sr. FERNANDO LUIZ GUIMARÃES CELINO Sociedade Beneficente Muçulmana do Rio de Janeiro - SBMRJ, pelo relevante trabalho através do Instituto EXPO RELIGIÃO de valorização, divulgação e inclusão ao Respeito a Diversidade Religiosa.

1394 - DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS a Sra. VANESSA MACHADO GONÇALVES DE OLIVEIRA Representante do Diálogo Inter-Religioso da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (Antigo Mórmons), pelo relevante trabalho através do Instituto EXPO RELIGIÃO de valorização, divulgação e inclusão ao Respeito a Diversidade Religiosa.

1395 - DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS ao Sr. MÁRCIO RIGHETTI - ILÉ ÀSE ÀYÉ OBALÚWÁIYE, pelo relevante trabalho através do Instituto EXPO RELIGIÃO de valorização, divulgação e inclusão ao Respeito a Diversidade Religiosa.

1396 - DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS ao Sr. GABRIEL SHISIL Templo do Budismo Tibetano, pelo relevante trabalho através do Instituto EXPO RELIGIÃO de valorização, divulgação e inclusão ao Respeito a Diversidade Religiosa.

1397 - DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS ao Sr. FABIO SOARES BASTOS - OYEKUN BÉRDURA, pelo relevante trabalho através do Instituto EXPO RELIGIÃO de valorização, divulgação e inclusão ao Respeito a Diversidade Religiosa.

1398 - DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS ao Sr. MARCO ANTONIO P. XAVIER Presidente do Movimento Umbanda do Amanhã (MUDA), pelo relevante trabalho através do Instituto EXPO RELIGIÃO de valorização, divulgação e inclusão ao Respeito a Diversidade Religiosa.

1399 - DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS à Sra. MARILUCIA RIBEIRO PINHEIRO Responsável do Diálogo Inter Religioso da Assembleia Espiritual Local dos Hahá'ís do Rio de Janeiro, pelo relevante trabalho através do Instituto EXPO RELIGIÃO de valorização, divulgação e inclusão ao Respeito a Diversidade Religiosa.

1400 - DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS ao Sr. MARCELO VACITE - Presidente da União Cigana do Brasil, pelo relevante trabalho através do Instituto EXPO RELIGIÃO de valorização, divulgação e inclusão ao Respeito a Diversidade Religiosa.

1401 - DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS ao Sr. Coronel UBIRATAN ÂNGELO - Grande Loja Maçônica do Estado do Rio de Janeiro, pelo relevante trabalho através do Instituto EXPO RELIGIÃO de valorização, divulgação e inclusão ao Respeito a Diversidade Religiosa.

1402 - DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS ao Sr. OG SPERLLE - Presidente da União Wicca do Brasil, pelo relevante trabalho através do Instituto EXPO RELIGIÃO de valorização, divulgação e inclusão ao Respeito a Diversidade Religiosa.

1403 - DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS ao Sr. UBIRAJARA GOMES DA SILVA (BIRA DE SANGO) - ILÉ ÀSE OJÚ OGÓ ODÓ - Religião de Matrizes Africanas, pelo relevante trabalho através do Instituto EXPO RELIGIÃO de valorização, divulgação e inclusão ao Respeito a Diversidade Religiosa.

1404 - DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS a Sra. Presidente NILCE NAIRA NASCIMENTO - Presidente da Renafro Saúde - Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileira e Saúde - Religião de Matrizes Africanas, pelo relevante trabalho através do Instituto EXPO RELIGIÃO de valorização, divulgação e inclusão ao Respeito a Diversidade Religiosa.

1405 - DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS à Sra. CRISTIANE CARLA PANTOJA SANTOS - CATIMBÓ DE JUREMA - Religião Catimbó, pelo relevante trabalho através do Instituto EXPO RELIGIÃO de valorização, divulgação e inclusão ao Respeito a Diversidade Religiosa.

1406 - DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS ao Sr. PAULO MALTZ Responsável pelo Diálogo Inter-Religioso - Federação Israelita do Rio de Janeiro FIERJ - Religião Judaica, pelo relevante trabalho através do Instituto EXPO RELIGIÃO de valorização, divulgação e inclusão ao Respeito a Diversidade Religiosa.

1407 - DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS à Sra. MARIA HELENA OLIVEIRA LEMOS - KUNTI DEVI DASI - Responsável pela Secretaria do Diálogo Inter -Religioso ISKCON - Sociedade Internacional para a Consciência de Krishna - Religião Hare Krishna, pelo relevante trabalho através do Instituto EXPO RELIGIÃO de valorização, divulgação e inclusão ao Respeito a Diversidade Religiosa.

1408 - DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS ao Pastor Sr. AYODELE BALOGUNAYO - Igreja Evangélica a Voz de Deus - Religião Evangélica, pelo relevante trabalho através do Instituto EXPO RELIGIÃO de valorização, divulgação e inclusão ao Respeito a Diversidade Religiosa.

DEPUTADO DANNIEL LIBRELON

1356 - DE APLAUSOS E CONGRATULAÇÕES à Dra. HELEN SARDENBERG por relevantes serviços prestados à população do Estado do Rio de Janeiro.

1357 - DE APLAUSOS E CONGRATULAÇÕES ao Sr. MILTON ROBERTO ALVES DE OLIVEIRA por relevantes serviços prestados à população do Estado do Rio de Janeiro.

1358 - DE APLAUSOS E CONGRATULAÇÕES à DIVISÃO DE VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL E QUALIDADE DE VIDA por relevantes serviços prestados à população do Estado do Rio de Janeiro.

DEPUTADO RENATO ZACA

1359 - DE APLAUSOS E CONGRATULAÇÕES a ASSOCIAÇÃO DOS VETERANOS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - AVPMERJ.

DEPUTADO VANDRO FAMÍLIA

1386 - DE APLAUSOS E CONGRATULAÇÕES a Professora e Diretora Escolar Sra. ALCÍLIA BRANDÃO TEIXEIRA, pelos inestimáveis serviços prestados ao Estado do Rio de Janeiro.

Id: 2346393

Comissões

PERMANENTES

PARECER

DA **COMISSÃO DE NORMAS INTERNAS E PROPOSIÇÕES EXTERNAS** AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 718/2021, QUE CONCEDE O TÍTULO BENEMÉRITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO A SRA. MARIA DO NASCIMENTO (MÃE MENINAZINHA DE OXUM).
Autoria: Deputado ANDRÉ CECILIANO e RENATA SOUZA
Relator: Deputado CHICO MACHADO
(FAVORÁVEL)

I - RELATÓRIO
Trata-se do exame do Projeto de Resolução nº 718/2021, que concede o Título de Benemérito do Estado do Rio de Janeiro à Senhora Maria do Nascimento (Mãe Meninazinha de Oxum).

II - PARECER DO RELATOR
A presente proposição, sem afrontar nenhum dispositivo constitucional e infraconstitucional, sob o devido manto do Regimento Interno desta Casa Parlamentar, não possui nenhum óbice normativo. Além disso, é louvável do mérito, pelo respeitável cidadão que se pretende homenagear.
Por todo o exposto, o meu parecer é FAVORÁVEL ao Projeto de Resolução nº 718/2021.
Sala das Comissões, 05 de outubro de 2021.
(a)Deputado CHICO MACHADO - Relator

III- CONCLUSÃO
A Comissão de Normas Internas e Proposições Externas, convocada em caráter permanente, na reunião realizada em 07 outubro de 2021, por meios remotos, aprovou o parecer do relator, FAVORÁVEL ao Projeto de Resolução nº 718/2021.
Sala das Comissões, 07 de outubro de 2021
(a)Deputados SÉRGIO FERNANDES, Presidente, CHICO MACHADO, ROSENVERG REIS, RODRIGO AMORIM membros efetivos e EURICO JÚNIOR, suplente.

PARECER

DA **COMISSÃO DE NORMAS INTERNAS E PROPOSIÇÕES EXTERNAS** AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 724/2021, QUE CONCEDE O DIPLOMA BARBOSA LIMA SOBRINHO AO ILMO. SR. ERICK RIANELLI - JORNALISTA E REPÓTER DA REDE GLOBO - RIO DE JANEIRO
Autoria: Deputado DIONÍSIO LINS
Relator: Deputado CHICO MACHADO
(FAVORÁVEL)

I - RELATÓRIO
Trata-se do exame do Projeto de Resolução nº 724/2021, que concede o Diploma Barbosa Lima Sobrinho ao Ilmo. Sr. Erick Rianelli, jornalista e repórter da Rede Globo, Rio de Janeiro.

II - PARECER DO RELATOR
A presente proposição, sem afrontar nenhum dispositivo constitucional e infraconstitucional, sob o devido manto do Regimento Interno desta Casa Parlamentar, não possui nenhum óbice normativo. Além disso, é louvável do mérito, pelo respeitável cidadão que se pretende homenagear.
Por todo o exposto, o meu parecer é FAVORÁVEL ao Projeto de Resolução nº 724/2021.
Sala das Comissões, 05 de outubro de 2021.
(a)Deputado CHICO MACHADO - Relator

III- CONCLUSÃO
A Comissão de Normas Internas e Proposições Externas, convocada em caráter permanente, na reunião realizada em 07 outubro de 2021, por meios remotos, aprovou o parecer do relator, FAVORÁVEL ao Projeto de Resolução nº 724/2021.
Sala das Comissões, 07 de outubro de 2021
(a)Deputados SÉRGIO FERNANDES, Presidente, CHICO MACHADO, ROSENVERG REIS, RODRIGO AMORIM membros efetivos e EURICO JÚNIOR, suplente.

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
Aos sete dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um, às dez horas, por meios digitais, conforme Art. 6º do Ato "N" /MD/nº 651/2020, publicado em 13 de março de 2020, reuniu-se a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania se reuniu com a presença dos Deputados Dani Monteiro - Presidenta, Carlos Minc, Vice-Presidente, Martha Rocha, membros efetivos e Enfermeira Rejane e Rosane Félix, membros suplentes deste órgão técnico. Havendo número regimental, a Deputada Dani Monteiro abriu a presente reunião e passou, a seguir, a leitura do tema da Audiência Pública a ser discutido e votado: 1 - O acesso à água e ao saneamento no Sul Fluminense. Colocada em discussão e votação, a Audiência foi aprovada. Nada mais havendo a tratar, e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, a Senhora Presidenta suspendeu a Reunião, da qual, eu, Vi-

viane Nicolau de Sousa, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata. Reabertos os trabalhos, foi lida e aprovada a ata, que segue assinada por mim e pela Senhora Presidenta. Sala das Comissões (meios digitais), em sete de outubro de dois mil e vinte e um. (a)Viviane Nicolau de Sousa - Secretária - Mat. 201.666-5; (a)Deputada Dani Monteiro - Presidenta

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E ASSUNTOS DE POLÍCIA

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONJUNTA

Aos dois dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um, às dez horas, conforme Ato da Mesa Diretora "N"/MD/Nº 651/2020, reuniram-se virtualmente a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, com a presença dos Senhores Deputados DANI MONTEIRO, Presidenta; e, a Comissão de Segurança Pública e Assuntos de Polícia, com a presença dos Deputados DELEGADO CARLOS AUGUSTO, Presidente; CORONEL SALEMA, Vice-Presidente. Havendo número regimental, em conformidade com o artigo 61 do Regimento Interno da Alerj, assumiu a presidência o Deputado Delegado Carlos Augusto, presidente da Comissão de Segurança Pública e Assuntos de Polícia. O Senhor Presidente anunciou a presença dos seguintes convidados: representantes do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Dr. André Luiz Cardoso; Dr. Reinaldo Lomba; Sr. Gilson Chagas, assessoria do Ministério Público; representantes da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, Drª. Maria Júlia Miranda; Dr. Fábio Amado. O Senhor Presidente justificou a ausência da Deputada Martha Rocha que se encontrava em reunião da Comissão Especial sobre crianças desaparecidas; e, prosseguindo, passou a presidência à Deputada Dani Monteiro, para que conduzisse a escuta temática. Dando andamento à escuta temática, foi ouvido um convidado por vez, e, ao término, fizeram uso da palavra os deputados presentes, para apresentarem suas considerações finais. Encerradas as falas, como nada mais houvesse a tratar e ninguém quisesse fazer uso da palavra, a Senhora Presidenta, Deputada Dani Monteiro, agradeceu a participação e o esforço de todos e suspendeu a reunião, para que eu, Jackeline Correa Marins, matrícula nº 201.523-8, Secretária da Comissão de Segurança Pública e Assuntos de Polícia, lavrasse a presente ata, que traz a transcrição do inteiro teor do ocorrido na reunião, nas notas taquigráficas, que seguem em anexo. Reabertos os trabalhos, foi a ata lida, aprovada e segue assinada por mim e pela Senhora Presidenta, Deputada Dani Monteiro e pelo Senhor Presidente, Deputado Delegado Carlos Augusto. Sala das Comissões (meios digitais), em 02 de setembro de 2021. (a)Jackeline Correa Marins, Secretária; Deputada Dani Monteiro - Presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania; e Deputado Delegado Carlos Augusto - Presidente da Comissão de Segurança Pública e Assuntos de Polícia.

(Notas Taquigráficas)

NOTA DA TAQUIGRAFIA: A transmissão sonora apresentou variações, interferências e falhas ao longo da reunião, prejudicando em alguns momentos o registro ou entendimento de trechos e termos.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Carlos Augusto) - Havendo número regimental, declaro aberto os trabalhos de mais uma reunião extraordinária da Comissão de Segurança Pública e Assuntos de Polícia, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Defesa da Cidadania. A presente reunião destina-se à escuta temática de convidados, conforme deliberação das duas Comissões. E informo ainda que a Presidência será compartilhada pelas duas Comissões, devido a essa reunião ser conjunta. Normalmente, pelo Regimento, o mais velho - ou com mais idade - assume os trabalhos, mas nós estamos fazendo uma reunião com Presidência compartilhada, até porque seria até indelicado da nossa parte, neste momento, seguir o Regimento.

Bom, a escuta é temática e nós seguiremos a seguinte dinâmica. O tema é a operação na favela Jacarezinho, na comunidade Jacarezinho, eu me esqueci a data da operação agora, porque são muitas operações policiais, peço desculpas - 6 de maio, 6/5/2021, está aqui, operação da PCERJ no Jacarezinho.

A reunião seguirá a seguinte dinâmica: os convidados terão suas falas na ordem das chamadas; concluindo essa etapa os Deputados, integrantes das duas Comissões, farão suas considerações finais; e, caso restem dúvidas sobre as falas, poderão encaminhar questões para os convidados a quem se destinam as perguntas. Lembrando sempre que o tempo regimental de que dispomos para a realização da reunião são 5 minutos, mas é impossível, doutor Reinaldo, você falar em 5 minutos. Às vezes, então, nós esticamos um pouquinho o prazo para que as pessoas fiquem mais à vontade, para que as pessoas possam fazer suas colocações de forma mais pausada e de forma mais ordenada. Os Deputados também terão esse prazo.

Eu queria registrar aqui a presença da Dani, queria agradecer a presença das nossas assessorias, sempre dinâmicas, sempre proficientes. Muito obrigado a todos, bom-dia.

Vou passar agora a Presidência para a Dani Monteiro, para que ela continue nos trabalhos, chame os convidados.

O doutor André, ele se encontra presente? Não. Doutor André Luiz Cardoso, pessoa que eu tenho muita estima, muita consideração, meu amigo de longa data.

Vamos lá, Dani, por favor, passo a Presidência a você. Obrigado pela sua presença, pelo seu carinho, conversa em plenário sobre a reunião, Dani como sempre delicada; e eu sempre faço essa consideração sobre a sua educação e a sua delicadeza.

Por favor, Dani, prossiga aí nos trabalhos.

(Assume a Presidência a Sra. Dani Monteiro)

A SRA. PRESIDENTE (Dani Monteiro) - Muito obrigada, Deputado Delegado Carlos Augusto.

Então, retomando aqui, também, assumindo a Presidência, eu vou direto para os convidados porque acredito que hoje, mais cedo, antes da reunião ter abertura, já havia explicado um pouco da dinâmica mais geral desse grupo de trabalho, acredito que doutor Fábio também recebeu essa explicação, bem como agora o Deputado Carlos Augusto, já disse mais ou menos como funciona a dinâmica do dia de hoje.

Então, sem delongas, eu vou passar aos convidados, até por conta do teto. O doutor André Cardoso não se encontra na sala, que seria o nosso primeiro convidado, então, passo diretamente ao Coordenador de Segurança Pública do Ministério Público, doutor Reinaldo Lomba.

O SR. REINALDO LOMBA - Obrigado, Deputada, agradeço imensamente o convite que me foi dirigido. Só queria fazer um registro inicial, até para não criar falsas expectativas em relação àquilo que eu posso acrescentar aqui de informações quanto à operação do Jacarezinho. E aí vale, eu vou pedir licença aos senhores e as senhoras, para uma breve introdução do estágio em relação ao sigilo que envolve a investigação.

Quando a força-tarefa foi criada para essa finalidade específica, de apurar todas as mortes e os crimes a elas relacionados, praticamente na semana inicial dos trabalhos da força-tarefa houve uma série de pedidos de informações com base na Lei de Acesso à Informação. E isso acabou, em dado momento, gerando a decisão, por parte do Coordenador da força-tarefa, que é o doutor André Cardoso, de criar uma espécie de sigilo parcial dessa investigação. Abrir a publicidade para alguns atos. Mas, naquilo que é essencial à investigação, o sigilo permanece.

Então, eu conversei com os membros da força-tarefa, assim que o convite me foi encaminhado. E a gente não pode aqui falar de detalhes em relação à investigação, então, a opção que eu fiz, não sei se vai atender à demanda dos senhores e das senhoras, mas aí eu deixo aberto aqui para posteriores perguntas e eu vou filtrando dentro daquilo que eu possa responder.

A força-tarefa, até ontem, contou com a audição de 39 testemunhas e informantes; ela contou com reuniões, o que era evidente por conta da repercussão que o fato teve, com três reuniões com representantes diplomáticos, inclusive, de outros países; duas reuniões com agentes públicos envolvidos diretamente na gestão da Segurança Pública no nosso Estado; contou com cem buscas ativas, que talvez tenha sido a parte mais trabalhosa até então da força-tarefa, para a localização de testemunhas e informantes. Como os senhores bem sabem, o acesso às pessoas que eventualmente tenham presenciado ou ouvido falar sobre a dinâmica da ocorrência não foi fácil e não está sendo fácil. Eu diria que até seria a grande dificuldade de investigar casos como esses.

Foram feitas reuniões de trabalhos externas, seis reuniões no total; foi firmado um convênio, um termo de cooperação, com o Instituto de Polícia Técnico-Científica do Estado de São Paulo para, se houvesse necessidade, que eles pudessem fazer perícias, já que aqui no Estado do Rio de Janeiro, por conta da sentença do caso Nova Brasília e da ADPF 635, a nossa Perícia aqui estadual, muito qualificada, como se sabe, apesar das dificuldades estruturais, ela não poderia fazer as perícias no caso do Jacarezinho, então, nós firmamos esse termo de cooperação. Foram feitas três diligências técnicas, inclusive, no dia, no próprio dia 6. Um Perito aposentado, que trabalha no Ministério Público, acompanhou o trabalho lá no IML, dos exames que foram feitos no IML naquela data, acompanhou todos os exames, sem exceção. E uma questão que me parece importante registrar, Deputada, é que foram feitos, vou falar aqui o número exato para a senhora, no total, 27 atendimentos de pessoas indicadas como familiares de vítimas pelo nosso Núcleo de Proteção aos Direitos das Vítimas; e foram realizados 32 atendimentos pela equipe multidisciplinar, que conta com Assistentes Sociais e Psicólogos.

A força-tarefa tem um prazo inicial de quatro meses, que vai expirar no dia 11 de setembro. E, a partir daí, vai ser avaliado o prazo de eventual prorrogação dessa força-tarefa. Eu posso assegurar, até porque acompanho o trabalho que a força-tarefa vem desenvolvendo, que há uma grande preocupação em manter a lisura da investigação, a seriedade, o equilíbrio dessa investigação, com, inclusive, o respeito aos direitos dos investigados, daquelas pessoas que figuram ou que possam figurar como investigados. E eu diria que, como já afirmei aqui anteriormente, há uma grande dificuldade, talvez a maior delas, de buscar pessoas que tenham tido acesso, ainda que indiretamente, à dinâmica daquela operação. E uma outra dificuldade, que até foi o mote aqui da nossa conversa inicial, que é a eventual promoção de perícias por um instituto não vinculado à estrutura do órgão a que os policiais estão integrados.

Esse termo de cooperação celebrado com São Paulo, ele tem algumas limitações, não só pela distância, mas como a própria estrutura lá da Perícia de São Paulo, absolutamente justificada, que conta com uma série de pessoas que estavam afastadas por conta da Covid, pessoas com idade avançada que não estavam trabalhando, então, o próprio apoio que eles vão prestar guarda uma certa limitação. Por exemplo, havendo necessidade de uma reprodução simulada dos fatos, São Paulo não poderia dispor desse apoio ao MP do Rio de Janeiro.

Então, como eu disse, eu não posso aqui expor detalhes sobre a investigação e nem mesmo o doutor André Cardoso poderia fazê-lo, porque a investigação está, na sua grande parte, sob sigilo. Em linhas gerais, eram essas as minhas considerações. E aí talvez seja mais interessante, nesse tempo que me foi reservado, abrir para as perguntas. E, eventualmente, se eu puder responder, dentro dessa óptica do sigilo, eu estou aqui à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Dani Monteiro) - Doutor Reinaldo, de fato sabemos da imposição do sigilo e sabemos aqui, enquanto Poder Legislativo, inclusive, a nossa limitação de acesso aos fatos mais ligados à investigação. E da nossa parte esperamos apenas poder ajudar, auxiliar o processo do trabalho do Ministério Público, que haja uma conclusão da investigação no geral, mas não queremos aqui, nesse grupo de trabalho, embora seja desejo das duas presidências, entendimento mais geral sobre a investigação, e acredito que essa explanação inicial, ela contemplou, a gente quer também aqui refletir um pouco mais sobre uma avaliação mais geral, e não apenas sobre a operação policial do Jacarezinho, mas sobre o funcionamento da lógica das operações policiais hoje, e haja vista o julgamento da ADPF 635, o quanto que a gente pode, por exemplo, contribuir com o plano de redução de letalidade policial. E, aí, obviamente, aqui a gente sabe que é um espaço onde as perguntas são colocadas de modo mais aberto. E também dando ao convidado a possibilidade de responder mais amplamente.

Então, uma avaliação sobre o funcionamento, a lógica mais geral de operações policiais, um olhar mais detido sobre a operação policial do Jacarezinho, um detalhamento do que, na sua visão, acredita que deva constar em um plano de redução de letalidade policial.

Seriam as perguntas aqui que tenho, não sei se o Deputado Carlos Augusto também quer contribuir.

Eu vou acrescentar também alguma exposição sobre como tem funcionado aquele plantão de denúncias, que também está vinculado a decisões preliminares da ADPF 635.

O SR. REINALDO LOMBA - Começando pelo plantão, que imagino que todos os senhores e as senhoras saibam, foi uma imposição por conta da ADPF 635. Como o plantão é estruturado? Nós temos 24 horas por dia, 7 dias por semana, 3 servidores e 3 Promotores de Justiça intercalando essa escala do plantão. Nós contamos, até então, desde a sua criação, que já caminha aí para o terceiro mês, um número, a meu ver, reduzido de denúncias. Lembrando que o objetivo do plantão é ter um atendimento pronto, imediato, para atender a demandas do cidadão que tenha presenciado, tenha sido vítima de algum tipo de abuso policial durante as operações policiais. E esse número de denúncias, a nosso ver, é pequeno diante da demanda que existia antes, até por conta dos próprios relatos dos movimentos sociais que acompanham o dia a dia das comunidades. Isso tem uma causa, que é uma causa que a meu ver é preponderante. Ao contrário do que se tem por vezes alardeado, houve uma significativa diminuição do número de operações policiais em um primeiro momento após o dia 6 de maio; e em um segundo momento, após a decisão do Ministro Fachin, que esclarecia que caberia ao Ministério Público Federal investigar eventual desobediência aos comandos das decisões cautelares.

Então, houve de fato uma diminuição muito significativa dessas operações. Lembrando, Deputada, Deputado Carlos, e saúdo aqui o Coronel Salema, que acaba de entrar na reunião, que há uma certa imprecisão conceitual no que diz respeito ao conceito de operações policiais. A lei estadual, inclusive, faz uma definição muito abrangente, considerando que qualquer ação policial seria uma operação policial, mas as próprias Polícias têm regulamentos internos que definem o que seja uma operação policial.

Então, por exemplo, no caso da Kathlen, que veio a falecer durante uma ação policial, da Polícia Militar, lá no complexo do Lins. Aquela ação não foi uma operação policial porque era um patrulhamento de rotina de policiais da UPP, que teriam sido atacados por criminosos, traficantes daquela localidade, receberam apoio externo e, durante esse confronto, segundo o relato das forças policiais, a Kathlen foi vitimada.

Então, esse tipo de ação não é considerada uma operação policial dentro dos regulamentos internos das Polícias. Portanto, não haveria irregularidade nessa ação, na sua realização. Eu não estou querendo dizer que o fato que está sendo apurado não possa redundar em uma denúncia contra os policiais, não é isso. Mas a realização desse tipo de patrulhamento não está vedada pela decisão do Ministro, então, isso volta e meia causa alguma confusão, em especial na opinião pública e nos meios de comunicação. Agora, as operações policiais, assim consideradas aquelas que são planejadas, que têm um objetivo específico, que mobilizam recursos não ordinários, essas operações sofreram uma grande redução, em especial depois do dia 6 de maio. E isso explica o número reduzido de denúncias. Esse é um ponto.

O outro ponto que eu queria ressaltar é o seguinte: o quanto é difícil para o Promotor de Justiça plantonista tomar algumas decisões. Por exemplo, ontem, nós recebemos uma denúncia de um determinado abuso por parte da Polícia, de uma cidadã que mora em uma comunidade. Ela fez um relato após esse suposto evento abusivo e a gente fica na seguinte situação: se o evento já ocorreu, não há muito o que fazer naquele momento, então, o que restaria fazer? Uma investigação daquele suposto abuso. Só que para promover uma investigação eu teria que contar com o depoimento formal daquela denunciante, e, via de regra, isso não é uma possibilidade pela própria opção do denunciante.

Então, a gente tem aqui duas formas de atuação: aquela posterior ao suposto abuso, e que às vezes, por conta da própria insegurança, absolutamente justificada, que o denunciante tem, não se pode inaugurar uma investigação com possibilidade de êxito; e a outra possibilidade é uma intervenção imediata, como nós já fizemos algumas vezes, para tentar evitar que algum fato de maior gravidade ocorra.

Então, em síntese, o plantão esbarra nessa realidade e nessa dificuldade específica.

Com relação ao plano de letalidade, isso já é uma questão desde a sentença do caso Nova Brasília. E aí é uma, a meu ver, nitidamente, questão que, a par do imperativo, por conta das decisões, de ambas as decisões, é uma decisão de cunho político, que a gente espera agora que com todo esse cenário que acabou se formando por decisões que vieram de fora e não por uma iniciativa do próprio Estado, consiga-se avançar. E, aí, eu, Deputado, eu queria aqui deixar a minha opinião muito clara em relação a isso. Porque é preciso ter muito cuidado com afirmação às vezes mal compreendida de que se mata muito. Em termos numéricos absolutos há um grande número de mortes e isso é inquestionável. Agora, é preciso buscar esse debate com um certo equilíbrio para entender o que está por trás desse alto índice da letalidade policial.

Então, assim, quando, a meu ver, o debate tende apenas por um caminho, isso é um pouco perigoso. Por exemplo, eu posso afirmar para a senhora hoje que na área do 41º Batalhão ou do 7º Batalhão há um alto índice de letalidade, mas a gente tem que ir além dessa afirmativa para entender o porquê. Por exemplo, a área do 41º é uma área extremamente conflagrada, então, eu acho que o plano, esse plano de redução de letalidade, ele deve buscar esse equilíbrio a ponto de qualificar o trabalho da Polícia, mas não impedir a sua realização. O que a gente quer, o que todos nós aqui queremos, é que a Polícia tenha em mente, em especial, a necessidade da gestão dos riscos de uma operação. E isso eu posso garantir para a senhora, por conta da função que atualmente eu exerço, que é o que a gente tem buscado, em especial, dentro da Polícia Militar, que a Polícia atue de forma técnica com o objetivo claro e definido; e que não prestigie as operações que não têm um objetivo claro e definido e coloque em risco a vida de pessoas, da grande maioria de pessoas que residem nessas áreas conflagradas e que são vítimas dessa realidade absurda e acabam sendo vitimadas por isso.

Então, assim, é uma iniciativa que o ideal é que ela parta realmente de um projeto político; um projeto político que não vai surtir efeitos imediatos, mas pelo menos que é, se vislumbra aí em médio e longo prazos uma possibilidade de mudar essa realidade e que envolve uma série de questões. A gente tem aí um avanço que é muito discutido hoje, os prós e os contras, que é o videomonitoramento das ações policiais e do policiamento ostensivo de uma forma geral. Nós fizemos, inclusive, recentemente, no MP um evento que contou com a apresentação de um Coronel da PM, da Polícia de São Paulo, Coronel Cabanas, que mostrou lá um certo entusiasmo com essa camada de controle, que nós acreditamos que seja já um primeiro passo para esse controle efetivo de maior transparência das ações policiais, que tem uma via de mão dupla, que tanto permitir essa transparência nas ações policiais como de certa forma proteger o policial na sua atuação, resguardar ali o policial que agiu com lisura, que agiu dentro das normas. Nessa perspectiva, o que eu posso assegurar é que existe um movimento já interno, e eu falo aqui da Polícia Militar porque eu tenho conversado mais com a Polícia Militar. Lembrando que a Polícia Civil atua na grande maioria das vezes, senão todas as vezes, respaldada no cumprimento de mandados judiciais. A situação é bem diferente da atuação das ações policiais repressivas levadas a efeito pela Polícia Militar. E o que a gente está discutindo com algum êxito internamente dentro da Polícia é justamente que haja uma preocupação muito grande com o aprimoramento do planejamento dessas operações policiais, e, sobretudo, Deputada, Deputado Salema, Deputado Carlos, com a análise por parte da própria Polícia dos resultados efetivos dessas operações. A senhora deve conhecer, há estudos muito sérios aí no meio acadêmico, que eu acho que é um conhecimento que não pode, de maneira alguma, ser desprezado, que questiona a eficiência dessas operações policiais.

Então, a nossa crença que se a Polícia, partindo dela própria a iniciativa do aprimoramento dessas ações, a gente vai ter um ganho significativo na redução da letalidade. E lembrando, Deputada, a gente tem que, como eu disse, ter um certo equilíbrio nesse debate. E, talvez, eu acho que os senhores e as senhoras ainda não saibam disso, mas hoje os chamados grupos de apoio tático da Polícia Militar, eles praticamente não realizam as operações que realizavam um tempo atrás, eles não estão autorizados a tomar iniciativa de realizar operações. Isso já foi uma medida extremamente importante na dinâmica policial do dia a dia de subtrair do próprio comando do batalhão a iniciativa de autorizar a realização de operações policiais em áreas sensíveis.

A PM recentemente editou uma instrução normativa, se eu não me engano a Nota 550, em que ela expressamente determina e impõe que as operações só possam ser autorizadas pelo comando de polícia de área, de policiamento de área, são os CPAs, que são necessariamente comandados por um Coronel da Polícia Militar, então, existe um movimento já dentro da Polícia Militar em especial para tentar aprimorar o emprego tático da sua tropa.

Em linhas gerais era isso, não sei se atendi à expectativa, mas o tempo é curto e a gente não poderia descer aqui a maiores detalhes, mas eu enxergo a ADPF 635 como a grande janela de oportunidade para que o Estado do Rio de Janeiro possa, realmente, buscar esse aprimoramento do uso da força.

A SRA. PRESIDENTE (Dani Monteiro) - Deputado Carlos, deseja fazer alguma intervenção? Não.

Registro aqui a presença das assessorias da Deputada enfermeira Regiane, Deputado Carlos Minc, Waldeck Carneiro, e Deputada Renata Souza. A presença do Deputado Coronel Salema, que também já está registrada.

Então, vou passar para o próximo convidado, que é o doutor Fábio Amado, Coordenador do Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado.

Doutor Fábio, próximo um pouco do que já foi o entendimento das perguntas para o doutor Reinaldo Lomba, quero aqui também acrescer a essa reflexão sobre caminhos da redução da letalidade policial a reflexão, também, sobre o uso das câmeras nos uniformes dos agentes da Segurança Pública, haja vista a legislação aprovada, inclusive, aqui no nosso Estado. E uma reflexão também sobre os caminhos, a partir da sua Coordenadoria, de efetivar uma concomitância da Segurança Pública com os Direitos Humanos. A gente vem aqui nesse grupo de trabalho desenvolvendo o entendimento, que é saudável e salutar, que não deveriam ser campos antagônicos por princípio, mas, do ponto de vista da formulação da política pública, deveriam caminhar juntos. Muitas vezes quando a gente fala do que seria a garantia do direito à segurança pública, ele está diretamente atrelado ao direito humano, bem como segurança pública é um direito humano por si só, então, também é refletir um pouco para esse caminho. Eu acredito que contribuiria bastante também para o nosso relatório.

Aproveito, antes de passar a palavra para o Dr. Fábio, registrar também que caso algum dos convidados queira enviar também contribuições por escrito para o nosso grupo, também será apreciado, bem como citações de legislações, portarias e decretos encaminhados a gente também vai acrescer ao relatório, então, tudo aqui citado entra no nosso relatório final.

O SR. DELEGADO CARLOS AUGUSTO - Deputada Dani Monteiro, com licença, só dar bom-dia ao Dr. Fábio, ao Deputado Coronel Salema. Sejam bem-vindos. Deputado Coronel Salema está até usando óculos, está como eu, não é, Salema? É para perto, para longe, está difícil, não é Deputado Coronel Salema?

Dr. Fábio, seja bem-vindo.

O SR. FÁBIO AMADO - Obrigado pelo convite, queria saudar os Deputados Dani Monteiro, Delegado Carlos Augusto, Coronel Salema. Saudar a minha colega Maria Júlia, Defensora Pública, meu

companheiro de luta na justiça também, o Promotor Reinaldo Lomba, saudar todas as demais pessoas presentes aqui e assessorias na pessoa da Viviane. E dizer o quanto é importante essa conciliação, esse combate à clivagem, a separação de Direitos Humanos e Segurança Pública. Na verdade, sinceramente reconhecendo os esforços das Presidências nessa atuação conjunta, a compreensão do direito à segurança tem que ser entendida como natureza de direito humano, mais que isso, aperfeiçoando esse direito, o direito à segurança pública cidadã, um direito à segurança pública em que haja priorização da vida e adoção de todos os meios para a prevenção da letalidade. Esse é um conceito muito claro para nós que temos atuado na pauta dos Direitos Humanos já há alguns anos. E a Defensoria Pública, o núcleo que hoje eu coordeno, faz um atendimento jurídico sobretudo para vítimas de violência, o grupo majoritário são jovens negros moradores de áreas periféricas, de favelas, subúrbios. E também fazemos atendimento, assistência a policiais vítimas de violência. Eu, recentemente, inclusive, fiz o júri e pedi a condenação - e nós logramos a condenação - de dois traficantes que mataram um policial, que foi o Leandro dos Santos, ele estava lotado no 31º, foi morto em outubro de 2015, foi torturado, carbonizado, seu corpo foi encontrado na Via Light. E o Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos, nessa compreensão da Alerj de que não há dicotomia, pelo contrário, há uma essência, estão imbricados à segurança pública enquanto direito, nós atuamos em favor também de muitas viúvas de policiais militares que acabam vitimados por força da violência.

A atuação em favor das vítimas exige algumas compreensões que são trabalhadas, inclusive, em âmbito internacional, dentro do tema que a Alerj tem desenvolvido aqui dentro das Comissões. Em 2018, ao final de 2018, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos esteve no Brasil, especificamente a Relatora para o Brasil era a chilena Antonia Urrejola, hoje Presidente da Comissão Interamericana. E, quando eles estiveram no Brasil, solicitaram à Defensoria Pública que organizasse uma reunião com os policiais, com os agentes de segurança vítimas de violência. Nós desenvolvemos, nós realizamos esse encontro na sede da Defensoria Pública ao final de 2018. E naquela ocasião foi interessante ouvir esse debate, essa tentativa de separação, quando não existe uma tentativa de restringir os Direitos Humanos a uma determinada categoria, determinado seguimento social. E, desde aquele momento, na verdade, desde antes, nós sempre defendemos que os Direitos Humanos são universais, a condição de seres humanos já nos torna titulares desses direitos, independente do meu cargo, independente da minha função, independente da minha condição, independente do que eu fiz no passado, do que eu faço no presente. Isso não exclui a minha humanidade, muito menos a minha titularidade enquanto sujeito de diretos.

No contexto do Rio de Janeiro, essa Casa vai ser um bastião, mais uma vez, fundamental. Nós percebemos o quanto as agências de polícia têm colocado situações de precariedade de infraestrutura e pessoal. E no debate de Regime de Responsabilidade Fiscal algo que pode ser muito ruim e perigoso no incremento para o aperfeiçoamento e manutenção dos serviços, inclusive dos serviços que envolvem o Sistema de Segurança e também de Justiça, envolve essa discussão dos triênios, que vai ser fundamental a posição das Deputadas e Deputados na garantia de que o servidor público mantenha e continue sempre sendo valorizado e estimado. Porque todos nós e todas nós queremos que as nossas policiais, os nossos policiais sejam bem remunerados, bem valorizados, bem treinados, bem equipados e que, necessariamente, como toda e todo servidor público, respeite a Constituição.

A proposta e o debate sobre o uso da violência têm que passar pelos parâmetros internacionais, que são evidentemente o emprego da violência em caso de estrita legalidade, com proporcionalidade e absoluta necessidade. Para organização desses conceitos é indispensável - e aí já buscando a fala propositiva para ingressar nas atuações no evento do dia 6 de maio no Jacarezinho - que haja um plano mínimo de redução da letalidade. Infelizmente, hoje, nós não temos isso no Estado do Rio de Janeiro. De fato, isso é uma iniciativa do Poder Executivo, mas há uma incidência, inúmeras decisões do Poder Judiciário para que o Poder Executivo desenvolva um plano. Porque sem um programa, um plano, uma programação e uma identificação, dificilmente nós adotaremos medidas sistêmicas, sólidas e sustentáveis, tanto na prevenção quanto na repressão desses homicídios. Os homicídios dolosos, infelizmente, no Rio de Janeiro, e essa é uma responsabilidade do Sistema de Segurança e do Sistema de Justiça, desde o início do registro dos fatos até a conclusão do inquérito do relatório final encaminhado ao Ministério Público, oferecimento da denúncia e, finalmente, a prolação de uma sentença pelo Juiz criminal, nossos dados são estarrecedores de tão baixos. Uma pesquisa - e o Dr. Reinaldo depois pode esclarecer melhor - do MP dentro de um projeto chamado "Farol" indicou os números que eles conseguiram avaliar, que de cada 100 homicídios apurados em 2015, 4 anos depois, em 2019, apenas 3,5% tinham uma sentença judicial.

Então, isso é fruto de uma necessidade de aperfeiçoamento de toda essa cadeia, de toda essa corrente, desde a notícia do fato até que seja prolatada a decisão. Eu mesmo esse mês vou fazer um júri em favor de uma vítima, na verdade em nome dela e em nome de seus familiares; e o fato aconteceu em 2001, ou seja, há 20 anos ela foi morta e o julgamento vai ser feito esse mês.

Então, essa morosidade tem responsabilidade do Sistema de Justiça e também do Sistema de Segurança. Precisa ser aperfeiçoado porque é evidente que essa falta de solução e essa demora produz impunidade. Mas, a par disso, tentando ser propositivo, reforçando a necessidade de um plano de redução, nós precisamos também ter um cuidado com as vítimas e as testemunhas.

Dessa interlocução no debate envolvendo as mortes no Jacarezinho, nós temos feito a mediação e convencido as pessoas a prestarem depoimento. Nós temos acompanhado no Ministério Público, foram mais de 20 pessoas que nós atendemos, inúmeras famílias. Inclusive, acompanhando não só ao prestarem depoimento no Ministério Público, mas nas informações que envolvem toda a assistência jurídica para além da esfera criminal. E elas se sentem muito amedrontadas. Hoje, o programa de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas espera que o Estado - e aí passa pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento, de Direitos Humanos - pague a parcela de junho do convênio firmado. É um programa que cuida de vidas e preserva daquelas situações extremas em que não há outra modalidade para que se assegure a integridade física e psíquica daquele ser humano ameaçado e das pessoas de seu núcleo mais próximo. Mas o Estado, infelizmente, desde junho não cumpre com a parcela. E é uma política que acaba precarizada. E foi essa Casa que algum tempo atrás, por iniciativa de seu Presidente, com uma atuação firme do Deputado Carlos Minc, conseguiu com que fosse repassado ao programa, diante da omissão do Poder Executivo, 1 milhão de reais para que esse programa não acabasse. Mais uma vez, essa Casa talvez tenha que incidir para que o Estado atue e garanta a essas pessoas que estão inseridas no programa de proteção que não fiquem à mercê de uma penúria, de uma ausência de recursos.

Em relação, também, ao fato que aconteceu no Jacarezinho, nós fizemos uma interlocução com as redes de apoio e integramos, porque, fundamental para além do atendimento jurídico, é também o atendimento psicossocial. E a nossa equipe tem Assistente Social e Psicóloga, em uma interlocução com os equipamentos da localidade permite pensar nessa interlocução com a rede pública que está no território. Também agregando os profissionais do Ministério Público, foi feito todo um colchão e uma rede de apoio para aquelas pessoas que se dispuseram e buscaram esse tipo de atendimento.

Nós precisamos compreender que o debate sobre as ações policiais demanda soluções que sejam de longo prazo e que sejam estruturáveis. Nos preocupa muito que sempre sejam recorrentes tão altos os índices de mortes, sem o aperfeiçoamento e a transparência da política na interlocução com a sociedade civil, ou seja, nós entendemos também, pelo Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos, que as instituições que atuam no Sistema de Segurança e que atuam no Sistema de Justiça precisam ter mais oxigenação e proximidade com o destinatário dos serviços, com a cidadã, com o cidadão, com aquelas vítimas da violência muitas vezes por parte do Estado.

Então, assim como foi feito na Defensoria Pública recentemente, nós entendemos fundamental que seja trazido o debate e impulsionado dentro das Secretarias de Polícia Civil e Militar, dentro do Ministério Público e dentro do Tribunal de Justiça. Que se falem de ouvidorias externas, ouvidorias que não sejam compostas por membros dessas organizações e que tenham capacidade de estar em um diálogo próximo e direto com as vítimas da violência, essa é uma proposta que precisa ser debatida, claro, um debate interno dentro das suas corporações e organizações, que demanda também, às vezes, alterações regimentais, mas é fundamental, porque nós percebemos dentro da Defensoria Pública, a partir do momento em que a ouvidoria foi criada, uma expansão e a construção de um vínculo muito mais estreito com aqueles que são a razão da própria existência das nossas instituições, com aqueles para os quais nós fomos instituídos e vocacionados a servir.

Então, só resumindo, porque eu já passei do tempo e peço desculpas por me estender, de forma propositiva, é fundamental que a gente pense e incida para que seja desenvolvido um plano de redução da letalidade. É interessante que se pense também em uma aceleração, em uma integração, uma melhoria nos fluxos do processo criminal e do procedimento criminal desde a Polícia. Porque a vítima sente muito quando se passam tantos anos, a justiça tardia é similar à injustiça, como já foi dito antes.

Para além disso, também é preciso que haja cobrança para manutenção e aperfeiçoamento para o programa de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas; e também é fundamental que haja uma abertura das instituições para o trato direto, como fez essa Casa de Leis, com o cidadão, com aquele que sofre a violência.

Em relação, também, para concluir a questão do Jacarezinho, a Defensoria Pública, à falta de quadros, estabeleceu um convênio direto com a USP, com os Peritos da USP, para que eles nos auxiliem nas análises de todos os laudos técnicos desse fato. Nós estamos acompanhando em uma interlocução muito próxima com o Ministério Público para que a gente possa, todas as instituições integradas, garantir o acesso à justiça às vítimas.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Dani Monteiro) - Obrigada, Dr. Fábio, bastante elucidativa a sua contribuição aqui para o nosso grupo de trabalho.

Acredito que não tendo aqui também o dr. André Cardoso os nossos convidados de hoje que eram o Ministério Público e a Defensoria Pública se encerram. Pergunto aqui à Defensora Maria Júlia, que também sempre contribui com as nossas Comissões e com o trabalho dessa Casa de Leis, e com a pauta dos Direitos Humanos e da Segurança Pública também, de modo geral, se queria fazer o uso da palavra. Sei que está como ouvinte, mas, quebrando um pouco o protocolo, caso queira trazer alguma contribuição aqui, também é bem-vinda.

A SRA. MARIA JULIA MIRANDA - Obrigada, Deputada Dani Monteiro, cumprimento (FALHA NA TRANSMISSÃO SONORA) Deputado Coronel Salema.

Eu vou falar rapidamente, agradeço o convite. Ouvindo fala do Dr. Reinaldo, a fala do meu colega Fabio, que está aqui, eu acho que tem discussões que são fundamentais que essa Casa faça. Eu acho que passa pela discussão do orçamento da Segurança Pública, até porque, como o próprio Dr. Reinaldo falou, existe uma discussão séria sobre a eficiência, por exemplo, dessas operações policiais.

Então, eu acho que essa Casa poderia, inclusive as duas Comissões trabalhando, fazendo esse debate, a gente sabe que o valor que é destinado à Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro é um dos maiores do Brasil, e, ao mesmo tempo, a gente não tem a redução da criminalidade aqui no Estado do Rio de Janeiro na área metropolitana.

Uma outra sugestão que eu faço - e eu acho que a gente poderia, inclusive, fazer uma conversa com o Ministério Público - é essa questão da Perícia do Estado, eu atuo muito em casos individuais e trabalho (não compreendido) Gaesp(?), tenho me aproximado a todos os Promotores das (não compreendido). E há uma questão que se coloca de vencer o ódio, de estar se colocando como um obstáculo intransponível. E isso eu acho muito preocupante, a gente tem que realmente pensar em uma solução. Defensoria Pública eu acho que se dispõe a fazer essa discussão.

Outra coisa, eu tenho ido a muitas comunidades, o meu trabalho é muito esse diante de uma indicação de operação policial ou de ação policial. Eu tenho ido muito às comunidades e percebo, um pouco da fala do Dr. Reinaldo, que é isso, a gente tem o conceito do que é uma operação policial; e ao mesmo tempo me parece que, efetivamente, as operações policiais formalmente estão reduzindo. Em compensação, a gente tem observado nessas comunidades incursões policiais que não se caracterizam como operações policiais da forma que a gente conhece, sobretudo o que é chamado de "Troia", e, ao que me parece, há uma necessidade de preparação prévia.

Então, eu vou dar um exemplo, a gente foi no complexo do Salgueiro na semana passada, onde dois jovens foram atingidos, mortos, duas pessoas que não tinham ligação absolutamente nenhuma com o tráfico. O que a gente observou ali e que provavelmente foi "Troia", e, inclusive, esses policiais estavam com roupa camuflada, como que indicando que houve preparação prévia para essa ação policial. Eu acho que são dados que a gente precisa levantar para a gente entender hoje essa redução das operações policiais, mas, ao mesmo tempo, com aumento da criminalidade policial.

Então, são essas as minhas contribuições para o debate, agradeço mais uma vez, Deputada Dani Monteiro.

A SRA. PRESIDENTE (Dani Monteiro) - muito obrigada, Dra. Maria Julia.

Então, pergunto aqui, Deputado Delegado Carlos Augusto, se quer fazer uso da palavra, bem como o Deputado Coronel Salema, porque acredito que estamos chegando no nosso teto. Dr. Reinaldo Lomba também já indicou um teto ÀS 11 horas, não havendo outros convidados acredito que gente possa caminhar para o fim.

O SR. DELEGADO CARLOS AUGUSTO - Deputado Coronel Salema, que falar rapidinho, o que você acha?

O SR. CORONEL SALEMA - (Interferências sonoras ao longo da intervenção) Só mais uma vez enaltecer o nível dos nossos convidados, Dr. Lomba mais uma vez mostrando todo o seu conhecimento, o nosso representante da Defensoria. Mas, ontem, por coincidência, eu estava no QG da corporação e assisti algumas apresentações no nosso escritório de planejamento da quantidade de projetos que nós temos da instituição. É uma coisa absurda, muita coisa esbarra, realmente, em alguma legislação, inclusive isso de câmeras *on board* que eles falam agora, no corpo do próprio policial, já é um projeto antigo que a gente tem na instituição desde que a as câmeras embarcadas saíram das viaturas devido ao alto curso e também da dificuldade da manutenção, de arquivo, de imagem, essas coisas. Mas é uma realidade nossa que a gente já vem batalhando há algum tempo. E tem outros na área social, envolvendo as UPPs. E a gente quer agregar agora vários projetos que os batalhões têm espalhados ao longo do Estado, o próprio regimento, que tem aquela equoterapia(?), a gente tem tanta coisa isolada que gente quer condensar em um único escritório de planejamento nosso da corporação. E essas preocupações também com as operações. Eu pude assistir nesse momento em que estive lá, então, realmente, a gente tem essa preocupação com a população civil, que são os inocentes e que residem nessas comunidades. E a gente tem porque a gente vai para a rua fazer algum tipo de ação, a gente tem esse cuidado, preservar a própria vida e também dos terceiros. Mas a gente sabe que hoje o marginal não se entrega facilmente, a gente sabe a quantidade de confrontos que a gente tem enfrentado, essa questão do marginal não querer perder seu armamento e nem o seu material entorpecente. (Não compreendido) sai para cobrança(?) da melhor forma que é feito, mas, acho que está tendo realmente um cuidado agora com o treinamento, aumentar o treinamento nosso, isso já vem desde os cursos de formações(?), a gente tem essa orientação, principalmente nos últimos anos, com o advento da UPP, que a gente trabalha nessa área de proximidade, que ainda é uma realidade para nós. Tanto é que está reativando agora o Bairro Seguro, que é uma outra forma de também de policiamento de proximidade.

Então, é uma constante nossa, sempre se adequando às novas modalidades criminosas, que o marginal também vai migrando no crime e a gente tem que também ir se aperfeiçoando, tanto a Polícia Civil quanto a Polícia Militar. E a gente tem tido êxito nisso, com a redução de todos os índices dentro do Estado, apesar de toda dificuldade. A gente sabe que a gente só revela o negativo, mas os índices das instituições ao altamente positivos. E a gente está sempre em luta constante, a gente nunca está satisfeito com nós mesmos nas instituições policiais, a gente nunca está satisfeito com os nossos próprios índices, estamos sempre buscando metas melhores para melhor atender a sociedade da qual nós mesmos fazemos parte e somos clientes dos nossos próprios serviços.

Então, parabéns mais uma vez, Deputada Dani Monteiro, Deputado Delegado Carlos Augusto, pela seleção dos nossos convidados, abraço grande a todos, um bom dia.

O SR. DELEGADO CARLOS AUGUSTO - Deputada Dani Monteiro, posso fazer uso da palavra rapidamente? Não vou me estender.

Bom-dia, mais uma vez a todos e a todas, muito obrigado pela presença. Obrigado, Dra. Maria Júlia Miranda, Dr. Fabio Barreto, Dr. Reinaldo, as assessorias, a Deputada Dani Monteiro, ao Deputado Coronel Salema, muito obrigado mesmo por vocês abrilhantarem o nosso debate, nós aprendemos sempre com vocês porque os pontos de vistas vão se modificando conforme o personagem, conforme a dificuldade. E a gente acaba adaptando pontos, melhorando, mudando algumas opiniões em relação a determinados assuntos que, infelizmente, nós, às vezes por vaidade, achamos que de repente já estamos preparados para todos os temas. E a gente sempre vai aprendendo, isso é muito bom, muito bom mesmo.

Nós temos só que tomar cuidado com algumas coisas, eu falo isso com muito respeito e muita, muita, muita humildade. Porque hoje nós estamos envolvidos em temas muito delicados, que são segurança, saúde, que é isso, que é aquilo, mas esses temas se envolvem em campanhas eleitorais, em políticas e eleições. E essas eleições refletem nos meios de comunicação, propagandas, etc. Temos que ter muito cuidado como as notícias chegam até nós e é muito difícil nós não nos influenciarmos quando essas notícias chegam, muito difícil. Tem político que fala, por exemplo, mal de um determinado meio de comunicação, mas quando fala nesse meio de comunicação do seu oponente, ele pega, vai para a rede social, faz um vídeo e fala: está aqui, eu não falei que ele era assim, saiu no jornal tal, eu falei para vocês. Ou seja, todas as vezes que sai alguma coisa naquele meio de comunicação que não é sobre ele, vira verdade, motivo de propaganda, motivo de vídeo, motivo de campanha, motivo de pré-campanha. Mas, quando é com ele, é mentira, então, todo os boatos viram verdade, todas as notícias viram verdade, menos para aquele que é "boatado" e noticiado, é muito engraçado isso, isso é muito engraçado. Tudo vira verdade sobre a Dani, mas, menos para ela, porque ela sabe que é mentira; tudo vira verdade sobre o Carlos, menos para ele, porque ele sabe que é mentira. Mas a Dani acha que é verdade porque tudo vira verdade a não ser para aquele, repito, que é noticiado ou "boatado", então, temos que tomar cuidado em relação a isso. Isso acontece até no meio social em que vivemos, porque sempre o "boatado" sabe que aquilo às vezes não é daquela forma, ou é verdade, mas ele não queria que fosse noticiado, também acontece isso, mas não as outras pessoas que estão.

Então, todos os boatos viram verdade, todas as notícias viram verdades e a gente tem que tomar cuidado em relação a isso porque em toda instituição há pessoas boas e pessoas ruins, todas as instituições. A gente tem que olhar porque às vezes em uma delegacia tem 60 pessoas boas e 5, 3 que são complicadas; e o trabalho às vezes é manchado por essas 5, 3 pessoas; e nós passamos a agir de acordo com aquele mal daquelas 3, 4, 5 pessoas porque a gente começa a olhar como um todo, estereotipar aquele tipo de função. Por exemplo, a Dra. Maria Júlia falou que orçamento da Polícia do Rio é um dos maiores do Brasil. Nós tivemos na semana passa uma votação para a Defensoria Pública de planos de cargos, salários, etc., sobre a alimentação, sobre o transporte dos funcionários, etc. E todos nós votamos favoravelmente, até porque é justo, gente. Essa semana nós tivemos, perdão, (FALHA NA TRANSMISSÃO SONORA). Essa semana, por exemplo, nós tivemos a votação da alimentação e transporte dos policiais. Hoje nós olhamos, só estou dando um dado para vocês de como a Polícia é esculhambada no Estado do Rio de Janeiro e todas as visões se maculam em uma coisa que às vezes a gente olha para o próximo com a nossa situação, é um esculacho generalizado. A Defensoria passou com o seu projeto justo, repito, e a Polícia Civil, que recebe de 8 a 12 reais, por exemplo, de alimentação, o Governador já falou para mim que vai vetar, mas que vai ver e tal. Todo mundo recebe acima de 60, nós recebemos de 8 a 12.

Então, o que eu quero dizer, ele acha injusto esse pleito, mas ele, quando a Polícia prende, ele não vai lá na Defensoria tirar foto, não vai no Ministério Público tirar foto, não vai na Seap(?) tirar foto, ele fica do lado do policial, do armamento tirando foto, é engraçado isso.

Então, como é que você vai em um confronto e os armamentos utilizados no Rio de Janeiro são armamentos de guerra, você vai agora para o Afeganistão, são as mesmas armas que eles utilizam lá nós estamos usando aqui, então, você olha para legitimar defesa no artigo 25, você fala assim: você tem que se defender em uma agressão atual e iminente. Iminente é o que está prestes a acontecer. Lógico, com os meios necessários, moderadamente, uma agressão não tem que ser justa, aquele negócio todo. Como é que você faz, o cara está com armamento parta baixo, se ele te acertar um disparo ou se passar perto de você, te arrebenta porque é uma arma de guerra, um fuzil de ação; aí, você atira nele, ele não reagiu, foi um tiro a curta distância, como é que você vai dizer que ele não está em legitima defesa porque se ele, por acaso, levantar a arma dele, se o tiro passar próximo a você, você já é altamente lesionado.

Então, são certas coisas, "ah, mas ele atirou de costas", claro, o cara quando está correndo quando a Polícia chega, só estou colocando aqui alguns pontos que eu acho interessante, quando a Polícia chega ele está correndo, não tem como "vira de frente aí que eu vou atirar em você, vira de frente aí". Isso eu não estou falando de comunidade só não, eu estou falando da vida, gente, às vezes o cara está em uma motocicleta atirando, o tiro vem. Como é que pode, isso eu acho mais engraçado, infelizmente, nós pagamos pelas mazelas dos nossos policiais e todos pagam por essas mazelas. Mas, vamos lá, como é que pode, você está em um confronto atirando, você consegue acertar o seu oponente; quando você acerta seu oponente, até você chegar a ele, tem que percorrer um caminho seguro, então, você não vai chegar rápido. Atingir(?) você vai sair correndo, senão um colega dele vai matar você. Até você chegar lá, as pessoas acham que traficante, por exemplo, vamos falar de tráfico, traficante tinha que falar assim: "Bom, eu vou deixar aqui a droga e o armamento, se não vão dizer que o policial não agiu em legítima defesa ou algo parecido, vão dizer que o policial o executou. Vou deixar aqui o armamento e a droga." Claro que o cara vai levar o armamento e a droga; e você vai chegar e não vai ter uma arma para provar que era um confronto. São coisas que, assim... Por favor, eu só estou querendo dizer que são situações muito difíceis que as Polícias estão passando. E as pessoas cobram, como são cobradas em suas classes, que as situações são difíceis, mas, não são tão difíceis. É difícil falar das instituições porque, repito, têm muitas mazelas, mas, são situações muito pontuais.

Eu não concordo, por exemplo, com essas operações, esse "bater de frente". O cara está no policiamento, bate de frente tem um confronto, não concordo com isso não. Eu acho que o policial nesse momento tinha quase que se abrigar, esperar o confronto passar, porque aquilo não foi planejado. Claro que vai ser atingido um inocente. Eu não concordo com isso, mas às vezes você está encurralado.

Então, assim, são coisas que nós concordamos e não sabemos que concordamos porque tiramos aquilo pelo contexto das mazelas. São muitas situações difíceis que nós passamos. O apoio do Águia, do helicóptero, outro apoio que também acho engraçado. Não tem nada a ver, às vezes o tema aqui foge, mas, eu só estou sentado na esquina do meu pensamento refletindo sobre algumas coisas que às vezes são difíceis de se lidar. Por exemplo, o apoio do Águia, quando o Águia vai não tem tiroteio quase, ele é muito bom. Infelizmente, nós não temos o apoio do helicóptero em todas as operações, porque quando o Águia vai além dele fazer o disparo para o chão, e aquela munição é muito mais difícil de se ter letalidade, quan-

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

do você entra em algum lugar conflagrado, você atira e a munição vai embora porque atinge 1 km, 2 km. O Águia atira no chão, normalmente aquela munição acaba ali mesmo. Você evita o confronto pela superioridade numérica, pela quantidade de armamento. Vocês já viram, por exemplo, na UPP aqueles tanques que invadiam na UPP atirar? Você já viu um tanque atirar na UPP? Aquilo dali é inibitório, é o fator inibitório. Aquilo ali faz com que não tenha confronto.

Então, há determinadas visões que só se você estiver no local para saber a importância, mas, a gente não consegue passar isso. Aí, escutei o Dr. Fábio falar das vítimas. Gente, supostas vítimas, com todo respeito. Aquilo não acabou e eu peço... Supostas vítimas, supostos autores, supostos marginais. Por quê? Porque nós não acabamos a apuração, a apuração é muito séria. O Dr. André Cardoso conheço de longa data e o Dr. Reinaldo deve ser muito bom porque quando a gente não escuta falar mal é porque o cara é bom. É verdade, porque ninguém fala bem de ninguém. Quando a gente não escuta falar mal, é porque o cara é correto. É verdade. Não é covarde, como se diz na gíria policial, não vai fazer covardia. Vai apurar. Hoje, o policial torce para que a apuração seja correta. É só isso que o policial torce. Repito, temos nossas mazelas, temos nossos excessos e, infelizmente, por causa dessas pragas, nós às vezes temos coisas como acontecem na minha casa, quando minhas filhas falam: "Papai, eu quero ser Delegada." Eu: "Não faz o concurso para Delegado não." Eu amo minha profissão, eu quero um... Não faz... Não faz porque você luta contra todos e o que vende é noticiar o que é ruim. Você ajudar todo dia uma pessoa ninguém vai noticiar, se você deixar a velhinha cair no dia que for ajudar a atravessar a rua, é noticiado... E (FALHA NA TRANSMISSÃO SONORA) todos nós pagamos essa (FALHA NA TRANSMISSÃO SONORA) das interpretações, das mazelas, das maldades que são feitas em comunidade.

Tem policial que é covarde mesmo, canalha, vagabundo, entendeu? Parece até que não veio dali. Porque muitos saíram dali. Mas, a gente tem que começar a enxergar esses pontos. Tentar. É muito difícil, porque as vezes eu me coloco no lugar das pessoas que estão nos criticando. Eu faço essa análise, eu faço essa reflexão. Eu consigo enxergar de uma outra forma. Se colocar no lugar daquela pessoa que está ali, que está tentando defender. O policial, hoje, vamos supor que se aposenta com 30 anos, vamos dar um exemplo, com 22 ele para de trabalhar, tá? Com 21, 22 anos ele para de trabalhar porque ele sabe que se der um tiro mal dado vai perder aqueles 22 anos de serviço, então, o policial está se escondendo de trabalhar, porque toda interpretação é feita para o mal.

Desculpa, Deputada Dani, mas eu agradeço aqui a interferência de vocês, a presença de vocês. Os convidados aqui, antes de serem convidados a gente faz uma análise das pessoas que vão participar, se são pessoas corretas que vão acrescentar e vocês acrescentaram muito. Muito obrigado, tá?

Vou passar de novo a palavra para a Deputada Dani. Me desculpa, a gente às vezes começa a pensar aqui e viaja. Às vezes fala de coisas que nem são tema, só falei de alimentação. Fala de coisas que nem... Mas que refletem no dia a dia daquele profissional de segurança, daquele cara que está trabalhando, daquela pessoa.

A SRA. PRESIDENTE (Dani Monteiro) - Peço desculpas, Carlos...

(FALAS PARALELAS)

O SR. DELEGADO CARLOS AUGUSTO - Não vamos embora, vamos encerrar. Vamos embora.

A SRA. PRESIDENTE (Dani Monteiro) - Não, tudo bem. Peço só desculpas por ter que interrompê-lo. De fato, a gente lá no início, lá a partir do 6 de maio, quando aconteceu essa operação, que se colocou como a operação mais letal da história do Estado, a gente veio trabalhando o grupo sabendo, até no entendimento, que esse tema não caberia em uma Audiência Pública. Esse tema, trouxemos para esse formato do grupo de trabalho, de oitivas, de fala de convidados que são mais longas, 10 minutos, normalmente nas Audiências Públicas são 5, justamente para debater um tema que é longo e muito difícil. Agradeço muito o Dr. Fábio Amado, a Dra. Maria Júlia, bem como do Dr. Reinaldo Lomba, que já por horários...

Opa, desculpe. Gilson Chagas levantou a mão, perdão.

O SR. GILSON CHAGAS - Isso. Deputada, bom-dia. Eu me chamo Gilson Chagas e sou assessor do Ministério Público, da Cogesp. O Dr. Reinaldo está com problema na conexão e pediu para transmitir para a senhora e para os demais participantes, porque não está conseguindo entrar, mas, eu vou acompanhar até término a nossa reunião.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Dani Monteiro) - Então, pergunto aos nossos convidados, obviamente, se querem trazer mais contribuições, mas, pelo entendimento aqui também do nosso teto, vou só fazer algumas contribuições enquanto os convidados refletem e, ao final, caso não tenha nenhum acréscimo, nem Deputados nem convidados, a gente encerra.

Mas, queria aqui trazer uma avaliação que eu acho que o debate é bom e a divergência dentro do Poder Público ajuda na formulação de políticas públicas mais qualificadas. O desafio é enorme. Um dos temas que a gente passou aqui no GT brevemente, foi o tema da UPP. Tentando fazer algumas pequenas avaliações e dando ali algumas debilidades e fragilidades da aplicação da política pública. Muitas vezes as nossas favelas e periferias só conhecem a linha militarizada do Estado, mesmo quando um projeto como a UPP, que tenta a partir do seu braço armado trazer o exercício da cidadania para os favelados e faveladas, há um desafio muito grande na implementação dessas políticas. Como falou aqui o Deputado Coronal Salema, ao registrar os desafios que diversos projetos sociais colocados dentro do bojo da Coordenadoria da Polícia Militar tem dificuldade de executar. Muitas vezes a dificuldade é orçamentária, estrutural ou humana, mas a gente caminhou, quando fez essa avaliação sobre a UPP, um consenso mais geral de que o Estado precisa estar mais presente nas favelas e periferias do nosso Estado, não apenas...

O SR. CORONEL SALEMA - (Interferências sonoras ao longo da intervenção) Oi, Deputada Dani. Só que esses projetos aí, a maioria dos projetos de UPP, são de cunho as vezes até pessoal, iniciativa dos próprios policiais que têm alguma habilidade. Seja na área cultural, e a gente vê vários músicos lá dando aula de música, de artes marciais e de dança.

Então, são coisas que às vezes até a gente recebe críticas do próprio público interno da instituição. "Ah, isso não é papel de Polícia. Isso não é coisa que a gente tem que fazer." Mas, é uma coisa que aproxima.

Tem lugar, para você saber, acho que algumas unidades já foram retiradas o policiamento, lá do interior, que o projeto continua. O policial vai lá dentro dar aula com a sua habilidade por conta própria, sem apoio de ninguém, então, são mais de 5 mil assistidos aí. Nas 19 unidades pacificadoras que não estão em atividades. São mais de 5 mil moradores que são atendidos nesses projetos, de cunho... Muitos deles de cunho pessoal.

A SRA. PRESIDENTE (Dani Monteiro) - Sim. Justamente como acrescentou aqui Deputado Coronel Salema. Muitos desafios para implementação de diversos projetos e até esse questionamento de qual a vocação institucional de cada pasta. Mas, uma avaliação consensual aqui é de que outras pastas deveriam estar mais presentes e assíduas na rotina dos favelados e faveladas do nosso Estado.

Na própria comunidade do Jacarezinho ali, vou atrelar essa análise junto com Manguinhos, porque socialmente, cotidianamente essas duas comunidades funcionam juntas. A gente vê ali enormes desafios para a implementação de projetos sociais na própria comunidade constam duas rodas culturais, projetos e agendas sociais, um projeto de basquete, dois projetos de pré-vestibulares, projetos de educação infantil e revitalização e memória das comunidades. Um laboratório, LabJaca, de produção e análise de dados e narrativas sobre favelas. Infinitos projetos culturais, bem como tem ali equipamentos vindo da obra do PAC, que é um centro de referência da juventude hoje desativado, sem nenhum projeto ativo, apenas o esqueleto do espaço, um espaço construído recentemente naquela obra do PAC. Tem ali também um cinema que conta com duas salas que se encontram fechadas, uma obra da casa da mulher pela metade, há uma biblioteca parque, ainda que defasada, mas, toda completa e com enormes defasagens. Hoje ela se encontra aberta com muitas restrições de horários, mas a maior parte do tempo nesses últimos anos ela se encontrou fechada, e a avaliação que a gente consegue rascunhar de onde nos levam a uma situação como a operação do dia 6 de maio, em linhas gerais ela não começou no dia 6 de maio, ela começou na ausência, nas omissões do Estado nessas mais diversas áreas, na deficiência de implementar projetos e que são sempre salutar nas comunidades.

Eu destaco, por fim, a interseção que faz a Fiocruz em uma agenda cotidiana ali na favela de Manguinhos que, como disse, está atrelada a comunidade do Jacarezinho e no impacto positivo que tem, seja na saúde, seja em projeto de educação popular dos moradores ali da comunidade.

Então, temos o desafio de viver em um País que hoje conta com 13 milhões de desempregados, que conta com uma legião em desalento de trabalhadores precarizados, que conta também com o funcionarismo público cada vez mais em ataque, trouxe aqui o Deputado Carlos Augusto, Dr. Fábio Amado, os desafios do plano de cargos e carreiras, e das garantias mínimas como o auxílio alimentação muitas vezes. Nosso País está no mapa da fome, voltou para o mapa da fome. Metade dos brasileiros estão em insegurança alimentar.

Então, para nós seria até desleal, intelectualmente desleal, olhar o cenário da Segurança Pública e da garantia dos Direitos Humanos no nosso Estado e não relacionar com todas essas outras ausências. A gente vive uma bomba-relógio social que advém de desigualdades sociais profundas e históricas, onde não tem o que se comer. Um País onde metade está em insegurança alimentar, é o mesmo País onde aumentou em quase 100%, quase dobrou o número de bilionários durante a pandemia.

Então, esse País vive em uma bomba-relógio. E um consenso que entramos aqui é que muitas vezes é a Segurança Pública e os Direitos Humanos que lidam com todos esses processos anteriores na ponta. Muitas vezes entre o bom e o mau policial há aquele que vai fazer um trabalho dentro das comunidades que não é apenas dele, que deveria haver outras instituições ali presentes anteriormente. Entre a juventude, que com a ausência de oportunidades e sonhos muitas vezes é convocada para fazer parte dessas quadrilhas e crimes organizados que se entranharam nas favelas. O desafio e a contradição estão colocados.

Então, acho que o debate aqui é importante, as divergências também são importantes. Eu, com muita tranquilidade, como defensora dos Direitos Humanos, como uma Deputada de esquerda, como uma Deputada defensora das causas sociais e minorias, sempre aprendo muito e construo muito aqui com os Deputados, o próprio Deputado Coronel Salema, Deputado Carlos Augusto, que têm histórias, que têm as suas trajetórias dentro das instituições. E é sempre uma reflexão importante, porque muitas vezes entender o que passa na cabeça do policial no momento em que ele tem que tomar uma decisão em uma situação em que muitas vezes foi colocado ali, é parte fundamental para desenvolver a política de Direitos Humanos que acredito.

Então, para mim, não há contradições insuperáveis que não façam o Poder Público sentar em uma mesma mesa como essa aqui agora, diferentes instituições do Poder Público, e dialogar, inclusive, externalizando com muita sinceridade, muita tranquilidade suas divergências.

Agradeço muito a participação de todos, vi que o doutor Reinaldo Lomba conseguiu retornar. Devido ao número reduzido de convidados e a dinâmica que já se tornou um pouco diferente, pergunto novamente, Dr. Reinaldo Lomba, Dr. Fábio, Dra. Maria Júlia, se algum dos convidados quer acrescentar algo, quer trazer outros debates.

O SR. DELEGADO CARLOS AUGUSTO - Dani? O Dr. Reinaldo falou uma coisa muito interessante sobre a política de segurança, que a gente tinha que ter um plano, um planejamento de médio a longo prazo. E a gente está vendo aí que algumas chuvas, semana passada tiveram algumas chuvas, eu queria fazer uma correlação aqui rapidamente entre o saneamento básico do Estado e a Segurança Pública que é muito parecido, Dr. Reinaldo colocou. Essas chuvas, sempre quando a gente vê no Rio de Janeiro alagarem as ruas, as pessoas perderem as coisas em casa, a gente fala assim: pô, não tem saneamento básico. Sabe por que não tem saneamento básico? Saneamento básico você tem que quebrar rua e fazer obra, se você fizer obra quebrando rua desgasta o trânsito, interrompe aquela passagem, causa transtorno da população e usa até uma frase, né, como é que você vai fazer omelete se não quebrar os ovos. Aquelas frases que as pessoas falam. Só que quando você faz a obra de saneamento básico, eu vou fazer uma correlação com a polícia que é até engraçado, você não consegue acabar aquela obra normalmente a tempo de você inaugurar e ganhar voto com aquela obra, porque tudo aqui se faz por política, infelizmente. E, aí, você não quebra a rua, não faz a obra porque você sabe que quem vai inaugurar vai ser o cara que estiver no próximo mandato, então, você nunca faz obra de saneamento básico. E, outra coisa, a obra é debaixo da terra, não tem como colocar placa embaixo do chão, embaixo do asfalto para lembrar que você fez aquela obra ou iniciou aquela obra. Ou seja, você começa a obra, tem o desgaste do transcorrer da obra, mas, não inaugura e depois não faz propaganda sobre ela. É igualzinho às Polícias. As pessoas não planejam a médio e longo prazo, os governantes exigem, porque, infelizmente, nós somos condicionados a Governadores, as pessoas exigem resultados imediatos, porque senão eles não se elegem. É o caso da UPP, que começou com o pé esquerdo e terminou sem pé. E, aí, nós ficamos vendo, como o Deputado Coronel Salema falou, projetos pessoais de policiais, que não aparecem, logicamente, na imprensa porque não é interessante falar coisas boas das Polícias. É assim.

Ontem, uma conhecida minha foi na delegacia. "Poxa, não me deram nem cópia do registro." Mas, também não vão dar, porque não tem papel. Não tem papel, gente! Você vai na delegacia e não tem ar. Já pensou trabalhar sem ar condicionado? Não tem ar condicionado, não tem papel, não tem nada, porque os governantes infelizmente tratam a Segurança Pública com projetos imediatistas. Só que pegando uma frase que o doutor Reinaldo falou e é muito importante, nenhum projeto nesse Estado segue padrões a longo prazo. E eu, como não devo nada a Governador nenhum, nada a ninguém, eu falo o que eu tenho que falar, graças a Deus eu falo o que eu tenho que falar.

Todos os projetos no Estado seguem projetos que visam além do bem das pessoas logicamente, porque não é possível que... Projetos que vão aparecer de alguma forma e vão proporcionar reeleição ou não para o governante atual, mas para governantes futuros partidários ou amigos. Essa é a realidade. Um policial fica na esquina comendo porque não recebe alimentação.

Então, pessoal olha, , desculpa só... São correlações que nós temos que fazer para encarar a realidade e saber que a gente vive em uma mentira, e enquanto a gente não entender que vive em uma mentira, vai ficar debatendo sobre isso.

Outra coisa, para finalizar, a operação do Jacarezinho é uma operação que a sociedade merece saber o que aconteceu ali. Então, realmente não estou protegendo. Eu não estava lá. Não estou protegendo nada não, gente, só estou comentando que o cenário totalmente diferente do que a gente enxerga se não estiver lá dentro. Só isso que quis dizer, só para esclarecer.

Obrigado, Deputada Dani, pelo aparte.

A SRA. PRESIDENTE (Dani Monteiro) - Obrigada, Deputado.

Mais alguém quer fazer uso da palavra? Acrescentar aqui ao nosso grupo?

(Pausa)

Então, agradeço enormemente aos nossos convidados aqui pelas contribuições, pelas reflexões que trazem de suas próprias trajetórias nos Poderes a que estão atrelados. E agradeço também aos Deputados pelo debate que trazem contribuições de suas próprias trajetórias, mas, também, reflexões sobre os desafios de transpor as contradições colocadas para a produção da política pública. Agradeço a Vivi e Jaque, Secretárias das duas Comissões, que vêm aqui secretariando brilhantemente os trabalhos conjunto das duas Comissões. Agradeço aos assessores de Deputados e Deputadas que não puderam comparecer, mas, deixaram aqui também assessorias acompanhando. Agradeço à TV Alerj que também vem produzindo bastante materiais sobre o grupo de trabalho, também vem acompanhando e gravando esses nossos encontros aqui.

Então...

O SR. CORONEL SALEMA - (Interferências sonoras ao longo da intervenção) Deputada Dani, eu já tinha elogiado os nossos convidados Dr. Fábio, Dr. Reinaldo... Eu vi depois (não compreendido). Tem vários comandos aí, ele é ex-Comandante igual a mim, ele é "ex" também, mas, é um cara muito conceituado aí nosso meio, por isso que ele está no Ministério Público assessorando agora o Dr. Reinaldo. (Não compreendido) de convidá-los também em outras oportunidades, até pessoalmente porque eles têm muitas coisas a tratar.

Então, a gente vai estar junto de novo com o doutor Gilson, doutor Reinaldo, em outros debates que a gente vai fazer, talvez até presenciais.

A SRA. PRESIDENTE (Dani Monteiro) - Maravilha, então.

Antes de encerrar, chamo atenção das assessorias que o nosso grupo de trabalho caminha para a parte final da oitiva dos nossos convidados. Nossa última sessão será na quinta feira que vem com o convite às Secretarias de Polícia Civil e Militar do Estado. Chamo atenção das assessorias porque inicialmente as duas Presidências que coordenam o trabalho desse grupo vão convidar ambos os Secretários, mas, não havendo respostas afirmativas ou não havendo comparecimento, muito provavelmente procederemos à convocação regimental e oficial dos dois Secretários. Não há como encerrar o trabalho desse grupo sem ouvir aqueles que são os dois responsáveis pelo alto comando das duas Polícias no Estado atualmente. Não há como a gente confluir reflexões e propor recomendações que apontem para o Poder Público os caminhos de redução da letalidade policial, de condições de trabalho também para os agentes da Segurança Pública, afinal temos hoje não só a polícia que mais mata, não só a polícia que mais morre, mas, também, a polícia que mais se suicida. É um índice também que agora o nosso País...

(FALAS PARALELAS)

...mas em primeiro lugar.

Então, há também esses desafios e entender quais são os desafios que seguem os agentes da Segurança Pública, as limitações na realização do seu ofício, bem como o excesso e avaliar caso haja esse excesso na ação policial. Não há como concluir qualquer reflexão sobre esses critérios sem a participação e a adesão dos Secretários e não representação, mas diretamente dos Secretários que são aqueles que respondem efetivamente pelas pastas que coordenam.

Então, a princípio convidaremos e está marcada a oitiva para quinta-feira da semana que vem, aviso caso não haja comparecimento faremos a convocação regimental e oficial, por fim, aos assessores que são da Comissão dos Direitos Humanos, aviso que às 13 horas teremos reunião para a aprovação de algumas Audiências Públicas da Comissão por WhatsApp, então, o nosso encontro está marcado às 13 horas.

Aos demais, retomo o agradecimento à participação, convidados, Deputados, Secretários das Comissões, TV Alerj, assessorias. Agradeço a participação de todos e, ninguém quer falar, então, nada mais havendo a tratar, declaro encerrados os trabalhos conjuntos da Comissão de Segurança Pública e Assuntos de Polícia, bem como a Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Alerj. E o tradicional "segue o baile", gente.

**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E ASSUNTOS DE POLÍCIA**

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONJUNTA

Aos nove dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um, às dez horas, conforme Ato da Mesa Diretora "N"/MD/Nº 651/2020, reuniram-se virtualmente a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, com a presença dos Senhores Deputados DANI MONTEIRO, Presidenta; CARLOS MINC, Vice-Presidente; e ENFERMEIRA REJANE, membro efetivo; e, a Comissão de Segurança Pública e Assuntos de Polícia, com a presença do Deputado CORONEL SALEMA, Vice-Presidente, no exercício da presidência. Havendo número regimental, assumiu a presidência a Deputada DANI MONTEIRO, Presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania. A Senhora Presidenta anunciou a presença dos seguintes convidados: representante da Secretaria de Estado de Polícia Civil, Delegado Rodrigo Oliveira, Subsecretário de Planejamento e Integração Operacional; representantes da Secretaria de Estado de Polícia Militar, Tenente-Coronel PM Ivan Blaz Junior; e Tenente-Coronel PM José Ramos da Silva Junior. Sua Excelência, a Deputada Dani Monteiro, deu andamento à escuta temática, passando a palavra um convidado por vez, oportunidade em que responderam as questões encaminhadas pela presidência e pelas deputadas e deputados presentes; após o que foram apresentadas as considerações finais. Encerradas as falas, como nada mais houvesse a tratar e ninguém quisesse fazer uso da palavra, a Senhora Presidenta, Deputada Dani Monteiro, agradeceu a participação e o esforço de todos e suspendeu a reunião, para que eu, Jackeline Correa Marins, matrícula nº 201.523-8, Secretária da Comissão de Segurança Pública e Assuntos de Polícia, lavrasse a presente ata, que traz a transcrição do inteiro teor do ocorrido na reunião, nas notas taquigráficas, que seguem em anexo. Reabertos os trabalhos, foi a ata lida, aprovada e segue assinada por mim, pela Senhora Presidenta, Deputada Dani Monteiro e pelo Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Deputado Coronel Salema. Sala das Comissões (meios digitais), em 09 de setembro de 2021. (a)Jackeline Correa Marins, Secretária; Deputada Dani Monteiro - Presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania; e Deputado Coronel Salema - Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão de Segurança Pública e Assuntos de Polícia.

(Notas Taquigráficas)

A SRA. PRESIDENTE (Dani Monteiro) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 9° Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública e Assuntos de Polícia, em conjunto com a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Alerj.

A presente reunião destina-se de fazer a escuta temática dos nossos convidados, havia sido feito o convite oficial ao Secretário de Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e o Secretário de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.

Recebemos aqui representantes das corporações às quais faremos as perguntas, as reflexões que a gente havia construído até esse momento. Ao final, os Deputados caso queiram participar, trazer também outras perguntas e reflexões, sabemos que são Deputados muito atuantes tanto na pauta dos Direitos Humanos quanto na Segurança Pública, também haverá o espaço aberto para essas perguntas. Encerraremos a escuta temática do dia de hoje com a escuta do Delegado Rodrigo Oliveira, pela Polícia Civil e aguardando também o Coronal Blaz para a escuta pela Polícia Militar.

Bom dia, Delegado Rodrigo Oliveira, já o havia cumprimentado anteriormente, mas, saúdo novamente, agradeço aqui a participação. Farei agora algumas perguntas mais abertas, mais gerais, que queria que o senhor trouxesse uma reflexão da Polícia Civil e da Secretaria da Polícia Civil sobre essas questões e terá o tempo de 10 minutos para responder. Vou avisando no chat o tempo passando, mas, no geral a gente tem conseguido fazer bons debates aqui com esse espaço de escuta temática que é um pouco diferenciado da audiência pública, ele acaba sendo um espaço mais dilatado e mais ampliado, que permite a nós uma reflexão mais alongada sobre os temas.

Então, é muito prestígio recebê-lo aqui nesse nosso grupo de trabalho para refletir sobre essas questões e peço para que fique à vontade nas suas respostas, fique à vontade para trazer as reflexões da Secretaria de Polícia Civil. A gente vem trabalhando nesse espaço, como espaço de bastante respeito apesar das divergências que, obviamente, temos aqui. Assim, inclusive, tem sido feita a condução pelas duas presidências.

Então, trago aqui, Delegado Rodrigo Oliveira, algumas reflexões que eu faria ao secretário Allan Turnowski, é sobre a que a Se-

cretaria de Polícia Civil atribui a alta letalidade policial que tem no Estado do Rio de Janeiro e quais medidas poderiam ser adotadas num possível plano de redução da letalidade policial.

Queria, se possível, refletir sobre o que a Secretaria de Polícia Civil entende pelo conceito de excepcionalidade, que está atrelado a uma decisão preliminar do julgamento da ADPF 635 no STF. Então, a elevada taxa de letalidade policial, o que deveria constar em um plano de redução da letalidade policial e o que a Secretaria de Polícia Civil entende pelo conceito de excepcionalidade que está atrelado ao julgamento da DPF 635 no STF.

O SR. RODRIGO OLIVEIRA - Primeiramente, bom dia a todos, Excelentíssimos Senhores Deputados, demais membros que estão participando dessa videoconferência.

Em nome da Secretaria de Polícia Civil, agradeço a oportunidade de poder estar explanando o nosso posicionamento e o nosso entendimento diante de um tema que é tão sensível, tão caro para a sociedade de uma forma como um todo. E é importante dizer o seguinte, durante muito tempo se construiu uma velha máxima através de pseudoespecialistas de que quanto maior for a inteligência, menor será a resistência.

Essa lógica não funciona de forma absoluta no Estado do Rio de Janeiro, a gente tem aqui primeiro uma corrida armamentista que remonta há duas décadas, em que o tráfico vem se armando e consequentemente a polícia teve que se equiparar a esse poderio bélico, e, o pior de tudo, a necessidade do tráfico em promover o enfrentamento do Estado.

Então, dando início a essa resposta da primeira pergunta, o porquê da tamanha letalidade, eu diria que pela cultura do crime organizado, em especial, do tráfico de drogas, em especial, uma determinada facção que atua em algumas comunidades do Rio de Janeiro, no sentido de querer enfrentar o Estado, enfrentar a polícia.

Em que momento a gente começa a vencer essa batalha? Primeiro, sou convicto de que a polícia sozinha não vence essa guerra. A polícia é parte de um instrumento do Estado no sentido de poder prover segurança no aspecto mais amplo possível para as comunidades e para sociedade de uma forma geral.

É imperiosa a presença de outros membros, seja do Estado, seja da sociedade organizada, no sentido de fazer valer aquilo que o Estado entende e aquilo que as leis determinam. Voltando ao raciocínio anterior, enquanto houver por parte do crime organizado o desejo de enfrentar o Estado, muito provavelmente essa letalidade vai se fazer presente durante muito tempo.

Dou muito franco e muito cético nesse raciocínio, no sentido de que a gente não consegue demovê-los dessa vontade da noite para o dia. Isso requer, talvez, gerações. Tem diversas crianças, diversos adolescentes que cresceram dentro de algumas comunidades, tendo como ídolo ou como exemplo, o chefe do tráfico. Aquela pessoa que tem mais poder, aquela pessoa que tem dinheiro, aquela pessoa que faz acontecer da forma que ele bem deseja dentro daquele território por ele dominado. A Polícia Civil não vai permitir isso.

A Polícia Civil se baseia em um tripé. A gente primeiro produz inteligência, dessa inteligência advém uma investigação; feita a investigação, tendo cumprido todos os trâmites legais, inclusive com ordens judiciais, que era o caso da operação do Jacarezinho, é preciso deixar isso muito claro, nós tínhamos autorização judicial para ali estar, a gente vai promover a ação. Então, primeiro a inteligência, depois a investigação e, por fim, a ação. E vamos deixar também muito claro o seguinte, a polícia não age, a polícia reage à ação do tráfico.

Quando o criminoso se rende, vai preso. Quando o criminoso, por alguma razão resolve enfrentar o Estado, muitas das vezes ele vem baleado e outras vezes ele inclusive chega a falecer.

Como mudar esse conceito? É uma união de esforços de toda a sociedade, da sociedade civil, do poder estatal nas três esferas, esfera federal, esfera estadual e esfera municipal, no sentido de a gente unir esforços para um futuro melhor, que é o que todo mundo deseja.

Ninguém sai para uma operação com a intenção de trocar tiros, confrontar pessoas e matar pessoas. A proposta nunca foi essa. Se entendeu midiaticamente falando que a operação do Jacarezinho, pela força da letalidade, pela quantidade de óbitos que ali tiveram, que aquilo fosse uma ação única. Na verdade, não foi. Nós tivemos mais de 100 pontos de confronto. Eu vou repetir, 100 pontos de confronto.

A investigação é demorada porque a operação é tratada de forma segmentada, cada confronto é analisado de uma determinada forma. Não foi um único confronto que vieram a morrer 28 pessoas - 28 criminosos, devidamente comprovados - 28 traficantes. Na verdade, foram diversos confrontos, mais de 100, repito, foram mais de 100 confrontos espalhados dentro daquela comunidade durante todo aquele tempo.

E que no resultado, a gente teve 1 policial que veio a falecer defendendo a sociedade e esses criminosos que tentaram de alguma forma enfrentar o Estado. A investigação foi absolutamente cristalina; o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro acompanha todo procedimento, literalmente, desde o primeiro dia, desde o primeiro momento. A gente aguardou a autopsia dos corpos, a chegada de um representante do Ministério Público, que isso fique consignado. A autopsia foi feita somente com a presença de um membro do Ministério Público para que não restasse nenhum tipo de dúvida ou de parcialidade em relação a perícia que estava sendo feita. Então, todos os procedimentos legais e administrativos foram tomados.

A letalidade só vai diminuir quando a gente conseguir tirar do criminoso essa necessidade que ele tem de enfrentar o Estado. Esse é o ponto de equilíbrio. É a partir desse momento que a gente começa a vencer nessa guerra. Eu acho que talvez eu tenha de alguma forma respondido a primeira pergunta.

A segunda pergunta, o que a polícia entende pela excepcionalidade?

A SRA. PRESIDENTE (Dani Monteiro) - Não, plano de redução da letalidade policial.

O SR. RODRIGO OLIEVEIRA - O plano de redução da letalidade? A gente tem isso junto do ISP, assim, a gente tem diversas ações seja do ponto de vista de formação, seja do ponto de vista de treinamento para que o Estado reduza, obviamente, a letalidade. É importante dizer, quanto mais precisa for a informação, considerando a cultura que a gente vive hoje armamentista e bélica das organizações que dominam o tráfico de drogas em algumas localidades, quanto mais precisa for a informação, maior será a resistência por parte do tráfico.

Não tenha essa de que "A inteligência vai me permitir que eu chegue me uma casa com todos os criminosos e todos os armamentos, e não vá haver resistência". Isso é uma utopia. Eu adoraria que fosse assim, mas, infelizmente não é. Eles reagem e a polícia tem que se fazer presente. Então, essa política de redução de danos, é uma política tratada dentro do Instituto de Segurança Pública e isso reflete no universo da Secretaria de Polícia Civil, na academia de polícia, nas preleções das operações e nos treinamentos que são feitos.

Dando andamento à segunda parte, que foi a questão da excepcionalidade, devolvo essa pergunta, assim, se você estiver indo à praia e quando estiver chegando na praia, que é um bem público aberto a toda a sociedade brasileira e do mundo inteiro, se porventura ali na porta tiver uma pessoa com fuzil, ou uma barricada no meio da rua que te impeça de ir e vir, isso é excepcionalidade? Para mim, é excepcionalidade. Para a Secretaria de Polícia Civil isso é uma excepcionalidade.

Se por alguma razão você quer sair à noite para ir a um bar se divertir com seus amigos, espairecer um pouco e por alguma razão algumas pessoas impedem que você se faça presente naquele local, naquela hora, portando arma de fogo, isso para mim é uma excepcionalidade; isso para a Secretaria de Polícia Civil é uma excepcionalidade.

Um outro exemplo, eu quero atravessar o túnel Rebouças, vou sair da zona sul e vou para a zona norte ou vice e versa e, por qualquer razão, que seja determinados criminosos resolveram impedir que a gente transite de um lado para o outro da cidade, isso é uma excepcionalidade? Para mim, isso é uma excepcionalidade, para a Secretaria de Polícia Civil isso é uma excepcionalidade.

Então, sempre que a gente estiver de frente de situações em que as pessoas são subjugadas e que a liberdade de ir e vir, de alguma forma, é impedida e as pessoas fazem isso portando arma de fogo e, no caso do Rio de Janeiro, armas de guerra, são literalmente as mesmas armas que são empregadas nas guerras mundo a fora, é óbvio que a gente entende isso como sendo uma excepcionalidade.

Definir o que é excepcionalidade eu acho que, talvez, seja um conceito muito vago, cada caso é um caso, mas, se a gente for analisar a ferro e fogo, todas essas situações são excepcionais. O que a gente não pode em hipótese alguma é querer tratar excepcionalidade como uma regra. "Ah, já que acontece todo dia isso deixa de ser excepcional". Auto lá, pelo amor de Deus. O Estado tem que se fazer presente e a sociedade tem que se fazer presente.

Então, diante de todos esses cenários a gente entende sim que existe excepcionalidade e não deixamos em momento algum de cumprir todas as determinações que estão previstas na ADPF, pela decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal, e de posse de mandados judiciais que nos permitem seja por mandado de prisão, seja por mandado de busca, atuar nessas localidades. Acho que basicamente é isso.

A SRA. PRESIDENTE (Dani Monteiro) - Delegado Rodrigo Oliveira, houve uma consulta à Procuradoria Geral do Estado em relação a adoção desse conceito de excepcionalidade pela Polícia Civil?

O SR. RODRIGO OLIVEIRA - Não, de forma alguma. Enquanto ninguém definir o que é excepcionalidade, cada órgão vai definir a sua excepcionalidade. A senhora deve ter um entendimento, eu provavelmente tenho um entendimento distinto e se a gente pedir a opinião de todas as pessoas que estão participando dessa reunião, muito provavelmente cada uma delas vai ter um entendimento diferente.

Então, que se definam o que é excepcionalidade poque ficar nesse critério subjetivo, a gente vai ficar discutindo aqui o sexo dos anjos durante todo o dia, provavelmente eu não irei lhe convencer de algumas coisas e em sentido contrário, eu também não serei convencido.

A SRA. PRESIDENTE (Dani Monteiro) - De fato, é um conceito que a gente vem trabalhando e tentando entender como condensá-lo nas situações de insegurança pública no nosso dia a dia, mas quais mudanças, no geral, a adoção desse conceito que até o julgamento da ADPF não existia, mas a adoção ainda que seja um conceito que está em trabalho no meio jurídico, mas qual a adoção por si só desse conceito que mudanças esse conceito da ADPF de excepcionalidade impôs à rotina da Polícia Civil?

O SR. RODRIGO OLIVEIRA - Olha, eu lhe diria que muito pouco, porque tudo aquilo que ali é determinado, a gente sempre fez cumprir, não tem nenhuma distinção. Óbvio, existem algumas medidas do ponto de vista administrativo, como uma comunicação em até 24 horas ao Ministério Público, enfim, o que na prática já acontecia. A gente só se faz presente nessas localidades munidos seja de mandado de prisão, seja de mandado de busca, o que consequentemente implica dizer que o juiz e o Ministério Público que determinaram essas ordens têm ciência da operação que está acontecendo.

A gente criou na verdade um protocolo operacional em que obviamente a gente tem tudo isso armazenado de acordo com o que está previsto na ADPF, as comunicações são feitas da forma estabelecida, no prazo estabelecido. Mas, do ponto de vista prático, a gente, quase já 100%, atuava dentro daquilo que está ali previsto. Na prática faz muito pouca diferença.

A SRA. PRESIDENTE (Dani Monteiro) - Delegado chegou a citar no início da fala, eu queria até que trouxesse um pouco mais, porque a gente vem ouvindo esse conceito utilizado pela cúpula da Secretaria da Polícia Civil desde a operação do dia 06 de maio, que é esse tripé que a Civil vem trazendo e trabalhando, o tripé da inteligência, da investigação e da ação. Queria, se possível, que o Delegado descrevesse um pouco mais sobre esse conceito e como funcionam as etapas desses conceitos.

O SR. RODRIGO OLIVEIRA - Em termos práticos, produzir inteligência na verdade é produzir conhecimento, se você não operacionalizar isso, vira só burocracia. Então, assim, a gente pega todo arcabouço disponível do ponto de vista legal dos conceitos e dos instrumentos de inteligência, e inteligência não se confunde com investigação. Então, a gente produz toda inteligência disponível para uma determinada situação, a partir daí a gente pinça, por assim dizer, os principais elementos que já nos permitem ter de alguma forma a comprovação, isso vai para dentro de uma investigação, para dentro de um inquérito policial.

Dentro desse inquérito polícia, e aí já trabalhando em uma interface com o Ministério Público e com o Poder Judiciário, essa investigação vai seguindo até um dado momento em que os mandados são... existe a representação por parte da autoridade policial no sentido de quebra de sigilo de dados, quebra de sigilo telemático, mandados de busca e apreensão, ou até mesmo mandados de prisão. Uma vez deferido isso, aí sim a gente passa para a terceira fase, que é a ação.

Então, a gente começa com a produção da inteligência, os melhores dados ali disponíveis, aqueles que são possíveis de serem transferidos para o inquérito, que já são robustos e que já têm comprovação, eles possam fazer parte dessa investigação.

Essa investigação tramita no ambiente do Ministério Público, Judiciário, Secretaria de Polícia Civil, uma vez expedida as ordens judiciais a gente parte para a ação. É isso. Isso tem acontecido absolutamente em todas as operações, sem nenhuma exceção. Óbvio, uma ou outra pode ter sido uma operação de emergência, alguma equipe que por alguma razão ficou encurralada em algum lugar. Aí, a gente não tem todo esse antecedente por razões óbvias, é uma emergência.

Mas, não sendo uma operação de emergência, todas as operações, 100% delas, seguem essa lógica. Produção do conhecimento, leia-se inteligência, depois uma investigação e, por fim, a ação.

A SRA. PRESIDENTE (Dani Monteiro) - Então, o mapeamento prévio da localidade e definição do percurso dos agentes é uma atribuição da inteligência que depois passa para a investigação?

O SR. RODRIGO OLIVEIRA - Perfeito. É exatamente isso. A inteligência em algum momento permeia a investigação e vice e versa. Mas, elas não se confundem.

A SRA. PRESIDENTE (Dani Monteiro) - Então, diante disso a gente pode considerar que no dia da operação policial do Jacarezinho houve alguma falha da inteligência quando a gente pensa no aviso prévio da interrupção do tráfego da Supervia e do Metrô Rio, anteriormente, já que o uso da linha férrea, ao entendimento, fazia parte do que foi a inteligência e passou para investigação as rotas da entrada da polícia no Jacarezinho. Houve falha?

O SR. RODRIGO OLIVEIRA - Desculpa, eu não entendi. A Linha férrea? Eu não entendi.

A SRA. PRESIDENTE (Dani Monteiro) - Foi usada a linha férrea no ia da operação policial para adentrar na comunidade.

O SR. RODRIGO OLIVEIRA - Perfeito. É uma das formas de acesso.

A SRA. PRESIDENTE (Dani Monteiro) - Isso. Não deveria ter havido uma comunicação prévia ao Metrô Rio e a Supervia para...

O SR. RODRIGO OLIVEIRA - De forma alguma. O sigilo é indispensável nessas ações. A inteligência e a investigação foram tão positivas, que se não houvesse essa ação tão violenta por parte do tráfico, nós teríamos prendido mais de 30 pessoas, 35 talvez, e farto armamento de guerra teria sido apreendido. O fato é que eles resistiram. O fato é que eles agiram contra o Estado. O que implica dizer que não fosse a ação tão violenta por parte do tráfico, ou se eles tivessem se rendido, nós teríamos 30 e tantos presos e uma quantidade absurda de armas apreendidas.

A SRA. PRESIDENTE (Dani Monteiro) - Mas, sabendo justamente que o tráfico, essas organizações criminosas não respeitam a vida do cidadão fluminense, não é colocar em risco a vida dos trabalhadores que passavam pela linha férrea naquele momento?

O SR. RODRIGO OLIVEIRA - Faz parte do nosso protocolo, tão logo as incursões acontecem nas respectivas comunidades, o Jacarezinho é só um exemplo das mais de 1.100 comunidades que a gente tem aqui na região metropolitana do Rio de Janeiro, a gente tem um protocolo de avisar Secretarias de Transportes, Secretarias de Saúde e Secretaria de Educação, mas, isso por razões de sigilo só acontece depois da tropa no terreno. É óbvio. A gente não tem como avisar isso antes, não é razoável supor que o sigilo será guardado fora das forças policiais, então, a gente avisa sim mais uma vez com a tropa no terreno.

Os horários estabelecidos para as operações são aqueles em que não existe movimento, principalmente de crianças indo e vindo para as escolas.

A SRA. PRESIDENTE (Dani Monteiro) - Então, durante a operação do dia 06/05 houve essa comunicação no decorrer da operação policial?

O SR. RODRIGO OLIVEIRA - Perfeitamente.

A SRA. PRESIDENTE (Dani Monteiro) - Registro aqui a presença do nosso Deputado também Coronel Salema, vice-presidente da Comissão de Segurança Pública, aproveito para avisar Deputado Coronel Salema que o nosso presidente da Comissão, Deputado Delegado Carlos Augusto, está com problemas de conexão e ainda não conseguiu entrar. Então, compartilho aqui a presidência nos trabalhos dessa escuta temática com Vossa Excelência, em respeito a ocupação que faz de vice-presidente da Comissão de Segurança Pública e, também, por sempre estar presente aqui no espaço da escuta.

Estamos agora, Deputado Coronel Salema, ouvindo o delegado Rodrigo Oliveira, representante da Polícia Civil. Estou trazendo algumas perguntas aqui ao Delegado, caso queira também, fique à vontade para... (falas simultâneas)

O SR. DEPUTADO CORONEL SALEMA - Desculpa só o atraso de acessar o link aí. Bom dia, Dani. Bom-dia aos demais participantes. Dr. Rodrigo, é sempre um prazer. (inaudível) essa explanação técnica - sabe que eu sou um grande admirador do trabalho da Polícia Civil, especialmente do Senhor e dos mais integrantes. Estou bem a vontade de ouvir suas explicações, qualquer dúvida vou entrar no link e faço as perguntas também.

O SR. RODRIGO OLIVEIRA - Muito obrigado, estou às ordens.

A SRA. PRESIDENTE (Dani Monteiro) - Delegado Rodrigo, como trouxe aqui no início, a gente vem desenvolvendo o trabalho desse grupo de uma forma muito transparente e muito respeitosa, tem sido um processo de aprendizado e confesso que, enquanto a defensora dos direitos humanos que sou, tem sido de fato um momento muito reflexivo, a gente não fazer os debates prévios e polarizados no campo da sociedade civil. A gente fez alguns pactos mínimos aqui da condução desse grupo de trabalho como, por exemplo, chamar o que aconteceu no dia 06 de maio como foi até então, uma operação policial.

Não usamos, por exemplo, aqui dentro desse grupo de trabalho, essa presidência jamais usou o termo chacina, por exemplo, um termo que tente atribuir previamente informações que apenas a investigação tanto da Polícia Civil quanto do Ministério Público nos trará. Então, muito respeito à técnica jurídica investigativa. Como o senhor bem deva imaginar os debates feitos do campo dos direitos humanos e da segurança pública não necessariamente se atrelam a um respeito à essa técnica jurídica investigativa, mas, por respeito em especial à instituição da Polícia Civil e do Ministério Público, aqui não usamos esse termo.

Mas, eu acho importante e me causa muitas dúvidas quando vinha preparando aqui as perguntas para esse trabalho, para essa nossa escuta, a afirmação do Delegado Cardoso, que foi um dos ouvidos que participou da coletiva de imprensa que Civil fez ainda no dia da operação policial, inclusive o delegado seria responsável direto pela parte das investigações dos homicídios da Civil. Ou seja, responsável inclusive por essa investigação.

No dia da referida coletiva de imprensa, o Dr. Roberto Cardoso afirmou: "Então, como foi relatado aqui, no início da incursão o nosso policial foi alvejado e foi morto, isso é a prova cabal de que não houve execução, houve, sim, uma necessidade real de um revide à uma injusta agressão. Então, a ação é legítima desde o início até o final dentro de total legalidade".

Eu trago esse trecho, Delegado Rodrigo, porque me parece que essa fala não foi fiel à boa técnica investigativa, porque ela conclui, previamente, e ainda no dia 06 de maio que dos 28 mortos, houve apenas a execução do policial André Frias, vitimado logo no início da operação. Trago essa reflexão porque não constitui dessa forma que seriam afirmações prévias antes das investigações do inquérito trazer essas conclusões. Não devia ser apurado antes de serem rotulados esses processos? Essa fala não gerou, por exemplo, inquietação do não respeito à técnica investigativa e jurídica? Porque me parece que essa fala traz conclusões prévias. Seria muito cedo, no dia 06 de maio, afirmar que a única execução em 28 mortes foi apenas a do policial André Frias, vitimado ainda no inicia da operação.

O SR. RODRIGO OLIVEIRA - Bom, assim, eu acho o seguinte, primeiro, com a relação à afirmação, especificamente, melhor dirá o próprio Dr. Roberto Cardoso, talvez seja a opção de convidá-lo aqui para melhor esclarecer essa fala dele. O que eu posso adiantar para vocês, na verdade, o que eu tenho como afirmar é o seguinte, foram mais de 100 pontos de confronto, não foi: encontramos 27 pessoas em uma localidade e essas 27 pessoas foram mortas. Isso não aconteceu. Os locais em que houve confronto com resultado morte, salvo engano, são mais de 10. O que implica dizer que são 1, 2, 3 no máximo em cada uma dessas localidades.

A polícia reage a ação do tráfico. Se, porventura, o criminoso, o traficante, ou seja, ele quem for que esteja armado resolve se entregar, ele sai preso. Como aconteceu nessa própria operação, tiveram acho que 7 ou 8 pessoas que foram presas, pessoas armadas que foram presas. Se houve um excesso ou outro por parte de um policial, é isso que a investigação está dizendo. Até agora nada aponta nesse sentido.

A operação foi em maio, no exato momento foi comunicado ao Ministério Público, os autos, com todas as perícias realizadas, já foram encaminhados ao Ministério Público. Salvo engano, li uma notícia ontem em que o Ministério Público teria pedido mais prazo para chegar às conclusões que tem que chegar, enfim, se houvesse uma execução sumária, por certo, essa informação também já estaria posta e a gente também não tem isso. Então, nesses diversos pontos de confronto, eu entendo o Roberto quando deu essa informação talvez não muito técnica, mas, naquele calor da emoção isso é difícil para todo mundo.

É difícil para as pessoas que perderam os seus parentes, é difícil para os profissionais, é difícil para a gente da segurança pública em que perder um policial, implica em perder parte da corporação. Não tem pessoa nesse mundo que seja capaz de nos confortar com a perda desse policial. Então, a operação em si foi baseada na inteligência, na investigação e ação, devidamente munida dos respectivos mandados de busca e de prisão dentro da localidade.

Nesse caso específico, trata de ação em que as vítimas eram menores de idade. A perícia foi feita, todos os locais foram periciados e, detalhe, enquanto uma das perícias estava sendo feita, houve uma nova tentativa de agressão por parte do tráfico de drogas no sentido de atirar para matar os peritos. Vou repetir, a perícia estava sendo realizada, o tráfico de drogas se encaminhou, tentou cercar uma equipe de peritos enquanto realizavam a perícia. Nesse confronto, mais dois criminosos vieram a falecer. Todos eles, sem exceção, com ficha criminal.

Então, a nossa operação foi técnica. O resultado foi o que foi, por força da necessidade do crime enfrentar o Estado e, ai, a Secretaria de Polícia Civil não vai permitir isso de forma alguma, vamos fazer valer a força do Estado.

A SRA. PRESIDENTE (Dani Monteiro) - Entendo, Delegado Rodrigo.

Uma última pergunta aqui, é que alguns meses atrás a gente foi surpreendido com a imposição do sigilo das investigações, eu entendo mesmo a importância do sigilo do ponto de vista da Polícia Civil precisar resguardar informações que possam inclusive prejudicar o andamento de outras investigações, mas privar a população do acesso, por exemplo, aos laudos periciais, os exames cadavéricos e a perícia local, não seria um excesso de imposição desse sigilo?

O SR. RODRIGO OLIVEIRA - De forma alguma. O inquérito é sigiloso. Quem determinou o sigilo dessa investigação e de todas

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

as operações que a gente realiza, sou eu. A Secretaria de Polícia Civil entende que em o inquérito sendo sigiloso, e a gente tendo como fiscal da lei que nos fiscaliza diretamente o Ministério Público, que é imediatamente comunicado de todas as ações, a gente tem que resguardar não só o nome dos policiais que ali estão, como eventuais diligências futuras que possam vir a surgir.

Então, nesse contexto, o arcabouço da operação é divulgado sim, mas, dados que são oriundos de inteligência, dados que são oriundos de investigação, e dados que são sigilosos como o próprio inquérito policial o é, não podem ser abertos para a sociedade. Eu acho que tanto assim, que a própria legislação nos permite classificar esses termos, e eles foram classificados.

A SRA. PRESIDENTE (Dani Monteiro) - Muito obrigado, Delegado Rodrigo Oliveira. A sua participação aqui trouxe bastante elementos. Em relação a dúvidas que tínhamos para esse momento, do meu ponto de vista pelo menos, estão sanadas, da presidência dos Direitos Humanos.

Não sei se ainda o Deputado Coronel Salema se encontra na sala, mas, caso queira trazer alguma outra pergunta ou outro Deputado querer trazer alguma pergunta, do ponto de vista da presidência aqui, da coordenação dos GTs, estamos satisfeitos com as respostas. E, obviamente, se o Delegado quiser acrescentar algo mais, que queira retomar, algum ponto que não ficou tão explícito, fique à vontade também, Delegado.

O SR. RODRIGO OLIVEIRA - Não sei se mais alguém tem alguma pergunta, eu daqui a pouquinho tenho que sair porque estou na porta da academia de polícia, porque vai ter uma formatura de novos policiais aqui. Mas, queria conclamar a sociedade de uma forma geral, isso envolve todos os Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, a sociedade organizada, o Poder Público enquanto Município, enquanto Estado, enquanto Governo Federal, no sentido da gente buscar uma saída conjunta para essa problemática que tanto afeta e assola, principalmente, o Rio de Janeiro.

Eu insisto nessa tecla, o nosso ponto de equilíbrio, que é o momento em que a gente começa a vencer essa luta, vai ser o momento em que a gente demover do criminoso, a vontade que ele tem de enfrentar o Estado. É quase que uma necessidade. É quase uma utopia da parte deles enfrentar o Estado. Enquanto a gente não conseguir tirar isso da consciência do criminoso, muito provavelmente a gente vai continuar tendo alguns confrontos em que pessoas certamente serão atingidas por esses disparos, porque as armas que a gente usa aqui são armas de guerra.

Então, é imperioso que a gente faça isso. Por mais distante que esteja essa solução, e seria utopia imaginar que essa solução será dada amanhã, daqui a um ano, daqui a dois anos, não vai. Talvez a gente precise de uma geração para isso, que pense diferente. Uma geração que enxergue a sociedade de uma forma diferente, a gente não vai conseguir avançar.

E, por outro lado, o Estado não pode deixar de se fazer presente em todas as suas esferas, em todas as suas facetas, em todos os seus aspectos. Não basta somente a Secretaria de Polícia Civil estar presente, a Secretaria de Polícia Militar estar presente, se falta educação, se falta saúde, se falta tudo que falta. Na verdade, deságua na insegurança pública e as polícias são responsáveis por dar conta dessa falta do resto. Essa conta não é justa. A gente não vence essa guerra sozinho.

Então, assim, isso é um apela à sociedade, a todas as pessoas que aqui estão presentes nessa reunião e à sociedade de uma forma geral, aqui a gente de alguma forma reverbera o que se pensa toda a sociedade do Rio de Janeiro, para que a gente uma esforços no sentido de produzir um futuro melhor. E contem com a Secretaria de Polícia Civil, a gente está aí em defesa de quem precisar.

A SRA. PRESIDENTE (Dani Monteiro) - Obrigado, Delegado Rodrigo. De fato, para enfrentar o crime organizado...

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Deputada Dani?

A SRA. PRESIDENTE (Dani Monteiro) - Opa, Deputada Enfermeira Rejane, quer fazer perguntas ao Delegado Rodrigo, porque ele também está com tempo aqui, mas, se for possível, Delegado, peço...

O SR. RODRIGO OLIVEIRA - Cinco minutinhos, porque eu tenho que entrar ali. Vamos lá. Às suas ordens.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Primeiro, bom dia a todos e todas. Segundo, cumprimentar o Delegado Rodrigo Oliveira. Para a gente é muito importante a sua presença, a sua fala aqui nessa nossa audiência.

É óbvio que a gente vive uma situação muito difícil e não é de hoje, não é, Delegado Rodrigo? O crime só aumenta, a gente cada vez mais acuados, a sociedade acuada. Não tem um projeto de melhoria para a sociedade como o aumento das escolas, a condição das crianças de se manter dentro das escolas até chegar às universidades. Isso não existe há muitos anos. E há muitos anos que a gente bate nessa mesma tecla de que com o confronto, daqui a pouco são outros policiais mortos, porque vão continuar morrendo e outros bandidos mortos, e só passa a ser estatística.

Então, esta política é uma política que eu, sinceramente, eu não consigo entender, o que falta para que se invista realmente em melhorias para a sociedade, em condições, porque as favelas aqui no Rio de Janeiro também não vão acabar, vão continuar sendo favela, no entanto, não precisam ser locais de marginais, certo? Porque ali dentro é como se fosse um bairro, precisa ter, eu moro aqui na Vila da Penha, aqui tem asfalto, aqui tem esgoto, e aqui tem água. Esse bairro já foi criado dessa forma, então as favelas precisam de água, precisam de esgoto, precisam de escola, precisam de educação e, por aí vai, delegado.

Então, a minha pergunta é a seguinte, essas incursões, porque a gente sabe que tem o marginal, aquele que está lá nas facções, que moram dentro das comunidades, das favelas, mas também tem aqueles que a gente, antigamente, chamava do colarinho branco, que são aqueles que moram nos condomínios, não é? E aí, eu pergunto para o senhor, delegado, é o mesmo tratamento em relação a uma incursão dentro de um condomínio de luxo que as investigações têm conhecimento de que o marginal, o traficante, ele está ali dentro, ou se escondendo ou morando, porque a gente vê na televisão vários, é o mesmo tipo de inteligência e de incursão na favela e lá?

Porque a gente vê que na favela, quando a incursão é feita, eles revidam e aí morre-se todo mundo, não estou aqui livrando ninguém, inclusive a própria população. E quando é no condomínio de luxo parece que a coisa é tão melhor elaborada, que aí consegue se chegar tranquilamente, consegue se prender tranquilamente, e não tem revides.

O SR. RODRIGO OLIVEIRA - Não é isso, deputada, assim, na verdade, primeiramente obrigado pela pergunta. O que acontece é o seguinte, a gente opera desde as comunidades até, literalmente, as ruas, diria mais caras do Rio de Janeiro, onde quer que seja, não existe endereço que seja negado pela Secretaria de Polícia Civil. Diante da inteligência, investigação e ação, provido das devidas ordens judiciais, a gente vai a qualquer lugar, literalmente a qualquer lugar.

O que difere é que o ordenamento urbano ali não existe. Muitas das vezes se criou aqui no Rio de Janeiro um conceito de mandado de busca coletivo, porque as vezes para você entrar em uma casa você precisa passar por dentro de outra casa. Não faz sentido isso. Já, eu participo de muitas e muitas operações, muita das vezes eu olho para uma janela e fico me perguntando como é que eu chego naquela casa. Não é aquela arquitetura simples do tipo "ah, eu entro nessa porta, subo a escada e estou naquela casa", muita das vezes é quase que um, eu diria um labirinto, até você chegar nesses endereços.

O que nos trouxe, dentro da realidade do Rio de Janeiro é uma coisa chamada mandado de busca coletivo. Justamente porque a gente não consegue definir onde começa uma residência e onde termina a outra. Nessa completa falta de ordenamento urbano, eles fazem disso verdadeiros bunkers e muito bem armados, e enfrentam a polícia. Se esse enfrentamento fosse feito em um condomínio da zona sul, ou em um condomínio da Tijuca, ou do Méier, de onde quer que seja, a polícia agiria da mesma forma.

A polícia reage a ação do criminoso. Se nós formos recebidos a tiros em um condomínio mais caro do Rio de Janeiro, nós iremos revidar a tiros sim. O que faz a diferença é que na quase totalidade, nesses condomínios ditos de zona sul, esses condomínios mais caros, não existe essa reação por parte do crime, porque se houver nós iremos fazer valer a força do estado, sim senhora.

Então é essa a distinção. A gente não age, a gente reage a ação do criminoso. Se nós, ao adentrarmos em uma comunidade formos recebidos a tiros necessariamente nós vamos revidar esses tiros. Se esses tiros vieram do condomínio mais caro do Rio de Janeiro nós iremos reagir da mesma forma.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - E no caso do fato aqui que a gente está tratando, a informação que a gente teve foi que pessoas foram mortas como se fossem bandidos e que não eram bandidos, o que isso traz para...?

O SR. RODRIGO OLIVEIRA - (Inaudível) todos eles, todos eles sem exceção, todos sem absoluta exceção, tem ficha criminal. Como não são bandidos? Todos eles têm passagem pela polícia. A gente, em hipótese alguma comemorou esse resultado, a gente não queria isso, mas houve a reação, a ação por parte do tráfico, e a secretaria de polícia civil reagiu a isso. Em mais de cem pontos de confronto, todos eles, sem exceção, com ficha criminal.

Gente, eu vou pedir desculpa, mas eu tenho literalmente necessidade de entrar nessa formatura aqui que está, aqui na secretaria de, na academia de polícia civil. Eu estou à disposição, qualquer outra necessidade que tenham, se quiserem convocar de novo eu estou inteiramente à disposição.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Eu posso encaminhar alguma pergunta e depois o senhor nos responde porque para a gente, Dani, a gente formulou algumas por escrito e eu não, aqui a gente estava primeiro fazendo essa introdução e depois eu gostaria de algumas perguntas mais focais.

Eu vou pelo menos falar aqui e depois se ele puder, por escrito mandar.

O SR. RODRIGO OLIVEIRA - Eu só peço que faça chegar a minha pessoa, que a gente responde isso, sem problema nenhum. Boa tarde.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Tá. As perguntas são as seguintes. Eu vou deixar registrado, Dani?

A SRA. PRESIDENTE (Dani Monteiro) - Sim. Deixo aqui registrado, a gente também continua em contato com a secretaria de polícia civil e vamos avaliar também no boje da coordenação do grupo de trabalho se há necessidade, próprio delegado Rodrigo Oliveira citou, que uma das perguntas aqui trazidas seria mais adequado perguntar diretamente para o delegado Rodrigo Cardoso que é o responsável pela parte de homicídios.

Enfim, vamos no bojo da coordenação do GT avaliar se há necessidade de convocação novamente do subsecretário delegado Rodrigo Oliveira que foi extremamente disposto aqui das respostas e da participação. De fato, desde o início havia alertado sobre a questão do horário, mas vamos avaliar se chama novamente o secretário Allan Turnowski, se chama delegado Rodrigo Oliveira, Rodrigo Cardoso, vamos avaliar e repassamos novamente aqui para o grupo. Porque de fato hoje a gente tinha separado esse, seu último momento de escuta, e a priori não há disposição de abrir um novo momento de escuta, mas de fato algumas perguntas, que não foram esgotadas pelos deputados, merecem ser respondidas. Então, se vossa excelência traz outras perguntas, nem sei se, deputado, também, Coronel Salema, não tinha outras perguntas. Infelizmente (INAUDÍVEL).

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Dani, eu vou ter que sair porque eu vou, eu falei com você que ia entrar 11 horas na comissão de saúde. Eu vou só deixar elas registradas aqui porque tem, está sendo gravado.

A pergunta seria a seguinte. A polícia disse que 24 mortos eram "suspeitos", mas não deu detalhes sobre quem eram ou o que faziam quando foram mortos, nunca se demonstrou a ficha corrida, chamar alguém de marginal ou bandido sem provar que devem ser presos, após o julgamento e não morte, porque não há pena de morte no Brasil. Então nunca se demonstrou a ficha corrida, e eles já chamaram de marginais sem provar, então já foram mortos ao invés de presos. O que o senhor tem a falar sobre esta questão que a gente está levantando aqui?

Até porque ele falou aí que todos eram marginais, todos sem exceção, e alguns a gente sabe que nunca se mostrou a ficha corrida. Muitos moradores contaram que as pessoas mortas estavam se rendendo e foram executadas. As fotos mostravam gente encurraladas e corpos pelo chão.

É verdade que as pessoas foram executadas na frente de famílias e de crianças? Essa é uma prática durante o confronto ou tenta-se também preservar moradores que estão ali nas suas residências? E se isso acontece de fato, se aconteceria também nos condomínios da zona sul.

A outra, para finalizar, ao nítido sentido de abuso com a invasão de casas e tomadas de celulares, pelos policiais, por parte dos policiais. É verdade que os corpos foram removidos e inviabilizando, assim, a perícia, descaracterizando a cena? Se isso é verdade ou não é verdade por parte dos policiais. E, portanto, se foi mudada a cena do crime para disfarçar uma execução o senhor acha que a culpa seria dos agentes envolvidos ou não?

Acho que seriam essas. Ah, tem mais uma aqui.

Considerando que esse tipo de operação contra o tráfico mostra que a ação das polícias é ineficaz, como foi a minha fala aqui no início, que vai morrer bandido, que vai morrer polícia e vai se continuar isso eternamente, tanto do ponto de vista da tese de que vai acabar com o crime, ela, nesse sentido, ela expõe também os policiais. Essa tese de que o confronto vai acabar com o crime, ele está expondo os policiais, que tem muitos policiais que até tem medo e pede para sair do fronte, pede a gente para tirá-los do fronte e colocar em qualquer lugar. Isso já foi, várias vezes, solicitado ao meu gabinete. A gente não consegue, óbvio. Então expõe aos policiais, mas também expões aos cidadãos. O que a sociedade civil e os poderes podem fazer em relação a isso? Qual a sua opinião concreta, do seu ponto de vista, o que pode ser feito, se vossa excelência fosse o representante aí dos poderes?

É isso, Dani. Obrigada. Fica aí gravado e eu vou pedir licença para entrar na outra reunião.

A SRA. PRESIDENTE (Dani Monteiro) - Obrigada, deputada.

Deputado Coronel Salema também aqui, ainda está na condição dos trabalhos juntamente com a presidência da Comissão de Direitos Humanos.

Chamo agora o nosso próximo convidado que representa a secretaria de polícia militar do estado, Coronel Blaz, nos escuta?

O SR. IVAN BLAZ - Olá, bom dia deputada, bom dia a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Dani Monteiro) - Bom dia, Coronel Blaz. Agradeço a participação aqui no nosso grupo de trabalho. Aproveito para informa-lo que esse grupo, ele foi fundado no bojo da assembleia legislativa a partir do dia 6 de maio, em decorrência da operação policial do Jacarezinho, mas que esse grupo não pretende se ater apenas a operação policial do Jacarezinho, pretende refletir sobre a política de segurança pública no nosso estado; e se ater ao que é a nossa vocação constitucional de atendimento à população no geral e das diversas instituições da sociedade civil organizada ou não, e também da perspectiva dessa formulação de contribuir com a formulação da política de segurança pública.

Então, queria trazer aqui, coronel, se for possível nos trazer a reflexão da Polícia Militar, primeiro, a reflexão sobre os altos índices de letalidade policial do nosso estado. Rio de Janeiro é um dos estados com o índice mais alto e dentro do índice dos homicídios 38% deles são cometidos por policiais, dos homicídios que estão em investigação. Então, há um índice alto da letalidade, há uma mão direta das forças de segurança nisso.

Em contrapartida, nessa alta letalidade, há em julgamento a ADPF 635, no supremo tribunal federal, que dentre uma das, dos possíveis encaminhamentos que o Rio de Janeiro terá que produzir, é um plano de redução dessa letalidade policial. Então a segunda pergunta é o que coronel avalia que deva constar nesse plano de redução?

E a terceira pergunta, dentro do bojo, ainda, do julgamento da ADPF 635, há uma decisão prévia do relator Fachin que só deverá ocorrer operações policiais no estado do Rio de Janeiro durante a pandemia apenas em situações estritamente excepcionais, ou seja, trouxe o conceito de excepcionalidade. Então, também queria que, se possível em resposta pela secretaria de polícia militar, o que a secretaria entende por esse conceito de excepcionalidade e como está sendo adotado esse conceito na rotina de incursões e operações da polícia.

O SR. IVAN BLAZ - Bom dia a todos, todas.

Lembrando apenas que, como a deputada disse, inicialmente a pauta seria realmente sobre a operação no Jacarezinho, eu estava aqui preparado para isso. Uma operação em que a polícia militar foi coadjuvante, a partir do momento em que a operação se mostrou de grande monta, então houve a necessidade de uma participação da Polícia Militar apenas no policiamento periférico à comunidade do Jacarezinho. Tivemos que priorizar garantia a segurança da população que estava trafegando pela via democráticos, ali as ruas próximas, ali perto da GE, então o policiamento, ele foi feito, mantivemos o cerco, a comunidade do Jacarezinho, de forma preventiva, sem qualquer incursão nos dias subsequentes. Tivemos também uma apreensão de grande volume ali, uma tonelada de maconha apreendida pelo batalhão de ações com cães, em um policiamento ali, em um depósito da linha do metrô, bem diante ali à feira da comunidade Jacarezinho.

Então, a participação da polícia militar nessa ação, foi especificamente essa, até aí se restringiu, a atuação da polícia militar. Logicamente, eu não posso ficar aqui emitindo juízo de valor ou opinião acerca do, de todas as questões relativas à segurança pública, eu sou um porta voz, eu apenas expresso aquilo que a secretaria entende como correto e como linha de ação. Contudo, recentemente eu, o tenente coronel José Ramos, esse sub parlamentar da polícia militar que está aqui do meu lado, nós participamos de uma audiência pública com o próprio Ministro Fachin, e essa audiência pública, ela, eu tive a oportunidade de falar sobre o nosso conceito de excepcionalidade. E após a minha fala, o próprio ministro Fachin disse "bem, estamos diante de uma situação muito mais do que complexa, o problema, ele é claro, mas não tem soluções simples".

Em todas as situações que eu apresentei a ele com relação a possíveis excepcionalidades, ele concordou, e entendeu por bem o não assinar da total restrição das operações policiais. Então, lembrando, as operações policiais ainda estão em vigor desde que haja a devida comunicação com o Ministério Público e isso tem ocorrido. Naquela oportunidade com o Ministro Fachin, eu tive a oportunidade também de falar sobre os aspectos positivos da ADPF 635, a saber, a maior proximidade com os órgãos de fiscalização das polícias. O que já era previsto em lei, mas que agora, de fato estava acontecendo com todo um rigor e controle externo. O Ministério Público recompõe as operações on time, ele sabe o saldo que vai acontecer dentro da plataforma ali de controle e monitoramento das operações policiais.

Então, a lisura e transparência não tem sido nenhum problema para nós, pelo contrário, nos tem ajudado bastante a continuar operando.

Quando falamos de Rio de Janeiro, a gente está falando de uma área extremamente complexa, como a topografia que mistura a área urbana com a área não organizada pela prefeitura, no caso as favelas e isso é a nossa beleza, mas também é a nossa maior complexidade. O Rio de Janeiro, ele é belo porque congrega todas as classes sociais em um só local, mas também isso torna a nossa realidade muito mais complexa.

Hoje, a realidade enfrentada por policiais no Rio de Janeiro, ela é diferente de toda realidade policial enfrentada no mundo todo. Com o ministro Fachin eu também falei sobre a cena da invasão de um terrorista mulçumano ao Bataclan, lá, em Paris, em que os policiais da polícia nacional francesa, a dois quarteirões de distância, ouviam as rajadas de fuzis AK47 e se assustavam, porque eles nunca tinham ouvido esse armamento em perímetro urbano. Aqui, no Rio de Janeiro, infelizmente, isso é comum, não só para os policiais, mas também para os moradores. E é isso que tem que ser chamado atenção, é isso que tem que ser jogado na nossa cara.

O que nós não podemos admitir é naturalizar a figura de criminosos armados nos nossos quintais, nas nossas casas, diante de nossos filhos e filhas, naturalizar isso é um absurdo, eles não fazem parte do nosso habitat.

O tráfico internacional de armas é o maior causador da vitimização jovem, preta, pobre, periférica no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro.

Então, quando você junta armas que cruzam as nossas fronteiras com muita facilidade, e uma juventude acessível ao crime ali em situação de vulnerabilidade, você tem uma equação que é extremamente mortal para todos nós enquanto sociedade. Armas que entram e jovens prontos a recebê-las.

Os volumes de tiros disparados durante uma operação policial, ele é dado de acordo com a resposta criminosa. Por exemplo, essa operação do Jacarezinho, que foi lá com o cão, pegou-se uma tonelada de drogas e não houve um disparo, não houve um confronto. Então, quando o criminoso, sobretudo dessa facção criminosa que opera no Jacarezinho, Complexo do Alemão, Nova Holanda, Parque União, Providência, sobretudo, os criminosos dessa facção criminosa fazem gosto pelo confronto armado, pela ideologia do enfrentamento, a realidade acaba sendo mais cruel.

Então, eu acho que qualquer discussão que vilanize as polícias acaba por ser inócua. A gente entende que política de segurança pública, ela tem que perpassar por, pelas áreas federal, estadual e municipal, e a retirada de armas das mãos dos criminosos, ela é preeminente, é o que realmente vai fazer a diferença na nossa vida cotidiana, como bem disse doutor Rodrigo Oliveira.

A SRA. PRESIDENTE (Dani Monteiro) - Sim. De fato, as drogas ilícitas e as armas, elas não são produzidas nas favelas, mas justamente nessas áreas onde há conflagrada a falta de direitos sociais garantidos como educação, saúde, moradia digna, saneamento básico, é justamente onde o tráfico, as facções. E de fato, essas quadrilhas entram nessas comunidades e recrutam a nossa juventude negra e periférica para atuação no enfrentamento ao Estado.

E aí, justamente citado pelo senhor, a operação da polícia militar depois, não tenho certeza se foi um dia depois, mas foi na semana seguinte a operação da Polícia Civil no Jacarezinho, a cadela da PM apreendeu alguma, um contingente considerável, acho que medido até em toneladas já, do ponto de vista de drogas, ilícitos e alguns armamentos.

E aí pergunto a vossa excelência se uma atuação como essa nesse momento da polícia militar com a atuação, a meu ver, que é uma atuação tática, uma atuação que não é de um enfrentamento direto às quadrilhas, mas de desmonte da sua fonte fundamental de poder, que é os ilícitos e as armas, e esse desmonte não seria mais efetivo para a gente acabar com o crime organizado que recruta diariamente a nossa juventude? Atuações como essa da cadela da PM não seriam melhores para desmantelar o acesso às drogas e às armas? Qual o desafio para implementar uma política mesmo de enfrentamento a essa, ao recebimento dessas drogas, interceptação delas ainda em fronteira, enfim.

E, também, dessas armas que essas quadrilhas recebem, porque de fato são armas de alto calibre e novas, e exuberantes, enormes, é assustador, de fato é assustador para a sociedade fluminense se deparar com criminosos com um armamento daquele tamanho.

Não deveriam ter mais operações como a operação da cadela ou com a cadela da PM, ao invés de operações como a que contou com o contingente de 200 policiais civis e que teve um número de, tão alto de vidas perdidas no bojo da operação, que foram as 27 pessoas, moradores do Jacarezinho, que ainda está no bojo da investigação e, também, obviamente, do policial vitimado André Frias. Queria, se possível, que o coronel pudesse falar um pouco.

O SR. IVAN BLAZ - Bem, a situação ideal para a gente seria realmente essa, eu quero que em um futuro próximo, espero que eu ainda esteja aqui para ver isso, que a polícia do Rio de Janeiro possa atuar como a polícia de Paris, de Tóquio, Nova Iorque, ou de qualquer capital civilizada em que você tem ali sim, uma realização de policiamento, uma ação de prender os bandidos, ser o mocinho, então, assim, que é isso que na juventude nos norteia para o caminho policial. Mas, infelizmente, a realidade aqui no Rio de Janeiro nos joga em uma verdadeira guerra.

Você vê que o policial do Rio de Janeiro já se veste como se fosse, na verdade, um combatente. Ele usa joelheira, ele usa cotoveleira, ele usa farda de manga cumprida, então, ele tem que proteger o pescoço contra projéteis de alta velocidade.

As lesões em centros de fisiatria da polícia militar, você vê ali, são os regressos de uma guerra, é uma juventude aí de, entre 20/30 anos, mutilada, já sem perna, sem braço, bi-amputado, tetra-amputado. Então, são visões cruéis. Mas, como você disse, que a ação ela tem que realmente buscar ser mais cirúrgica e menos nessa nota só do enfrentamento.

O governo do estado lançou recentemente um programa chamado cinturão de divisas em que as vias que ligam o Rio de Janeiro a outros estados da região sudeste, elas passaram a ser monitoradas 24 horas por dia, na intenção de deter o avanço do tráfico terrestre de armas. Então, é um projeto que realmente, ele é muito positivo, principalmente levando em consideração a história do fuzil de assalto aqui no Rio de Janeiro.

O primeiro fuzil de assalto foi apreendido em 1986, na comunidade da Mangueira, mais uma comunidade que sofre influência dessa facção que também opera no Jacarezinho, e foi a primeira facção a usar fuzil de assalto contra polícia, e aí a gente começa essa escalada, essa espiral da violência. Vagabundo tem fuzil, a polícia também tem que adquirir fuzil, aí o criminoso vai adquire dez fuzis, a polícia tem que comprar fuzil para a tropa toda. Só o BOPE usava fuzil, agora, todo mundo usa fuzil. Então, esse espiral da violência que o Rio de Janeiro acabou por entrar, ele tornou nossa realidade muito mais violenta, mas ainda assim a gente tem atuado diretamente nos efeitos e não nas causas.

Hoje, com o cinturão divisas o governo do estado começa a atuar nas causas, ou seja, impedindo a entrada dessas armas dentro daquilo que é de sua competência, as vias estaduais. Então, você pega ali uma fronteira tríplice ali de Minas, São Paulo e Rio, uma via que passava ali um caminhão no meio da madrugada com armas e drogas, você coloca um policiamento de 24 horas por dia. Isso é uma política de segurança pública correta, positiva, que impede a entrada dessas armas.

Lembrando que tráfico de armas para o Rio de Janeiro sempre houve. E ouso dizer aqui que os outros estados se sonegaram a intervir nessa ação, porque deixavam o Rio de Janeiro à mercê do impacto da chegada das armas. Hoje, a gente verifica, Santa Catarina, São Paulo, Paraná, o Nordeste, sofrendo aí com o novo cangaço, em que armas, metralhadoras de ponto 50 estão sendo empregadas em ações nesses estados. Então agora a gente começa a ver esses outros estados também preocupados com a entrada desse armamento.

Precisamos de uma mobilização nacional que impeça, de verdade, a entrada dessas armas aqui. As ações mais pontuais, com resultados como esse do Jacarezinho, de uma tonelada sem um disparo efetuado, a Polícia Civil também já fez ações dessa natureza, porém não há pacto entre homens e leões.

A gente não tem como interferir na mente de um criminoso, que as vezes é um jovem, pouca idade, com um fuzil de assalto na mão, bem posicionado no alto de uma comunidade, e que efetua inúmeros disparos. Vale lembrar que outro dia, da cidade alta, um disparo de fuzil, matou um policial que trafegava na Avenida Brasil. Vejam a distância, no alto da cidade alta para a Avenida Brasil, uma viatura que passava, gratuitamente, esse criminoso matou um policial, um chefe de família, e o tráfico, no seu tribunal, mandou ele se apresentar à delegacia com o fuzil que ele efetuou o disparo.

Então, não há como acordar isso com os marginais, infelizmente, eles são a figura abjetas na nossa realidade, eles não são naturais, isso não é, não vamos naturalizar essa figura, do criminoso, um jovem de 14, 15, 16 anos com um fuzil de assalto na mão, descalço, sem camisa, ele tem um fuzil que custa 30 mil reais, mas não tem um investimento, não come direito, também. A realidade é muito mais cruel do que, e a solução não é simples, mas é possível.

A SRA. PRESIDENTE (Dani Monteiro) - Realmente, ela não é simples e envolve esforços de muitas áreas.

O SR. Cel. SALEMA - Dani, só para acrescentar aqui, o Blaz deve dar essas estatísticas, mas a gente ouviu agora, recente, falada a quantidade de armas que são retiradas de circulação, só a polícia militar em um ano e meio, foram contar, foram mais de 20 mil armas, se eu não me engano, quase mil fuzis, são, anualmente a gente tinha uma estatística quando estava na ativa eram mais de 35 mil prisões ano, maioria deles reincidentes.

A gente está na ponta da linha quase que enxugando o gelo, sofrendo lá com as nossas perdas, e a gente celebra as vezes, não era nem para celebrar, mas a quantidade dessa, de prisões e apreensões que a gente faz diariamente, mas a gente vê que as vezes não depende só de nós, que a gente vê que a justiça também não colabora, que a gente sofre, como a Rejane, até eu ia responder, mas ela saiu. Muitos policiais, as vezes querem sair da ponta da, como ela citou, mas é pela insegurança jurídica. A gente não tem o amparo também para proteger nossos policiais. Ele vai responder individualmente, se houve excesso no Jacarezinho, como a Rejane quis questionar ao Dr. Rodrigo, ele já tinha respondido, ele vai responder individualmente. Essa estabilidade que hoje nós temos com os nossos policiais também muitas vezes faz o cara querer se afastar do serviço.

Mas, a maioria que está ali, o Blaz está na ativa, vai saber mais do que ninguém, um cara formado em operações especiais, o cara está ali porque gosta, correndo todos os riscos, e com baixo salário, com toda dificuldade. As vezes a gente prende um mesmo sujeito, eu vejo guarnições nossas que prendem o mesmo cara, no serviço subsequente, prende hoje e no próximo serviço ele está solto, está preso de novo.

Então, a gente tem trabalhado bastante, a gente tem acompanhado os dados da corporação. Essa incursão do BAC, que foi citada, muitas vezes o BAC para entrar o terreno tem que estar estabilizado. Nesse caso não, foi na boca da favela, mas, as vezes as tropas especiais têm que ocupar uma comunidade para o BAC agir. Sei das estatísticas anteriores que eram mais de dez toneladas de drogas apreendidas anualmente com a equipe do BAC. Então, a gente tem, não dá para esmiuçar em um único debate, a gente tem muita coisa para falar, o Blaz é o nosso porta voz, sabe mais do que ninguém todos esses dados, meus parabéns, Blaz, pela sua explanação, como sempre [inaudível] no seu lado também te assessorando, mais uma Nair também pelas escolhas que você faz toda semana. Meu tempo vai acabar, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Dani Monteiro) - O nosso trabalho está chegando ao final, mas eu acho que os nossos desafios para a área da segurança pública dos direitos humanos permanecerão, então, eu acho que em outros formatos seguiremos tendo contato. Agradeço a participação também. Deputado Coronel Salema.

Retomo ao nosso convidado, Coronel Blaz. O senhor relatou aqui que houve um certo trabalho, uma triangulação com o ministro do supremo, Edson Faccin com relação a adoção do conceito de excepcionalidade. Quero também perguntar se houve essa reflexão no bojo das instituições do e4stado do Rio de janeiro, por exemplo, se há algum parecer que a Polícia Militar incorpora na sua atuação do que seria esse conceito de excepcionalidade pela Procuradoria Geral do Estado, se há algum parecer nesse sentido.

O SR. IVAN BLAZ - O que eu posso adiantar é que a polícia militar, a secretaria de polícia militar juntamente com a [inaudível] de polícia civil participaram de reuniões tanto com o ministério público e essas duas secretarias mais o ministério público no tribunal de justiça também e o governo do estado para estabelecimento dessa conceituação. Logicamente, quando a gente fala de Rio de Janeiro e da complexidade do nosso terreno a gente vai ter a excepcionalidade prioritariamente em algumas questões, quando arriscam a vida.

A gente lida hoje com o fenômeno do roubo de carga que está em queda em todo o estado, mas ele ainda ocorre e prioritariamente envolve o sequestro da carga juntamente com os seus motoristas, então, havendo a figura de uma pessoa capturada no interior de uma comunidade, é muito difícil que nós não façamos uma incursão.

Já houve até casos em que fui demandado por emissoras de televisão apontando a presença de uma carga roubada em determinada comunidade e o apresentador do telejornal me cobrando a entrada da polícia, eu falei que não. Essa carga não justifica a entrada da polícia para a realização de uma grande operação policial, porque não havia nenhuma vida ali em jogo, o material está segurado, ou seja, [inaudível] para a seguradora e pronto. Agora, quando lidamos com casos em que temos pessoas vítimas de roubo de veículos, roubo de carga, qualquer pessoa retirada da área urbana e levada para o interior, cárcere privado ali na comunidade, isso vai exigir a nossa entrada.

Uma outra situação também muito semelhante sampo os casos de violência cometidos no interior da comunidade também, então, a gente vai falar sobre violência doméstica, lembrando que a polícia militar tem a Patrulha Maria da Penha. E a Patrulha Maria da Penha também está nas comunidades do Rio de Janeiro, você tem Andaraí, Macacos, Rocinha, Vidigal, várias, complexo do alemão, várias comunidades onde há UPP você também tem a Patrulha Maria da Pena. Essa patrulha é muito demandada, muito, muito e nas comunidades em que não há UPP só patrulha consegue entrar para cumprir aquela determinada missão, e as vezes até o tribunal do tráfico não sabe, mas procura abordar ali, mandar alguém para perguntar para a patrulha Maria da Penha quem foi que vacilou com a mulher, quem fez alguma situação.

Então, os policiais agem profissionalmente, com as devidas assistências, mas não pode deixar de atender esse público. O 190 recebe milhares de ligações mensalmente para atendimento de ocorrências no interior das próprias comunidades, os próprios moradores ligando. É o morador que liga reclamando de baile funk, é morador que liga reclamando de som alto, de demandas sociais. E do tribunais do crime também, isso demanda muito a gente, alguns são torturados pelo tribunal do crime, que vai ser morto e tal, chega essa informação também. Sempre que há risco a vida a gente vai ter a obrigação de entrar.

Um reflexo direto da ADPF que a gente viu: expansão da área de atuação do tráfico de drogas, isso ficou claro. A partir do momento em que sim, teve um aspecto positivo que a operação obrigatoriamente deve ser melhor planejada envolvendo um grande efetivo, você tem também uma ausência maior da força policial naquele terreno e não há vacância de poder. A polícia frequenta menos a comunidade e o criminoso expande mais a sua área, você vai ali na área onde recentemente era o subcomandante do 9° batalhão ali em rocha Miranda, perto da área de Madureira, Cascadura, Oswaldo cruz, as comunidades da Serrinha e elas ficavam reclusas. Por exemplo, a Primavera que era uma comunidade que fica ali entre Madureira e Cavalcante, terra do saudoso Reinaldo, príncipe do pagode, meu amigo, a Primavera era uma comunidade onde você tinha ruas largas, urbanizadas, mas que hoje lá embaixo você já tem trilho de trem sendo chumbado no chão. Então, esse aspecto é explicito, é uma consequência direta da ADPF 635, a ausência da polícia nas comunidades e aí o aumento da área de atuação do tráfico.

Moradores de Anchieta e Ricardo de Albuquerque hoje falam que tem trilhos na sua porta e eles estão há quase quatro quilômetros do Chapadão, mas os criminosos do Chapadão não querem saber, ele está falando que ali é área do Chapadão também, então o chapadão não cresce em topografia, ele cresce em área de atuação e área de influência.

A SRA. PRESIDENTE (Dani Monteiro) - Coronel, houve esse trabalho do Poder Executivo em discorrer mais sobre o conceito de excepcionalidade, há um parecer formal da Procuradoria Geral do Estado sobe esse conceito? É possível ser enviado para o bojo desse nosso grupo de trabalho? Porque nós do Legislativo não temos, por exemplo, um parecer do executivo da procuradoria geral sobre adoção do conceito de excepcionalidade, para nós é muito importante para o exercício da fiscalização.

O SR. IVAN BLAZ - Deputada Dani Monteiro, entendo, o que eu fiz aqui foi uma breve explanação sobre aspectos emergenciais que demandam realmente a presença da polícia militar no interior das comunidades e, no caso, aspectos que justifiquem a excepcionalidade da operação mas isso realmente é muito complexo, esse produto ainda está sendo confeccionado a várias mãos, polícia militar, polícia civil, Procuradoria-Geral do Estado, Ministério público, todo mundo junto para poder estabelecer realmente essa métrica das operações. A nossa coordenadoria de assuntos estratégicos está a frente dessa matéria.

A SRA. PRESIDENTE (Dani Monteiro) - Antes de proceder com a última pergunta para o coronel Blaz, registro aqui a presença do nosso vice-presidente da comissão de (INAUDÍVEL) e dos direitos humanos, Deputado Carlos Minc.

Chegando ao final, pelo menos contando as perguntas da coordenação do GT, questionar sobre o alto índice que há de suicídios na Polícia Militar e aqui devo fazer referência a um trabalho que já vem sendo desempenhado por essa Comissão de Direitos Humanos há alguns anos desde a época da comissão do Deputado Marcelo Freixo que cria um programa de prevenção e amparo, também os familiares de vítimas de violência do estado, em especial, com foco nesse entendimento psicossocial e, mais adiante aqui, na condução pela Deputada Renata Souza houve, inclusive, a aprovação de um programa de acolhimento de saúde mental dos policiais.

Infelizmente, a gente chega hoje a triste realidade que aquela velha frase utilizada por muitos defensores de direitos humanos que temos a polícia que mais mata e que mais morre, ela foi além e ela chegou agora ao índice da polícia que também mais se suicida. Então, chama atenção da nossa Comissão de Direitos Humanos esses altos índices e queria colocar a nossa Comissão, obviamente, à disposição para seguir refletindo sobre essa pauta.

Queria também uma exposição, se possível, do Coronel sobre o que está sendo feito em relação a esses altos índices de suicídio e que refletem, obviamente, muito diretamente as condições de trabalho degradantes. Afinal, se a pessoa que jurou defender a vida de tantos chega a triste linha final de tirar a própria vida com aquela que é o uso do seu trabalho formal, a partir da sua arma é para nós uma situação muito triste, um retrato muito doloroso, mas que o poder público precisa encarar e efetivamente, lidar com esse desafio que é lidar com o alto índice de suicídio e degradação da atividade policial. Então, se possível, coronel, essa e a nossa última pergunta aqui.

O SR. IVAN BLAZ - Deputada Dani Monteiro, não dá para a gente fazer uma ligação direta entre o suicídio e as condições de trabalho. A gente sabe que várias coisas concorrem, vários aspectos, muitas variáveis vão impactar diretamente no suicídio, certo? Há questões pessoais, de familiares, psicológicas, psiquiátricas envolvidas. Sim, o trabalho pode potencializar ou em algum momento ser a razão do suicídio, no caso da polícia militar eles fogem a regra, uma vez que as médias, o suicídio médio no mundo ele tem até 35 anos, branco, solteiro. Aqui na polícia militar ele foge desse padrão, ele vai além dos 40, pode ser negro, pardo, branco, também, casado; mulheres também se suicidam na polícia militar. Recentemente nós tivemos uma policial feminina que se matou. Eu não sou técnico no assunto para falar, existem grupos de trabalho que lidam diretamente com isso, a gente tem um corpo de psicólogos que fazem o acompanhamento da nossa tropa, um corpo que ainda é muito escasso, mas eles são extremamente valentes em se doar para atender esse público interno. Eles fazendo atendimentos nos batalhões, nos batalhões mais intensos, onde há maior demanda. Hoje em dia há grande demanda não somente dos policiais, mas também os seus familiares. O que a Corporação tem buscado fazer é ter um atendimento, um acolhimento com relação a esse policial que está em sofrimento mental.

Logicamente, a gente sabe, a gente está também no setembro amarelo, se não me engano, e sabe que o suicida raramente ele apresenta sinais quando vai fazê-lo, existem gatilhos, existem sinais que não necessariamente estão muito próximos ao evento crítico, ao suicídio em si. Mas, falar sobre o assunto é fundamental.

A Polícia Militar tem buscado campanhas de conscientização alertando os policiais para que um possa tomar conta do outro, isso não é uma ação só da polícia, toda a sociedade tem procurado saber mais sobre [inaudível] sobre o suicídio. Essa policial não estava em uma unidade de enfrentamento, ela estava em uma unidade administrativa, tinha uma realidade de trabalho aparentemente tranquila, pelo menos para a minha visão. De repente, para ela não fosse e também não sei os aspectos pessoais da vida dela. Então, falar sobre o assunto é muito importante uma vez que a gente ainda não tem aquela figura que a gente costuma ver em filmes norte-americanos, você se envolveu no confronto hoje, vai ficar afastado uma semana para não trocar mais tiro. A gente não tem como fazer isso no Rio de Janeiro. Não temos efetivo para isso, vai sumir o policiamento da rua. Se cada policial for afastado depois de uma ação mais gravosa.

A SRA. PRESIDENTE (Dani Monteiro) - Agradeço, Coronel Blaz. Pergunto ao Deputado Coronel Salema se quer trazer mais alguma pergunta, se algum outro Deputado que ainda se encontra presente quer trazer alguma reflexão ou se o próprio coronel Blaz quer complementar alguma informação, mas do ponto de vista aqui da coordenação do grupo de trabalho nossas questões aqui estão sanadas.

O SR. CORONEL SALEMA - Eu achei perfeito a explanação do Blaz, está sempre atualizado com as questões da corporação. Sempre bem preparado. Veio preparado para uma causa e acabou debatendo outras, está sempre bem abastecido com as informações, sempre bem atualizado.

Dr. Rodrigo também, fez uma explanação muito boa, pena que foi curta. Mais para frente pode fazer, Deputada Dani Monteiro, como você sugeriu, presencial, um grupo pequeno que a gente possa trazer, acho que é até mais produtivo.

Mas, foi muito bacana esse tempo que a gente ouviu os convidados que compareceram, inclusive, foi muito valioso, acrescentou bastante. Quero parabenizar o Blaz, mais uma vez, pela participação de hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Dani Monteiro) - Obrigado, Deputado Coronel Salema.

Tivemos diversos momentos aqui, momentos de choros, momentos de regozijos, também, de determinados embates aqui, mas sempre com muito respeito. Com a certeza de que o fortalecimento das instituições do Estado é a principal forma de enfrentamento ao crime organizado. O fortalecimento do diálogo entre as instituições é fundamental. A polarização está no topo da sociedade civil, ela é bem-vinda e a polarização também, de alguma forma, qualifica o debate, mas ela jamais pode nos impedir, enquanto poder público, de sentar e dialogar sobre os problemas que atingem a nossa população e as formas de enfretamentos e solução desses problemas.

Eu aqui estou bastante feliz com todo esse trabalho que até então era inimaginável, nunca antes visto nesta Assembleia. A gente conseguiu construir um trabalho sólido e conciso entre duas comissões que são tão importantes e tão sensíveis na rotina da nossa sociedade. Um trabalho muito gratificante.

Agradeço a participação do Coronel Blaz, agradeço também o delegado Rodrigo Oliveira que esteve conosco aqui mais cedo, agradeço a todos os Deputados, assessorias que também acompanhando esse espaço.

E agora, talvez, muito triste, afinal, já havíamos nos acostumado, como disso o Deputado Coronel Salema, essas manhãs de quinta conjunta, talvez essa seja a nossa última escuta, ainda vamos avaliar no bojo da equipe do grupo de trabalho. Deputado Delegado Carlos Augusto não conseguiu, de fato, entrar hoje na nossa escuta, mas vamos avaliar se, de fato, acabamos essa parte do ciclo de disputas temáticas.

Por hora, a reunião conjunta que haveria agora, iria começar há 17 minutos atrás, as 11h30 e que procederia a convocação regimental com os secretários de polícia militar e de polícia civil por hora a reunião está cancelada, está suspensa, essa reunião conjunta. A coordenação do GT se reunirá e avaliará se há necessidade de convocação regimental e formal dos secretários, haja vista a participação do coronel Blaz e do delegado Rodrigo Oliveira que também contribuíram aqui com o nosso debate, que não se refutaram a responder nenhuma das perguntas aqui perguntadas.

Então, por hora essa reunião está suspensa, todos os membros e assessorias avisem aos Deputados que não haverá essa reunião nem da segurança pública, nem dos direitos humanos e num primeiro momento essa é uma despedida das escutas e passamos agora a parte da produção oficial do nosso relatório de contribuirá com o debate da segurança pública do nosso estad. Então, garantindo os direitos humanos. Deputado Coronel Salema, caso queira fazer uso da palavra, senão...

O SR. CORONEL SALEMA - Só para lamentar mesmo e agora ficar órfão das quintas-feiras, mas realmente foi prazeroso, a gente sempre aprende um pouco mais. Essa caminhada foi sensacional, finalizando com o coronel Blaz, Dr. Rodrigo. Então, achei que fechou com chave de ouro. Foi tudo perfeito. Quero agradecer a oportunidade e esperar as próximas oportunidades em que estaremos juntos. Abraço, Blaz, abraço no nosso comandante. Vitória sobre a morte.

A SRA. PRESIDENTE (Dani Monteiro) - Agradeço, então, Deputado Coronel Salema e todos os presentes.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a 9ª Reunião Conjunta da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da ALERJ com a Comissão Permanente de Segurança Pública e Assuntos de Polícia.

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um, às dez horas, por meios digitais, conforme Art. 6º do Ato "N"/MD/Nº 651/2020, publicado em treze de março de 2020, reuniu-se a Comissão de Saúde, com a presença dos Senhores Deputados MARTHA ROCHA, Presidente; ENFERMEIRA REJANE, Vice-Presidente; RUBENS BOMTEMPO, LUCINHA, PEDRO RICARDO e DR. DEODALTO, membros efetivos, e MÔNICA FRANCISCO, TIA JU, JAIR BITTENCOURT suplentes deste órgão técnico. Havendo número regimental, a Senhora Presidente declarou aberta a 15ª Reunião Extraordinária, conforme convocação por edital publicado em seis de outubro de dois mil e vinte e um. Em seguida, a Senhora Presidente iniciou os trabalhos informando que a reunião seria realizada por meio digital, e acrescentou que o propósito da reunião é apreciar e votar os pareceres emitidos no período. A seguir, sua Excelência informou ter avocado em 23.09.2021, os seguintes projetos de lei: Projeto de Lei nº 2327/2020, de autoria do Deputado Rosenverg Reis; Projeto de Lei nº 2331/2020, de autoria do Marcelo Dino; Projeto de Lei nº 2342/2020, de autoria da Deputada Renata Souza; Projeto de Lei nº 2348/2020, de autoria dos Deputados Lucinha e Luiz Paulo; Projeto de Lei nº 2364/2020, de autoria do Deputado Marcelo Cabeleireiro; Projeto de Lei nº 2492/2020, de autoria do Deputado Flávio Serafini; Projeto de Lei nº 2500/2020, de autoria do Deputado André Ceciliano; Projeto de Lei nº 2588/2020, de autoria do Deputado Marcelo Dino; Projeto de Lei nº 2654/2020, de autoria dos Deputados Marcos Muller e Léo Vieira; Projeto de Lei nº 2691/2020, de autoria do Deputado Renan Ferreirinha; Projeto de Lei nº 2591/2020, de autoria do Deputado Bebeto, e o Projeto de Lei nº 2829/2020, de autoria do Deputado Renan Ferreirinha. Continuando, a Senhora Presidente informou ter distribuído para a Deputada Enfermeira Rejane, em 10.09.2021, Projeto de Lei nº 1240/2019, de autoria do Deputado Rosenverg Reis. Seguindo, distribuiu para o Deputado Rosenverg Reis, em 10.09.2021, Projeto de Lei nº 3357/2020, de autoria do Deputado Carlos Macedo. Em seguida, a Senhora Deputada Martha Rocha solicitou que a Senhora Deputada Enfermeira Rejane, assumisse a presidência, para que em obediência ao disposto no art. 40 do Regimento Interno, pudesse apresentar os pareceres de sua relatoria: Projeto de Lei nº 2327/2020, do Deputado Rosenverg Reis; Favorável com as Emendas da Comissão de Constituição e Justiça. Projeto de Lei nº 2331/2020, do Deputado Marcelo Dino; Favorável com as Emendas da Comissão de Constituição e Justiça. Projeto de Lei nº 2342/2020, da Deputada Renata Souza; Favorável com as Emendas da Comissão de Constituição e Justiça. Projeto de Lei nº 2348/2020, dos Deputados Lucinha e Luiz Paulo; Favorável. Projeto de Lei nº 2364/2020, do Deputado Marcelo Cabeleireiro; Favorável ao Substitutivo Da Comissão De Constituição e Justiça. Projeto de Lei nº 2492/2020, do Deputado Flávio Serafini; Favorável com Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça. Projeto de Lei nº 2500/2020, do Deputado André Ceciliano; Favorável. Projeto de Lei nº 2588/2020, do Deputado Marcelo Dino; Favorável.

Projeto de Lei nº 2654/2020, dos Deputados Marcos Muller e Léo Vieira; Contrário. Projeto de Lei nº 2691/2020, do Deputado Renan Ferreirinha; Favorável com as Emendas da Comissão de Constituição e Justiça. Projeto de Lei nº 2591/2020, do Deputado Bebeto; Favorável. Projeto de Lei nº 2829/2020, de autoria do Deputado Renan Ferreirinha; Favorável. Posto em discussão e votação, todos os pareceres foram aprovados. A seguir, a Senhora Presidente passou a palavra para a Senhora Deputada Enfermeira Rejane para apresentação do seu parecer: Projeto de Lei nº 1240/2019, do Deputado Rosenverg Reis; Favorável. Posto em discussão e votação, o parecer foi aprovado. Continuando, sua Excelência passou à palavra para o Senhor Rosenverg Reis para apresentação do seu parecer: Projeto de Lei nº 3357/2020, do Deputado Carlos Macedo; Favorável. Posto em discussão e votação, o parecer foi aprovado. Nada mais havendo a tratar, e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, a Senhora Presidente agradeceu a participação e esforço de todos e deu por encerrada a presente reunião extraordinária, da qual, para constar, eu, Carla Aguilar Falcão, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pela Senhora Presidente. Sala das Comissões (plataforma digital), sete de outubro de dois mil e vinte e um. (a) Carla Aguilar Falcão, Secretária, mat. 201770-5; (a) Deputada MARTHA ROCHA, Presidente.

COMISSÃO DE TRABALHO, LEGISLAÇÃO SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um, às dez horas, por meios digitais, conforme Art. 6º do Ato "N" /MD/nº 651/2020, publicado em 13 de março de 2020, reuniu-se a Comissão de Trabalho, Legislação Social e Seguridade Social, com a presença dos Senhores Deputados MÔNICA FRANCISCO - Presidenta; ENFERMEIRA REJANE - Vice-Presidenta, DIONÍSIO LINS e CHICO MACHADO, membros efetivos e FLÁVIO SERAFINI, suplente deste órgão técnico. Havendo número legal, a Senhora Presidenta declarou aberta a 9ª Reunião Extraordinária, conforme convocação por edital, publicado em 05.10.2021. Em seguida, a Senhora Presidenta colocou em pauta a deliberação de audiências públicas, com os temas: - Audiência conjunta com a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, para tratar sobre o acesso à água e ao saneamento na Região Sul Fluminense; - Crise hídrica afetando o trabalho, a insegurança alimentar e estratégias de saúde para o tema; - Criação de empregos verdes, como estratégia para enfrentamento de emergências climáticas; - Moedas Sociais e Fundos Públicos; - Debate sobre as diversas formas de geração de emprego de trabalho e renda inseridas nas mainifestações culturais atreladas aos Bailes Charme, no Estado do Rio de Janeiro. Na forma regimental, foi feita a votação, tendo sido aprovadas as referidas audiências, por unanimidade, constando os votos dos Senhores Deputados MÔNICA FRANCISCO, ENFERMEIRA REJANE, DIONÍSIO LINS, CHICO MACHADO e FLÁVIO SERAFINI, que enviaram os seus votos por escrito, para o grupo de What's App dos Deputados da Comissão de Trabalho, Legislação Social e Seguridade Social. Nada mais havendo a tratar, Sua Excelência agradeceu a participação de todos e suspendeu a reunião para que eu, Jussidia Guimarães Palmeirim, Secretária, lavrasse a presente ata. Reabertos os trabalhos, foi lida e aprovada a ata, sendo assinada por mim e pela Senhora Presidenta, que encerrou a reunião em seguida. Sala das Comissões (meios digitais), sete de outubro de dois mil e vinte e um. (a) Jussidia Guimarães Palmeirim, Secretária, mat. 201.518-8; Deputada MÔNICA FRANCISCO, Presidenta.

Id: 2346394

Atos da Mesa Diretora

ATO "E"/MD/Nº 4149/2021

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno,

R E S O L V E :

EXONERAR, a pedido, **GILVAN RODRIGUES DO NASCIMENTO**, matrícula nº 423.384-7 , do cargo em comissão de Assistente de Presidente da Comissão de Licitações, símbolo CCDAL - 3, que vinha exercendo junto à Comissão de Licitações.

Rio de Janeiro, 8 de outubro de 2021.

DEPUTADO JAIR BITTENCOURT, 1º VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA

DEPUTADO MARCOS MULLER, 1º SECRETÁRIO

ATO "E"/MD/Nº 4150/2021

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno,

R E S O L V E :

NOMEAR GUTENBERG GUEDES LUCINDA, matrícula nº 428.550-8, para exercer o cargo em comissão de Assistente de Presidente da Comissão de Licitações, símbolo CCDAL - 3, junto à Comissão de Licitações, na vaga decorrente da exoneração de Gilvan Rodrigues do Nascimento.

Rio de Janeiro, 8 de outubro de 2021.

DEPUTADO JAIR BITTENCOURT, 1º VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA

DEPUTADO MARCOS MULLER, 1º SECRETÁRIO

ATO "E"/MD/Nº 4151/2021

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno,

R E S O L V E :

NOMEAR VIVIAN MARIA SANTOS MOURA, matrícula nº 428.551-6 , para exercer o cargo em comissão de Assistente VI , símbolo CCDAL - 7, junto Assessoria Especial de Plenário.

Rio de Janeiro, 8 de outubro de 2021.

DEPUTADO JAIR BITTENCOURT, 1º VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA

DEPUTADO MARCOS MULLER, 1º SECRETÁRIO

ATO "E"/MD/Nº 4152/2021

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno,

R E S O L V E :

EXONERAR, a pedido, **ANELISE DA COSTA GARRIDO GOMES**, matrícula nº 424.083-4 , do cargo em comissão de Assistente VIII , símbolo CCDAL - 8, que vinha exercendo junto ao Departamento de Administração de Pessoal.

Rio de Janeiro, 8 de outubro de 2021.

DEPUTADO JAIR BITTENCOURT, 1º VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA

DEPUTADO MARCOS MULLER, 1º SECRETÁRIO

ATO "E"/MD/Nº 4153/2021

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno,

R E S O L V E :

NOMEAR ANELISE DA COSTA GARRIDO GOMES, matrícula nº 424.083-4 , para exercer o cargo em comissão de Assistente VII , símbolo CCDAL - 7, junto à Assessoria Especial de Plenário, concomitantemente com a sua própria exoneração.

Rio de Janeiro, 8 de outubro de 2021.

DEPUTADO JAIR BITTENCOURT, 1º VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA

DEPUTADO MARCOS MULLER, 1º SECRETÁRIO

ATO "E"/MD/Nº 4154/2021

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno,

R E S O L V E :

EXONERAR, a pedido, **FABIO HENRIQUE SAINT JUST VIEIRA**, matrícula nº 424.304-4 , do cargo em comissão de Assistente IV , símbolo CCDAL - 4, que vinha exercendo junto à Secretaria-Geral da Mesa Diretora.

Rio de Janeiro, 8 de outubro de 2021.

DEPUTADO JAIR BITTENCOURT, 1º VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA

DEPUTADO MARCOS MULLER, 1º SECRETÁRIO

ATO "E"/MD/Nº 4155/2021

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno,

R E S O L V E :

NOMEAR SOLANGE MARIA GOMES SILVA, matrícula nº 428.553-2 , para exercer o cargo em comissão de Assistente IV , símbolo CCDAL - 4, junto à Secretaria-Geral da Mesa Diretora, na vaga decorrente da exoneração de Fabio Henrique Saint Just Vieira.

Rio de Janeiro, 8 de outubro de 2021.

DEPUTADO JAIR BITTENCOURT, 1º VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA

DEPUTADO MARCOS MULLER, 1º SECRETÁRIO

ATO "E"/MD/Nº 4156/2021

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno,

R E S O L V E :

EXONERAR, a pedido, **THAÍS FERNANDA FIGUEIREDO GALANTE** , matrícula nº 426.886-8 , do cargo em comissão de Assistente IX , símbolo CCDAL - 9, que vinha exercendo junto à Assessoria da Presidência.

Rio de Janeiro, 8 de outubro de 2021.

DEPUTADO JAIR BITTENCOURT, 1º VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA

DEPUTADO MARCOS MULLER, 1º SECRETÁRIO

ATO "E"/MD/Nº 4157/2021

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno,

R E S O L V E :

NOMEAR MICHELE BENTO DE SOUZA RAMOS, matrícula nº 427.833-9 , para exercer o cargo em comissão de Assistente IX , símbolo CCDAL - 9, junto à Assessoria da Presidência , na vaga decorrente da exoneração de Thaís Fernanda Figueiredo Galante.

Rio de Janeiro, 8 de outubro de 2021.

DEPUTADO JAIR BITTENCOURT, 1º VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA

DEPUTADO MARCOS MULLER, 1º SECRETÁRIO

ATO "E"/MD/Nº 4158/2021

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno, e tendo em vista as informações contidas no Processo Nº 14774/2021

R E S O L V E :

NOMEAR PEDRO HENRIQUE DE SOUSA TAVARES, matrícula nº 308.636-0, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar VIII, símbolo CCDAL - 8, junto ao Gabinete do Deputado Flavio Serafini, na vaga decorrente da exoneração de Liziane Magalhães da Silva.

Rio de Janeiro, 8 de outubro de 2021.

DEPUTADO JAIR BITTENCOURT, 1º VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA

DEPUTADO MARCOS MULLER, 1º SECRETÁRIO

ATO "E"/MD/Nº 4159/2021

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno, e tendo em vista as informações contidas no Processo Nº 14658/2021

R E S O L V E :

NOMEAR THAYRINE DE BRITO MAIA, matrícula nº 428.557-3, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar VII, símbolo CCDAL - 7, junto ao Gabinete do Deputado Marcus Vinícius, na vaga decorrente da exoneração de Sheila dos Santos Mendes.

Rio de Janeiro, 8 de outubro de 2021.

DEPUTADO JAIR BITTENCOURT, 1º VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA

DEPUTADO MARCOS MULLER, 1º SECRETÁRIO

ATO "E"/MD/Nº 4160/2021

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno, e tendo em vista as informações contidas no Processo Nº 14885/2021

R E S O L V E :

NOMEAR ALEXANDRO GUIMARAES DE SOUSA, matrícula nº 428.552-4, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar VIII, símbolo CCDAL - 8, junto ao Gabinete do Deputado Delegado Carlos Augusto, na vaga decorrente da exoneração de Ana Paula Bispo Torquato.

Rio de Janeiro, 8 de outubro de 2021.

DEPUTADO JAIR BITTENCOURT, 1º VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA

DEPUTADO MARCOS MULLER, 1º SECRETÁRIO

ATO "E"/MD/Nº 4161/2021

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno, e tendo em vista as informações contidas no Processo Nº 14968/2021

R E S O L V E :

NOMEAR ANDRE MORGADO DE SOUZA, matrícula nº 412.607-4, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar V, símbolo CCDAL - 5, junto ao Gabinete do Deputado Dionísio Lins, na vaga decorrente da exoneração de Rodrigo Luis Miranda Brito.

Rio de Janeiro, 8 de outubro de 2021.

DEPUTADO JAIR BITTENCOURT, 1º VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA

DEPUTADO MARCOS MULLER, 1º SECRETÁRIO

ATO "E"/MD/Nº 4162/2021

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno, e tendo em vista as informações contidas no Processo Nº 14627/2021

R E S O L V E :

NOMEAR ARIDALTON DA CONCEIÇÃO ALVES, matrícula nº 428.554-0, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar VIII, símbolo CCDAL - 8, junto ao Gabinete da Deputada Adriana Balthazar.

Rio de Janeiro, 8 de outubro de 2021.

DEPUTADO JAIR BITTENCOURT, 1º VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA

DEPUTADO MARCOS MULLER, 1º SECRETÁRIO

ATO "E"/MD/Nº 4163/2021

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno, e tendo em vista as informações contidas no Processo Nº 14723/2021

R E S O L V E :

NOMEAR SIRLENE DA SILVA GOMES, matrícula nº 428.555-7, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar VII, símbolo CCDAL - 7, junto à Comissão de Política Urbana, Habitação e Assuntos Fundiários - Deputada Zeidan, na vaga decorrente da exoneração de Cindy Silva Figueiredo.

Rio de Janeiro, 8 de outubro de 2021.

DEPUTADO JAIR BITTENCOURT, 1º VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA

DEPUTADO MARCOS MULLER, 1º SECRETÁRIO

ATO "E"/MD/Nº 4164/2021

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno, e tendo em vista as informações contidas no Processo Nº 14812/2021

R E S O L V E :

NOMEAR RAFAEL BARBOSA ALVES TAMARINDO, matrícula nº 428.556-5, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar IV, símbolo CCDAL - 4, junto ao Gabinete do Deputado Eurico Junior, na vaga decorrente da exoneração de Alessandra Ferreira das Neves de Oliveira.

Rio de Janeiro, 8 de outubro de 2021.

DEPUTADO JAIR BITTENCOURT, 1º VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA

DEPUTADO MARCOS MULLER, 1º SECRETÁRIO

ATO "E"/MD/Nº 4165/2021

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno, e tendo em vista as informações contidas no Processo Nº 14992/2021

R E S O L V E :

NOMEAR CARINA MOTTA DE QUEIROZ, matrícula nº 423.888-7, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar VII, símbolo CCDAL - 7, junto ao Gabinete da Deputada Samuel Malafaia, na vaga decorrente da exoneração de Leonardo Lessa Gomes da Silva.

Rio de Janeiro, 8 de outubro de 2021.

DEPUTADO JAIR BITTENCOURT, 1º VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA

DEPUTADO MARCOS MULLER, 1º SECRETÁRIO

ATO "E"/MD/Nº 4166/2021

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno, e tendo em vista as informações contidas no Processo Nº 14486/2021

R E S O L V E :

NOMEAR DANILO GEORGE RIBEIRO, matrícula nº 420.741-7, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar IV, símbolo CCDAL - 4, junto ao Gabinete do Deputado Flavio Serafini, na vaga decorrente da exoneração de Julio Cesar Holanda Araujo, concomitantemente com sua própria exoneração.

Rio de Janeiro, 8 de outubro de 2021.

DEPUTADO JAIR BITTENCOURT, 1º VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA

DEPUTADO MARCOS MULLER, 1º SECRETÁRIO

ATO "E"/MD/Nº 4167/2021

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno, e tendo em vista as informações contidas no Processo Nº 14514/2021

R E S O L V E :

NOMEAR LIZIANE MAGALHAES DA SILVA, matrícula nº 425.744-0, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar VI, símbolo CCDAL - 6, junto ao Gabinete do Deputado Flavio Serafini, na vaga decorrente da exoneração de Kelly Robert dos Santos Melik.

Rio de Janeiro, 8 de outubro de 2021.

DEPUTADO JAIR BITTENCOURT, 1º VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA

DEPUTADO MARCOS MULLER, 1º SECRETÁRIO

ATO "E"/MD/Nº 4168/2021

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno, e tendo em vista as informações contidas no Processo Nº 14489/2021

R E S O L V E :

NOMEAR KELLY ROBERT DOS SANTOS MELIK, matrícula nº 419.315-7, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar V, símbolo CCDAL - 5, junto ao Gabinete do Deputado Flavio Serafini, na vaga decorrente da exoneração de Danilo George Ribeiro, concomitantemente com sua própria exoneração.
Rio de Janeiro, 8 de outubro de 2021.
DEPUTADO JAIR BITTENCOURT, 1º VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA
DEPUTADO MARCOS MULLER, 1º SECRETÁRIO

ATO "E"/MD/Nº 4169/2021

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno, e tendo em vista as informações contidas no Processo Nº 14513/2021

R E S O L V E :

EXONERAR, a pedido, **LIZIANE MAGALHAES DA SILVA**, matrícula nº 425.744-0, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar VIII, símbolo CCDAL - 8, que vinha exercendo junto ao Gabinete do Deputado Flavio Serafini.
Rio de Janeiro, 8 de outubro de 2021.
DEPUTADO JAIR BITTENCOURT, 1º VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA
DEPUTADO MARCOS MULLER, 1º SECRETÁRIO

ATO "E"/MD/Nº 4170/2021

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno, e tendo em vista as informações contidas no Processo Nº 14488/2021

R E S O L V E :

EXONERAR, a pedido, **KELLY ROBERT DOS SANTOS MELIK**, matrícula nº 419.315-7, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar VI, símbolo CCDAL - 6, que vinha exercendo junto ao Gabinete do Deputado Flavio Serafini.
Rio de Janeiro, 8 de outubro de 2021.
DEPUTADO JAIR BITTENCOURT, 1º VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA
DEPUTADO MARCOS MULLER, 1º SECRETÁRIO

ATO "E"/MD/Nº 4171/2021

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno, e tendo em vista as informações contidas no Processo Nº 14487/2021

R E S O L V E :

EXONERAR, a pedido, **DANILO GEORGE RIBEIRO**, matrícula nº 420.741-1, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar V, símbolo CCDAL - 5, que vinha exercendo junto ao Gabinete do Deputado Flavio Serafini.
Rio de Janeiro, 8 de outubro de 2021.
DEPUTADO JAIR BITTENCOURT, 1º VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA
DEPUTADO MARCOS MULLER, 1º SECRETÁRIO

ATO "E"/MD/Nº 4172/2021

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno, e tendo em vista as informações contidas no Processo Nº 15047/2021

R E S O L V E :

NOMEAR JULIANA VOGEL INDIG CRUZ, matrícula nº 428.561-5, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar IX, símbolo CCDAL - 9, junto à Comissão de Segurança Pública e Assuntos de Polícia - Deputado Delegado Carlos Augusto, na vaga decorrente da exoneração de Jaqueline Monsores Carlos.
Rio de Janeiro, 8 de outubro de 2021.
DEPUTADO JAIR BITTENCOURT, 1º VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA
DEPUTADO MARCOS MULLER, 1º SECRETÁRIO

ATO "E"/MD/Nº 4173/2021

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno,

R E S O L V E :

NOMEAR GERLAINE MARTINS DA SILVA, matrícula nº 428.558-1, para exercer o cargo em comissão de Assistente IX , símbolo CCDAL - 9, junto à Assessoria Especial de Plenário.
Rio de Janeiro, 8 de outubro de 2021.
DEPUTADO JAIR BITTENCOURT, 1º VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA
DEPUTADO MARCOS MULLER, 1º SECRETÁRIO

ATO "E"/MD/Nº 4174/2021

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno,

R E S O L V E :

EXONERAR, a pedido, **ISABELLA FELIX QUINTANILHA**, matrícula nº 427.321-5 , do cargo em comissão de Assistente VII, símbolo CCDAL - 7, que vinha exercendo junto ao Departamento de Assistência Médica.
Rio de Janeiro, 8 de outubro de 2021.
DEPUTADO JAIR BITTENCOURT, 1º VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA
DEPUTADO MARCOS MULLER, 1º SECRETÁRIO

ATO "E"/MD/Nº 4175/2021

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno,

R E S O L V E :

NOMEAR MATHEUS CERQUEIRA ARYDES GOMES, matrícula nº 428.560-7 , para exercer o cargo em comissão de Assistente VI , símbolo CCDAL - 6, junto ao Departamento de Assistência Médica, na vaga decorrente da exoneração de Isabella Felix Quintanilha.
Rio de Janeiro, 8 de outubro de 2021.
DEPUTADO JAIR BITTENCOURT, 1º VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA
DEPUTADO MARCOS MULLER, 1º SECRETÁRIO

ATO "E"/MD/Nº 4176/2021

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno,

R E S O L V E :

EXONERAR, a pedido, **ÂNGELA BORBA SALES RANGEL**, matrícula nº 305.142-2 , do cargo em comissão de Assistente IX, símbolo CCDAL - 9, que vinha exercendo junto à Presidência.
Rio de Janeiro, 8 de outubro de 2021.
DEPUTADO JAIR BITTENCOURT, 1º VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA
DEPUTADO MARCOS MULLER, 1º SECRETÁRIO

ATO "E"/MD/Nº 4177/2021

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno,

R E S O L V E :

NOMEAR ÂNGELA BORBA SALES RANGEL, matrícula nº 458.559-9 , para exercer o cargo em comissão de Assistente IX , símbolo CCDAL - 9, junto à Presidência, na vaga decorrente de sua própria exoneração e , concomitantemente com a sua própria exoneração.
Rio de Janeiro, 8 de outubro de 2021.
DEPUTADO JAIR BITTENCOURT, 1º VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA
DEPUTADO MARCOS MULLER, 1º SECRETÁRIO

***ATO "E"/MD/Nº 4132/2021**

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno, e tendo em vista as informações contidas no Processo Nº 14865 /2021

R E S O L V E :

NOMEAR FLAVIA RODRIGUES DA SILVA, matrícula nº 428.541-7, para exercer o cargo em comissão de Assistente IX, símbolo CCDAL - 9, junto ao Gabinete do 4º VOGAL , na vaga decorrente da exoneração de Monica Patricia Lacerda da Silva.
Rio de Janeiro, 6 de outubro de 2021.
DEPUTADO JAIR BITTENCOURT, 1º VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA
DEPUTADO MARCOS MULLER, 1º SECRETÁRIO
***(Republicado por haver saído com incorreções no D.O. do dia 07.10.2021)**

***ATO "E"/MD/Nº 4138/2021**

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno, e tendo em vista as informações contidas no Processo Nº 14951/2021

R E S O L V E :

NOMEAR VICTOR HUGO OLIVIA DE BARROS FERRAZ, matrícula nº 426.507-0, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar VI, símbolo CCDAL - 6, junto ao Gabinete da Deputada Franciane Motta, na vaga decorrente do falecimento de José Luís Sant'angelo, concomitantemente com sua própria exoneração.
Rio de Janeiro, 7 de outubro de 2021.
DEPUTADO JAIR BITTENCOURT, 1º VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA
DEPUTADO MARCOS MULLER, 1º SECRETÁRIO
***(Republicado por haver saído com incorreções no D.O. do dia 08.10.2021)**

***ATO "E"/MD/Nº 4140/2021**

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno,

R E S O L V E :

NOMEAR SILVANIA DE OLIVEIRA COELHO, matrícula nº 422.041-4, para exercer o cargo em comissão de Assistente VIII, símbolo CCDAL - 8, junto à Assessoria da Presidência , na vaga decorrente da exoneração de Victor Hugo Olivia de Barros Ferraz.
Rio de Janeiro, 7 de outubro de 2021.
DEPUTADO JAIR BITTENCOURT, 1º VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA
DEPUTADO MARCOS MULLER, 1º SECRETÁRIO
***(Republicado por haver saído com incorreções no D.O. do dia 08.10.2021)**

Despachos da Mesa Diretora

Em 08.10.2021

A MESA DIRETORA, em reunião realizada nesta data, decidiu deferir o Requerimento de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 2985/2020.

A MESA DIRETORA, em reunião realizada nesta data, decidiu deferir o Requerimento de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 3771/2021.

A MESA DIRETORA, em reunião realizada nesta data, decidiu deferir o Requerimento de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 3829/2021.

A MESA DIRETORA, em reunião realizada nesta data, decidiu deferir o Requerimento de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 4150/2021.

A MESA DIRETORA, em reunião realizada nesta data, decidiu deferir o Requerimento de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 4424/2021.

A MESA DIRETORA, em reunião realizada nesta data, decidiu deferir o Requerimento de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 4492/2021.

A MESA DIRETORA, em reunião realizada nesta data, decidiu deferir o Requerimento de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 4643/2021.

Atos do Primeiro Secretário

Em 08.10.2021

ATO "E"/GS/Nº 286 /2021

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 32, do Regulamento da Secretaria,

R E S O L V E :

DISPENSAR, a pedido a servidora requisitada **ANA PAOLA BALDUINO GAZZO**, matrícula nº 308.318-5, da função gratificada de Auxiliar II, símbolo CAI - 18, que vinha exercendo junto à Presidência.

ATO "E"/GS/Nº 287 /2021

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 32, do Regulamento da Secretaria,

R E S O L V E :

DESIGNAR a servidora requisitada **ANA PAOLA BALDUINO GAZZO**, matrícula nº 308.318-5, para exercer a função gratificada de Auxiliar - II, símbolo CAI - 17, junto à Presidência, na vaga decorrente da dispensa de Stephanie Ferte.

ATO "E"/GS/Nº 288 /2021

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 32, do Regulamento da Secretaria,

R E S O L V E :

DISPENSAR, a pedido a servidora requisitada **STEPHANIE FERTE**, matrícula nº 308.141-1, da função gratificada de Auxiliar - II, símbolo CAI - 17, que vinha exercendo junto à Presidência.

ATO "E"/GS/Nº 289 /2021

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 32, do Regulamento da Secretaria,

R E S O L V E :

DESIGNAR a servidora requisitada **STEPHANIE FERTE**, matrícula nº 308.141-1, para exercer a função gratificada de Auxiliar - I, símbolo CAI - 16, junto à Subdiretoria-Geral de Segurança, na vaga decorrente da aposentadoria de Mauro Alexandre Tomaz da Silva.

Despachos do Diretor-Geral

Em 05.10.2021

FÉRIAS
Processo nº
14155/2021 - ALESSANDRA FERNANDES VENTURA
DEFERIDO.

Em 07.10.2021

FÉRIAS
Processos nºs
14157/2021 - ANDRESSA DOS ANJOS MALVEIRA
AUTORIZO A ALTERAÇÃO DO PERÍODO DE FÉRIAS.

FÉRIAS
Processos nºs
14123/2021 - VERA LÚCIA DE FRAGA CAVALCANTI
14320/2021 - SANDRA LUCIA TONIATO SILVA
14069/2021 - DIEGO MARIANO LIMA DA GRAÇA
14523/2021 - SUSANA DOS SANTOS PESSOA
14451/2021 - SERGIO GOMES NOVO
14491/2021 - MARCELLE NUNES GOMES DA SILVEIRA
DEFERIDO.

Id: 2346395

Avisos, Editais e Termos de Contratos

COMISSÃO DE EMENDAS CONSTITUCIONAIS E VETOS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Nos termos do Ato da Mesa Diretora N/MD/Nº 651/2020, combinado com o § 2 º do artigo 43 do Regimento Interno, publicado em 13/03/2020, convoco, nos termos regimentais, os Senhores Deputados VANDRO FAMÍLIA, Vice-Presidente; RODRIGO AMORIM, ROSENVERG REIS e CHICO MACHADO, membros efetivos, e os Senhores Deputados MÁRCIO CANELLA, ZEIDAN e CHIQUINHO DA MANGUEIRA, membros suplentes da Comissão de Emendas Constitucionais e Vetos, para a 14ª Reunião Extraordinária, a realizar-se no dia 13 de outubro de 2021, às 14 horas, por meios remotos, com a seguinte Ordem do Dia:

I. Discussão e Votação do parecer quanto à admissibilidade da PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 59/2021, de Autoria da Deputada Rosane Félix, que "ACRESCENTA O INCISO XII AO ART. 95 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO".

Relator: Deputado MARCELO DINO

Sala das Comissões, 08 de outubro de 2021
Deputado MARCELO DINO
Presidente

COMISSÃO DE SAÚDE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convoco, nos termos regimentais, os Senhores Deputados ENFERMEIRA REJANE, Vice-Presidente; PEDRO RICARDO, ROSENVERG REIS, RUBENS BOMTEMPO, LUCINHA e DR. DEODALTO, membros efetivos, e os Senhores Deputados CHICO MACHADO, JAIR BITTENCOURT, MÔNICA FRANCISCO, RODRIGO AMORIM, TIA JU, WALDECK CARNEIRO e LUIZ MARTINS, membros suplentes da COMISSÃO DE SAÚDE, para a 16ª Reunião Extraordinária, a realizar-se no dia 14 de outubro de 2021, às 10h, por meios digitais, conforme Art. 6º do Ato "N"/MD/nº 651/2020, combinado com o §2º do art. 43 do Regimento Interno, com a seguinte Ordem do Dia:

I. Distribuição de pareceres;
II.Discussão e votação dos pareceres às proposições abaixo:

Relatora: DEPUTADA MARTHA ROCHA
1. Projeto de Lei nº 2390/2020, de autoria do Deputado BRAZÃO, que DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE CONTRATOS FIRMADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ENQUANTO PERDURAR A VIGÊNCIA DO ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO;

2. Projeto de Lei nº 2396/2020, de autoria do Deputado CAPITÃO NELSON, que CONCEDE ISENÇÃO DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E DOAÇÃO DE QUAISQUER BENS OU DIREITOS (ITCMD) AOS HERDEIROS DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE VITIMADOS EM DECORRÊNCIA DO COMBATE AO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19);

3. Projeto de Lei nº 2431/2020, de autoria do Deputado ALEXANDRE KNOPLOCH, que DETERMINA A CONVOCAÇÃO IMEDIATA DO EXCEDENTE DE CONCURSOS PÚBLICOS, DA ÁREA DE SEGURANÇA, PARA O SERVIÇO ATIVO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA DO COVID-19, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

4. Projeto de Lei nº 2438/2020, de autoria do Deputado ROSENVERG REIS, que DETERMINA O FORNECIMENTO DE MÁSCARAS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL AOS IDOSOS, DURANTE O PERÍODO EM QUE PERDURAR A HOMOLOGAÇÃO DE EMERGÊNCIA NA SAÚDE PÚBLICA, DECRETADO PELO GOVERNADOR NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EM RAZÃO DA PANDEMIA DO COVID-19;

5. Projeto de Lei nº 3082/2020, de autoria do Deputado SUBTENENTE BERNARDO, que ALTERA A LEI Nº 2.831, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1997, NA FORMA QUE MENCIONA;

Relatora: DEPUTADA ENFERMEIRA REJANE

6. Projeto de Lei nº 4088/2018, de autoria do Deputado MARCOS MULLER, que INSTITUI O "SETEMBRO BRANCO", MÊS DE PREVENÇÃO ÀS DOENÇAS DA RETINA NO CALENDÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO;

Relatora: DEPUTADA LUCINHA

7. Projeto de Lei nº 2316/2020, de autoria do Deputado ALEXANDRE KNOPLOCH, que DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DA COBRANÇA DO PERCENTUAL ("TAXA") DAS ACADEMIAS DE GINÁSTICA SOBRE AS ATIVIDADES DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA MODALIDADE "PERSONAL TRAINER" EM SUAS DEPENDÊNCIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

8. Projeto de Lei nº 2542/2020, de autoria do Deputado FLAVIO SERAFINI, que DISPÕE SOBRE ISENÇÃO DE TARIFA DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTO DO RIO DE JANEIRO (CEDAE) ENQUANTO VIGORAR A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EM RAZÃO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19);

9. Projeto de Lei nº 2694/2020, de autoria do Deputado DR. DEODALTO, que AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR A CAMPANHA ESTADUAL BANDEIRA BRANCA PARA AUXILIAR FAMÍLIAS QUE ESTÃO PASSANDO NECESSIDADE EM RAZÃO DA PANDEMIA OCASIONADA PELA COVID-19 (CORONA VÍRUS);

10. Projeto de Lei nº 2700/2020, de autoria do Deputado FLAVIO SERAFINI, FICA AUTORIZADO O PAGAMENTO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE AOS SERVIDORES PÚBLICOS DA SAÚDE DA ATIVA VINCULADOS A SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE - SES, IASERJ, FUNDAÇÃO ESTADUAL DE SAÚDE E DA SECRETARIA CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM ATIVIDADE DE CUIDADOS AOS PACIENTES COM SUSPEITA E DIAGNOSTICADOS COM COVID-19;

Relator: DEPUTADO RUBENS BOMTEMPO

11. Projeto de Lei nº 2322/2020, de autoria dos Deputados LUCINHA, LUIZ PAULO, MARTHA ROCHA, FLAVIO SERAFINI, WALDECK CARNEIRO, CARLOS MINC e ELIOMAR COELHO, que INSTITUI O REGIME EXTRAORDINÁRIO DE MANEJO DO ORÇAMENTO PREVISTO NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2020 - LEI 8.731/20, PARA ENFRENTAMENTO DA CALAMIDADE PÚBLICA NACIONAL E DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DECORRENTE DA PANDEMIA, FUNÇÃO DO COVID-19;

12. Projeto de Lei nº 2385/2020, de autoria do Deputado ALEXANDRE KNOPLOCH, que DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE HIGIENIZAÇÃO SANITÁRIA DOS LOGRADOUROS NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EM RAZÃO DA PANDEMIA DO COVID-19;

13. Projeto de Lei nº 2424/2020, de autoria da Deputada ENFERMEIRA REJANE, que AUTORIZA O GOVERNADOR A INSTITUIR O COMITÊ GESTOR DAS AÇÕES DE RECUPERAÇÃO FISCAL, ECONÔMICA E FINANCEIRA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - COMITÊ EXTRAORDINÁRIO FIN COVID-19, VISANDO ACOMPANHAR E PROPOR MEDIDAS DE NATUREZA FISCAL, ECONÔMICA E FINANCEIRA EM RAZÃO DOS EFEITOS DA PANDEMIA DA DOENÇA INFECCIOSA VIRAL RESPIRATÓRIA CAUSADA PELO AGENTE CORONA VÍRUS - COVID-19;

14. Projeto de Lei nº 2524/2020, de autoria do Deputado ROSENVERG REIS, que DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DA COBRANÇA DE FATURA PELA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE), A IGREJAS EVANGÉLICAS E CATÓLICAS E TEMPLOS RELIGIOSOS ENQUANTO PERDURAR A PANDEMIA DO COVID-19;

15. Projeto de Lei nº 2662/2020, de autoria do Deputado CARLOS MINC, que ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI ESTADUAL Nº 8815, DE 11 DE MAIO DE 2020. QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER A ISENÇÃO DE PEDÁGIO NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, AOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E SEGURANÇA PÚBLICA, ENQUANTO DURAR O PLANO DE CONTINGÊNCIA DO NOVO CORONAVÍRUS DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE;

16. Projeto de Lei nº 2666/2020, de autoria do Deputado CARLOS MINC, que ALTERA A LEI Nº 6629, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013 QUE OBRIGA OS HOSPITAIS PARTICULARES LOCALIZADOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO A DIVULGAREM, EM LOCAL DE FÁCIL VISUALIZAÇÃO, QUADRO CONTENDO A ATUALIZAÇÃO DE LEITOS DISPONÍVEIS PARA INCLUIR AS CLÍNICAS PARTICULARES E ESTABELECER MULTA DIÁRIA NOS CASOS DE DESCUMPRIMENTO DA NORMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sala das Comissões, (meios digitais) 08 de outubro de 2021.

(a) Deputada MARTHA ROCHA - Presidente

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E ASSUNTOS DE POLÍCIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convoco, nos termos regimentais, e de acordo com o Artigo 6º do Ato N/MD/Nº 651/2020 da Mesa Diretora, de 13.03.2020, e o Ato da Presidência "E"/GP/Nº 14/2021, de 09.03.2021, os Senhores Deputados, CORONEL SALEMA - Vice-Presidente, MARTHA ROCHA, MÁRCIO CANELLA, CHARLES BATISTA, MARCELO DINO, RENATO ZACA, membros efetivos e ROSENVERG REIS e MÁRCIO GUALBERTO, membros suplentes da COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E ASSUNTOS DE POLÍCIA, para a 4ª Reunião Extraordinária, a ser realizada remotamente (através da Plataforma Zoom), em 14 de outubro de 2021, quinta-feira, às 09 horas, com a seguinte ORDEM DO DIA:
I - Distribuição de proposições.

II - Discussão e votação dos pareceres aos seguintes projetos de lei:

Relatora: Deputada MARTHA ROCHA

Projeto de Lei nº 404/2019, do Deputado Gil Vianna, que "AUTORIZA A CRIAÇÃO DE ACESSO, NO PORTAL DA DELEGACIA ON LINE DA SECRETRIA DE SEGURANÇA PÚBLICA PARA ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS ENVOLVENDO CRIMES COMETIDOS CONTRA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA E IDOSOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Projeto de Lei nº 1104/2019, do Deputado Renato Zaca, que "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INCLUIR NO CURSO DE FORMAÇÃO DOS AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO O CURSO DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)".

Projeto de Lei nº 1137/2019, do Deputado Alexandre Knoploch, que "AUTORIZA PRODUTORES DE EVENTO A CONTRATAR POLICIAIS CIVIS E MILITARES, BOMBEIROS MILITARES E AGENTES PENITENCIÁRIOS PARA TRABALHAR EM REGIME ADICIONAL DE SERVIÇO NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Relator: Deputado CHARLLES BATISTA

Emendas de Plenário ao Projeto de Lei nº 3134/2014, do Deputado Paulo Ramos, que "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A TRANSFERIR UNIDADES DO NOVO DEGASE DO BAIRRO DA ILHA DO GOVERNADOR, NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO".

Projeto de Lei nº 3978/2018, do Deputado Filipe Soares, que "DISPÕE SOBRE NORMAS DE TRIBUTAÇÃO PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS INDISPENSÁVEIS AO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO POR POLICIAL MILITAR, POLICIAL CIVIL, BOMBEIRO MILITAR E INSPETOR DE SEGURANÇA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO".

Relator: Deputado RENATO ZACA

Emendas de Plenário ao Projeto de Lei nº 2246/2013, do Deputado Átila Nunes, que "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CENTRO ESTADUAL DE INFORMAÇÕES SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE, NA FORMA QUE MENCIONA".

Projeto de Lei nº 2483/2017, da Deputada Martha Rocha, que "DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE SORTEIO PROMOVIDO POR ENTIDADE BENEFICENTE".

Projeto de Lei nº 4564/2018, da Deputada Martha Rocha, que "DISPÕE SOBRE A IDENTIFICAÇÃO DE PACIENTES NÃO IDENTIFICADOS NA REDE DE SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO".

Relator: Deputado MÁRCIO CANELLA

Emendas de Plenário ao Projeto de Lei nº 599/2019, da Deputada Lucinha, que "DISPÕE SOBRE O ENVIO DE MENSAGENS DE SMS PELAS OPERADORAS DE TELEFONIA CELULAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Projeto de Lei nº 871/2019, do Deputado Marcelo Cabeleireiro, que "DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DAS EMPRESAS PRIVADAS DE TRANSPORTES TERRESTRES QUE TEM POR FINALIDADE REALIZAR FRETAMENTO EVENTUAL INTERMUNICIPAL A UM GRUPO DE PESSOAS, A EQUIPAREM SEUS VEÍCULOS COM MEIOS QUE INIBAM E IMPEÇAM ASSALTOS".

Relator: Deputado MARCELO DINO

Emendas de Plenário ao Projeto de Lei nº 3191/2014, do Deputado Paulo Ramos, que "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A TRANSFORMAR OS CENTROS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA - CCS EM AUTÔNOMOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Projeto de Lei nº 692/2019, do Deputado Coronel Salema, que "DISPÕE SOBRE O EXAME PSICOTÉCNICO OBRIGATÓRIO PARA ADMISSÃO DE CANDIDATOS DE AMBOS OS SEXOS NOS QUADROS DA POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E AGENTES DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA, NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIODEJANEIRO".

III - Deliberação de realização de audiências públicas com os seguintes temas:

- Debate do Projeto de Lei nº 4163/2021, do Deputado Alexandre Freitas, que "REGULAMENTA AS FORMALIDADES PARA AS OPERAÇÕES POLICIAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO".

Sala das Comissões, 07 de outubro de 2021
(a) Deputado DELEGADO CARLOS AUGUSTO, Presidente

ESCOLA DO LEGISLATIVO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EDITAL

PAINEL
'TRANSFORMANDO DIFICULDADES EM OPORTUNIDADES'

A Escola do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro (ELERJ), no intuito de colaborar com as crescentes demandas por capacitação no Poder Legislativo, realizará o Painel "Transformando Dificuldades em Oportunidades'.

A atividade será realizada no formato híbrido (presencialmente e à distância), propiciando maior alcance nos diversos municípios do nosso estado.

O painel visa desenvolver a mentalidade empreendedora criativa. Olhando os desafios como oportunidades de crescimento e desenvolvimento pessoal e profissional.

A atividade será realizada de forma colaborativa pelos professores abaixo:

- Julio Azevedo - Mestre em Administração pela World Christian University (EUA). Bacharel em História pela UFRJ, em Comunicação Social pela Faculdade CCAA. Gestor em Turismo pela UNESA.

- Renata Victor - Mestre em Comunicação Social pela UERJ. Bacharel em Comunicação Social pela UNICARIOCA.

PÚBLICO-ALVO: Servidores da Assembleia Legislativa, das Câmaras Municipais e público em geral.
CARGA HORÁRIA: 1 (uma) hora.
DATA: 18 de outubro de 2021 (segunda-feira)
HORÁRIO: 14h às 15h
VAGAS PRESENCIAIS: Serão disponibilizadas no máximo 50 (cinquenta) vagas presenciais, tendo em vista as medidas de distanciamento social para enfrentamento da pandemia do novo Coronavírus-COVID-19.
O uso de máscara será obrigatório.
LOCAL DO ENCONTRO PRESENCIAL: Escola do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro, Rua da Ajuda, nº 5, 2º andar. Auditório Deputada Andreia Zito.
ENDEREÇO ELETRÔNICO DA TRANSMISSÃO AO VIVO: Facebook.com/escoladolegislativorio

TÓPICOS QUE SERÃO ABORDADOS:
Autoconhecimento utilizando a ferramenta SWOT
Desenvolvendo o Plano de Ação com a ferramenta SMART
Ações proativas na montagem da identidade visual nas redes sociais

INSCRIÇÃO:
Todos os interessados em participar do painel, presencialmente ou à distância, deverão realizar a inscrição através de qualquer um dos links abaixo, até o dia 18 de outubro de 2021:
https://bit.ly/3yRSviX ou **https://tinyurl.com/2arzfrj8**

A Escola do Legislativo reserva-se o direito de cancelar o evento, caso não atinja o número mínimo de inscrições.
As inscrições obedecerão a ordem cronológica de solicitação e, oportunamente, a Escola do Legislativo entrará em contato, por email, para confirmação.
CERTIFICAÇÃO:
a) Modalidade presencial: será certificado o(a) inscrito(a) que assinar a lista de presença.
b) Modalidade à distância: será certificado o(a) inscrito(a) que enviar até o dia 19 de outubro um breve resumo do conteúdo apresentado para o e-mail: **certificados.elerj@gmail.com**.
O certificado é válido para o Relatório de Atividades Complementares - RAC.
Informações adicionais: (21) 2533-7468 - Ramal 245 (ELERJ).

Em 13 de setembro de 2021.
ROSEMERY BORGES PEREIRA
Matr. nº 307.905-0
Subdiretora-Geral da Escola do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro

ESCOLA DO LEGISLATIVO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EDITAL

PALESTRA
SISTEMAS ELEITORAIS E A REFORMA POLÍTICA

A Escola do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro (ELERJ), no intuito de colaborar com as crescentes demandas por capacitação no Poder Legislativo, realizará a Palestra "Sistemas eleitorais e a reforma política", no formato híbrido (presencial e online), propiciando dessa forma maior alcance nos diversos municípios do nosso estado.

A palestra pretende descrever os principais sistemas eleitorais conhecidos e fornecer os conceitos básicos de cada sistema eleitoral, enumerando as vantagens e desvantagens para compreensão científica desse importante instrumento para eleição.

TÓPICOS ABORDADOS:
- Sistemas eleitorais proporcionais, distrital misto e distritão.
- Sistema de lista: aberta, fechada e flexível.

PALESTRANTE:
Carlos Cerdeira Frota de França - Especialista em Processo Eleitoral e Partidário e Pós-graduado em Gestão no Poder Legislativo.

PÚBLICO-ALVO: Servidores da Assembleia Legislativa, das Câmaras Municipais e público em geral.

CARGA HORÁRIA: 2 (duas) horas
DATA: 8 de novembro de 2021 (segunda-feira)
HORÁRIO: 14h às 16h
VAGAS PRESENCIAIS: Serão disponibilizadas no máximo 50 (cinquenta) vagas presenciais, tendo em vista as medidas de distanciamento social para enfrentamento da pandemia do novo Coronavírus-COVID-19.
O uso de máscara será obrigatório.

LOCAL DO ENCONTRO PRESENCIAL: Escola do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro, Rua da Ajuda, nº 5, 2º andar. Auditório Deputada Andreia Zito.

ENDEREÇO ELETRÔNICO DA TRANSMISSÃO AO VIVO: facebook.com/escoladolegislativorio

INSCRIÇÃO:
Para participar do curso, presencialmente ou à distância, o(a) interessado(a) deverá realizar sua inscrição através de qualquer um dos links abaixo, até o dia 8 de novembro de 2021:
https://bit.ly/3F9nThk ou **https://tinyurl.com/yzf5eryk**
A Escola do Legislativo reserva-se o direito de cancelar o evento, caso não atinja o número mínimo de inscrições.
As inscrições obedecerão a ordem cronológica de solicitação e, oportunamente, a Escola do Legislativo entrará em contato, por email, para confirmação.

CERTIFICAÇÃO:
a) Modalidade presencial: será certificado o(a) inscrito(a) que assinar a lista de presença.
b) Modalidade à distância: será certificado o(a) inscrito(a) que enviar até o dia 9 de novembro um resumo do conteúdo apresentado para o e-mail: **certificados.elerj@gmail.com**.
O certificado é válido para o Relatório de Atividades Complementares - RAC.
Informações adicionais: (21) 2533-7468 - Ramal 245 (ELERJ)

Em 6 de outubro de 2021.
ROSEMERY BORGES PEREIRA
Matr. nº 307.905-0
Subdiretora-Geral da Escola do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro

ESCOLA DO LEGISLATIVO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EDITAL

PALESTRA
LIDERANÇA 3.0: criar, humanizar e inovar

A Escola do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro (ELERJ), no intuito de colaborar com as crescentes demandas por capacitação no Poder Legislativo, realizará a Palestra "Liderança 3.0: criar, humanizar e inovar", no formato híbrido (presencial e online), propiciando dessa forma maior alcance nos diversos municípios do nosso estado.

A palestra será realizada de forma colaborativa e visa desenvolver novas habilidades de liderança e ressignificar seus conceitos.

TÓPICOS ABORDADOS:
- Modelos de liderança
- Liderança nos novos tempos
- Habilidades de liderança
- Zeitgeber
- Ecosofia
- Autoliderança

PALESTRANTE:
Daniel Lascani - Pós-graduado em Psicologia Analítica, Jornalista, Publicitário, Autor do Livro Psique 3.0, Colunista da Revista Psique e do Portal dos Psicólogos de Portugal.

PÚBLICO-ALVO: Servidores da Assembleia Legislativa, das Câmaras Municipais e público em geral.
CARGA HORÁRIA: 2 (duas) horas
DATA: 9 de novembro de 2021 (terça-feira)
HORÁRIO: 14h às 16h
VAGAS PRESENCIAIS: Serão disponibilizadas no máximo 50 (cinquenta) vagas presenciais, tendo em vista as medidas de distanciamento social para enfrentamento da pandemia do novo Coronavírus-COVID-19.
O uso de máscara será obrigatório.
LOCAL DO ENCONTRO PRESENCIAL: Escola do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro, Rua da Ajuda, nº 5, 2º andar. Auditório Deputada Andreia Zito.
ENDEREÇO ELETRÔNICO DA TRANSMISSÃO AO VIVO: facebook.com/escoladolegislativorio

INSCRIÇÃO:
Para participar do curso, presencialmente ou à distância, o(a) interessado(a) deverá realizar sua inscrição através de qualquer um dos links abaixo, até o dia 9 de novembro de 2021:
https://bit.ly/3oB3ZGb ou **https://tinyurl.com/4n4cjrbu**
A Escola do Legislativo reserva-se o direito de cancelar o evento, caso não atinja o número mínimo de inscrições.
As inscrições obedecerão a ordem cronológica de solicitação e, oportunamente, a Escola do Legislativo entrará em contato, por email, para confirmação.

CERTIFICAÇÃO:
a) Modalidade presencial: será certificado o(a) inscrito(a) que assinar a lista de presença.
b) Modalidade à distância: será certificado o(a) inscrito(a) que enviar até o dia 10 de novembro um resumo do conteúdo apresentado para o e-mail: **certificados.elerj@gmail.com**.
O certificado é válido para o Relatório de Atividades Complementares - RAC.
Informações adicionais: (21) 2533-7468 - Ramal 245 (ELERJ)

Em 7 de outubro de 2021.
ROSEMERY BORGES PEREIRA
Matr. nº 307.905-0
Subdiretora-Geral da Escola do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro

Id: 2346396